



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

RAIMUNDO JORGE DA CRUZ COUTO

**OS FRANCISCANOS ALEMÃES NO BAIXO AMAZONAS
(1907 – 1962): O PROTAGONISMO POLÍTICO EDUCACIONAL DE
DOM AMANDO BAHLMANN**

**Santarém-PA
2019**

RAIMUNDO JORGE DA CRUZ COUTO

**OS FRANCISCANOS ALEMÃES NO BAIXO AMAZONAS
(1907 – 1962): O PROTAGONISMO POLÍTICO EDUCACIONAL DE
DOM AMANDO BAHLMANN**

Dissertação apresentada para a Defesa de Mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Linha de Pesquisa História, Política e Gestão Educacional na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares

**Santarém-PA
2019**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema
Integrado Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

C871f Couto, Raimundo Jorge da Cruz

Os Franciscanos Alemães no Baixo Amazonas (1907 - 1962): o protagonismo político educacional de Dom Amando Bahlmann / Raimundo Jorge da Cruz Couto . – Santarém, 2019.

145fl.; il.

Orientador: Anselmo Alencar Colares.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Instituto de Ciências da Educação. Mestrado Acadêmico em Educação.

1. História da Educação. 2. Ensino. 3. Escolas Centenárias. I. Colares, Anselmo Alencar, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 372.2

Bibliotecário - Documentalista: Bárbara Costa – CRB/15 806



Universidade Federal do Oeste do Pará
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA Nº 32

No quinto dia do mês de dezembro do ano de 2019, às 10:30 horas, no Laboratório de Pedagogia do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) Drs(as). Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares (orientador e presidente), Profa. Dra. Maria José Pires Barros Cardozo (membro externo) e o Prof. Dr. André Dionei Fonseca (membro interno), a fim de arguirm o mestrando Raimundo Jorge da Cruz Couto, com a dissertação intitulada OS FRANCISCANOS ALEMÃES NO BAIXO AMAZONAS (1907 - 1962): O PROTAGONISMO POLÍTICO EDUCACIONAL DE DOM AMANDO BAHLMANN. Aberta a sessão pelo presidente, coube ao candidato, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, em seguida a banca fez as arguições, o candidato respondeu e, após as deliberações na sessão secreta foi:

Aprovado, fazendo jus ao título de Mestre em Educação.

Reprovado.

Dra. MARIA JOSÉ PIRES BARROS CARDOZO, UFMA

Examinadora Externa à Instituição

Dr. DERCIO PENA DUARTE, UFOPA

Examinador Externo ao Programa

Dr. ANDRÉ DIONEY FONSECA, UFOPA

Examinador Interno

Dr. ANSELMO ALENCAR COLARES, UFOPA

Presidente

RAIMUNDO JORGE DA CRUZ COUTO

Mestrando



Universidade Federal do Oeste do Pará
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 32

Autor: RAIMUNDO JORGE DA CRUZ COUTO

Título: OS FRANCISCANOS ALEMÃES NO BAIXO AMAZONAS (1907 - 1962): O
PROTAGONISMO POLÍTICO EDUCACIONAL DE DOM AMANDO BAHLMANN

Banca examinadora:

Prof. MARIA JOSÉ PIRES BARROS CARDOZO Examinadora Externa à
Instituição

M. J. P. Barros

Prof. DERCIO PENA DUARTE Examinador Externo ao
Programa

Prof. ANDRÉ DIONEY FONSECA Examinador Interno

Prof. ANSELMO ALENCAR COLARES Presidente

André D. Fonseca
A. Colares

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1. [] INTRODUÇÃO
2. [] REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3. [] METODOLOGIA
4. [] RESULTADOS OBTIDOS
5. [] CONCLUSÕES

COMENTÁRIOS GERAIS: *O texto traz importantes contribuições para a história da educação, especialmente da educação religiosa franciscana. Atende aos requisitos e sugere melhorias.*

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

A. Colares
Prof. ANSELMO ALENCAR COLARES

Orientador(a)

À minha filha Ana Luiza que é a minha fonte
de inspiração.

AGRADECIMENTOS

À Nossa Senhora Sant'Ana.

Aos meus pais João e Arlena, pelo dom da vida, pelos ensinamentos, pelo carinho e respeito mútuos.

À minha irmã Alessandra pelas palavras de incentivo.

Ao meu querido avô Manoel Silva da Cruz (*in memoriam*), pelo seu exemplo de vida simples, digna e pelas fantásticas histórias sobre o Rio Amazonas.

À minha amada esposa Núbia Maria, por todo o afeto, respeito e companheirismo.

Ao meu orientador, Professor Dr. Anselmo Alencar Colares, pela dedicação, paciência e sabedoria na orientação desta dissertação.

Aos meus colegas da Turma de Mestrado em Educação 2018, UFOPA, pelo aprendizado e pela amizade.

Aos professores do programa, pelo compromisso e dedicação ao PPGE – UFOPA.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo fomento à pesquisa do PPGE – UFOPA.

Aos responsáveis pelos colégios pesquisados, pela boa vontade em contribuir com a pesquisa.

A todos que ajudaram na construção desta dissertação, seja com uma dica de leitura, com empréstimos de livros, com acesso à documentação, com entrevistas ou mesmo com uma palavra de apoio.

Ao frei Vianey Miller, que mesmo com idade avançada me concedeu uma importante entrevista.

Aos membros das bancas de pré-qualificação qualificação e defesa, professores Gilberto Lopes, Mário Adônis, Dércio Duarte e André Dioneu, que me apontaram os melhores caminhos para a pesquisa.

“Aquilo que se faz por amor está sempre além
do bem e do mal.”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

A pesquisa trata da educação escolar efetivada pela Ordem Católica Franciscana na região do Baixo Amazonas, abrangendo alguns municípios do Oeste do Pará no período de 1907 a 1962. Tem como objetivo identificar as razões históricas para fundação de oito escolas confessionais no início do século XX por missionários franciscanos de origem germânica. Apresenta como pressupostos teóricos as análises do Materialismo Histórico Dialético, tendo por base as obras de Lombardi (2011), Chagas (2011) e Saviani (1999). Metodologicamente é de cunho bibliográfico e documental. As informações foram obtidas diretamente nas escolas centenárias, nos arquivos de museus e hemerotecas locais e virtuais. Alguns acontecimentos históricos, como a imigração estrangeira para a região, a Guerra de Canudos, o processo de Romanização Católica, dentre outros, são correlacionados aos fatores políticos, econômicos e sociais do país com implicação direta na configuração educacional da região. Para dar apoio à temática histórica e educacional da pesquisa, recorreu-se às obras de Aquino (2012), Barros (2010), Sangenis (2004), Saviani (2004), Tabraj (2016) e, principalmente, ao livro póstumo de Dom Amando Bahlmann (1995) “Memórias Inacabadas”, em que relata suas atividades como bispo católico da Prelazia de Santarém. Dom Amando foi um dos principais expoentes do período da pesquisa, através de sua influência, formação intelectual e alinhamento à política republicana brasileira, conseguiu atrair religiosos e religiosas com intuito de cuidar da educação dos filhos da elite regional. Por décadas, os religiosos(as) se responsabilizaram pela administração de escolas e também pelo exercício do magistério. A pesquisa revela que a presença de Bahlmann foi tão marcante para o processo educacional da região que mesmo depois de 80 anos de sua morte ainda se vê, na congregação da Imaculada Conceição e inúmeras escolas que ajudou a construir, resquícios de sua obstinação em consolidar o compromisso estabelecido pela Igreja Católica no fortalecimento do regime republicano brasileiro. Contudo, ressalta-se que mesmo seguindo as normas estipuladas pela política central de controlar a elite pensante da região do Baixo Amazonas pela via dos serviços de saúde e educação, constata-se a relevante contribuição da ordem franciscana para o desenvolvimento educacional da região, com os desdobramentos que isso representa.

Palavras-chave: História da Educação. Ensino. Escolas Centenárias.

ABSTRACT

The research deals with the school education carried out by the Franciscan Catholic Order in the Lower Amazon region, covering some municipalities of Western Pará, from 1907 to 1962. It aims to identify the historical reasons for the foundation of eight denominational schools in the early twentieth century. Franciscan missionaries of Germanic origin. It presents as theoretical presuppositions the analyzes of Dialectical Historical Materialism based on the works of Lombardi (2011), Chagas (2011), Saviani (1999). Methodologically it is characterized by a documentary bibliographic nature. The information went obtained directly to the centenary schools, the archives of local and virtual museums and dailies. Some historical events, such as foreign immigration to the region, the Canudos War, the process of Catholic Romanization, among others, are correlated to the political, economic and social factors of the country with direct implication in the educational configuration of the region. To support the historical and educational theme of the research, we used the works of Aquino (2012), Barros (2010), Sangenis (2004), Saviani (2004), Tabraj (2016) and especially the posthumous book by Dom Amando Bahlmann (1995) *Unfinished Memories*, where he recounts his activities as a Catholic bishop of the Prelature of Santarém. Dom Amando was one of the main exponents of the research period, through his influence, intellectual formation and alignment with Brazilian republican politics, managed to attract men and women religious in order to take care of the education of the children of the regional elite. For decades religious have been responsible for the administration of schools and the exercise of teaching. The research reveals that Bahlmann's presence was so marked for the region's educational process that even after 80 years of his death one can still see in the congregation of the Immaculate Conception and countless schools he helped build, remnants of his obstinacy in consolidating the commitment established by the Catholic Church in the strengthening of the Brazilian republican regime. However, it is noteworthy that even following the rules stipulated by the central policy of controlling the thinking elite of the Lower Amazon region through health and education services, the Franciscan order's significant contribution to the educational development of the region can be seen, with the developments that this represents.

Keywords: History of Education. Elite. Centennial Schools.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fotografia da agenda de Dom Amando com as cidades visitadas e doadores	42
Figura 2 – Fotografia de meninas aprendendo o ofício do tear e da costura – Orfanato da Escola Santa Clara em Santarém- início do século XX	44
Figura 3 – Fotografia da Escola Santa Clara em Santarém	46
Figura 4 – Fotografia da construção da Escola Santa Clara	47
Figura 5 – Fotografia de parte do porão da Escola Santa Clara transformado em pequeno museu.....	48
Figura 6 – Fotografia da Escola Confessional Santa Terezinha – Bragança/PA- Construção do início do século XX	49
Figura 7 – Palmatória: instrumento utilizado para castigar	57
Figura 8 - Aula de Canto Orfeônico – alunos da Escola São José e São Francisco - Óbidos .	60
Figura 9 – Fotografia da Escola Santa Clara – início do século XX.....	63
Figura 10 – Fotografia da. Escola São José - Óbidos	67
Figura 11 – Fotografia da Escola São Francisco em Óbidos. Esq. prédio construído em 1919 e à dir. novo prédio funcionando a partir de 1940.....	68
Figura 12 - Escola Técnica São Francisco em Óbidos	71
Figura 13 – Fotografia das Oficinas de marcenaria, mecânica e tipografia da Escola São Francisco.....	71
Figura 14 – Fotografia de frei Ambrósio Philipsenburg, fundador da Escola São Francisco, ao centro com os alunos	72
Figura 15 – Fotografia da Escola São Francisco em Santarém – área interna	74
Figura 16 – Fotografia da Escola Santo Antônio em Alenquer.....	75
Figura 17 – Fotografia da Escola Imaculada Conceição em Monte Alegre	78
Figura 18 – Fotografia da Escola São José no Planalto Santareno início do século XX	80
Figura 19 – Fotografia das alunas internas, órfãs e freiras da Escola São José do Planalto Santareno	82
Figura 20 – Fotografia da Escola São José – Planalto Santareno – recém construída.....	83
Figura 21 - Charge jornalística de Ângelo Agostini 1889.....	90
Figura 22 - CHARGE: Humor do final do século XIX retratando o poder entre Igreja e Estado	94

Figura 23 – Fotografia da Defesa Gusmão (estilo clássico): sede militar do Batalhão de Artilharia da Costa do início do século XX, hoje Casa da Cultura de Óbidos PA.....	95
Figura 24 – Fotografia do Sobrado: construção ao estilo clássico europeu do início do século XX.	96
Figura 25 – Fotografia de Amando Bahlmann – jovem franciscano – 1883.....	110
Figura 26 – Fotografia de frei Humberto e frei Maurício em pé, frei Amando e frei Xisto sentados (da esq. para dir.) – em 1891	113
Figura 27 – Fotografia de Elizabeth Tombrock, jovem freira em 1910.....	123
Figura 28 – Fotografia de Madre Imaculada, doente em Nova Iorque	124
Figura 29 – Fotografia de Dom Amando Bahlmann – Jubileu de ordenação sacerdotal em novembro de 1938 – 5 meses antes de sua morte ocorrida em 05 de março de 1939	125
Figura 30 - Trecho do Jornal A Notícia - Rio de Janeiro - 21.05.1910 (com a transcrição de um trecho).....	126

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BND – Biblioteca Nacional Digital

FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PHC – Pedagogia Histórico Crítica

PMO – Prefeitura Municipal de Óbidos

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Os companheiros da estrada	19
1.2 O caminho a ser trilhado.....	25
2 CONSTRUINDO AS ESCOLAS CONFESSIONAIS NO BAIXO AMAZONAS	39
2.1 As finanças	39
2.2 As escolas para meninos e meninas do início do século XX.....	42
2.3 Arquitetura das escolas	46
2.4 O que ensinavam	50
2.5 Para quem ensinavam	53
2.6 Como ensinavam	55
3 LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO DAS ESCOLAS.....	62
3.1 Escola Santa Clara em Santarém	62
3.2. Escola São José em Óbidos	66
3.3 Escola São Francisco em Óbidos.....	68
3.4 Escola São Francisco em Santarém	72
3.5 Escolas São Francisco em Monte Alegre e Santo Antônio em Alenquer	75
3.6 Escola Imaculada Conceição em Monte Alegre	77
3.7 Escola São José na Zona Rural do Planalto Santareno.....	79
4 AS RAZÕES DA EXISTÊNCIA DAS ESCOLAS CONFESSIONAIS NO BAIXO AMAZONAS.....	84
4.1 Primeira experiência Franciscana na Amazônia: 1617 – 1759.....	85
4.2 O contexto sociopolítico para o retorno dos missionários franciscanos em 1907.....	89
4.3 A queda da Monarquia e ascensão da República	90
4.4. O jogo de interesses entre Igreja Católica e o novo governo Republicano	91
4.5 Surto de prosperidade econômica no Baixo Amazonas no final do século XIX e início do século XX	94
4.6 Os reflexos do Arraial de Canudos na cultura nacional	97
4.7 As reformas educacionais da Primeira República	99

5 SEGUNDA EXPERIÊNCIA FRANCISCANA: DAS CRISES POLÍTICAS EUROPEIAS AO RETORNO PARA AS MISSÕES NO BRASIL.....	104
5.1 Contribuição dos Jesuítas para o desenvolvimento do conceito de intelectualidade franciscana.....	105
5.2 Os Franciscanos na Alemanha de Otton Von Bismarck.....	108
5.3 Frei Amando Bahlmann.....	110
5.4. Os principais desafios do episcopado de Amando Bahlmann.....	114
5.5 Legado de Dom Frederico Costa – 1º prelado de Santarém.....	115
5.6 Chegada de Dom Amando Bahlmann em 1907 à Prelazia de Santarém.....	117
5.7 As Irmandades.....	119
5.8 O risco da aposta.....	122
5.9 Contribuições das Escolas confessionais para o Baixo Amazonas.....	125
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130

1 INTRODUÇÃO

Sem intencionar fazer apologia às histórias de mistérios, revelo que minha primeira inspiração em investigar o franciscanismo no Baixo Amazonas inicia nas visitas ao cemitério de Óbidos no decurso de minha adolescência, pois, por questões culturais, minha mãe tinha o costume de acender velas em datas específicas, como dia das mães, no aniversário de falecimento de sua única irmã e tinha por hábito nos levar (minha irmã e eu) para essa tarefa de cultuar as almas. Encarávamos isso como uma aventura natural. Enquanto ela realizava suas obrigações religiosas, nós corríamos para o lado sul do cemitério onde estavam os antigos catecúmenos. Apesar de hoje estar vandalizado, o cemitério de Óbidos já foi um majestoso museu a céu aberto.

No período clássico de efervescência cultural e riqueza econômica, final do século XIX e início do século XX, Óbidos abrigava várias famílias oriundas do norte da África, Ásia e Europa que foram atraídas pelo surto de prosperidade provenientes da exportação da semente do cacau, extração do látex, óleo de copaíba, dentre outros produtos, e os mausoléus desse período eram verdadeiras obras de arte, com esculturas em forma de anjos, santos, arcanjos e outras figuras exóticas, todas em mármore bem trabalhado e detalhado. Possuía, ainda, a sutileza dos poemas nas lápides em latim ou italiano antigo. Ficávamos fascinados com aquela beleza em meio ao aspecto sombrio do lugar.

O passeio final ficava para o mausoléu dos padres. O lugar era sempre bem limpo e com pequenos jardins, percebia-se que alguém frequentemente os cuidava. A minha curiosidade nesse lugar específico era os nomes dos irmãos e sacerdotes que ali descansavam: todos franciscanos e a maioria de nacionalidade alemã.

A segunda inspiração foi a minha formação educacional e profissional. Iniciei minha formação primária na escola São Francisco em Óbidos, quando ainda funcionava somente para meninos e, ao cursar a segunda série do fundamental, a escola tornou-se mista. A partir da sexta série fui transferido para a escola São José, onde concluí o fundamental e o ensino médio, ou seja, toda minha formação básica foi em escolas fundadas pelos franciscanos. Como minha família era muito religiosa, acabei enveredando pelos caminhos do seminário diocesano em Belém, onde tive contato com o movimento franciscano e também com a filosofia. Ao pedir dispensa da vida eclesial, fui trabalhar em Juruti em um projeto de educação

infantil para crianças pobres desenvolvido pelas irmãs Franciscanas de Maristella¹. Em 1999 ingressei através de vestibular em uma turma intervalar de Pedagogia da UFPA na cidade de Óbidos. Uma das características dessa turma era o tratamento dado à história da educação. As discussões eram sempre latentes, em que se exploravam as características das escolas centenárias e sua influência para a formação do ser humano do Baixo Amazonas. Como pedagogo e professor das séries iniciais, sempre enfatizei em minhas aulas que para se chegar à cidadania² é preciso conhecer a nossa história. Não somente a história contada nos livros didáticos cujas discussões são limitadas, mas também a história interpretada de forma dialética em que o sujeito do presente dialogue com os fatos do passado, compreendendo que as intencionalidades ideológicas e políticas estão geralmente enraizadas nos fatos aparentemente inocentes ou sutilmente “bem intencionados”. Segundo Carnáuba (2017), não se pode, em nome da pacificação, esconder o passado atrás das sutis aparências

[...] a sociedade não pode ser indiscriminada, onde a pacificação da existência, onde a liberdade e felicidade em si mesmos estão em jogo: aqui, certas coisas não podem ser ditas, certas ideias não podem ser expressas, certas políticas não podem ser propostas, determinado comportamento não pode ser permitido sem tornar a tolerância um instrumento para a continuação de servidão. Tolerância da liberdade de expressão é o caminho da melhoria, do progresso na libertação, não porque não há verdade objetiva, e melhoria deve ser necessariamente um compromisso entre uma variedade de opiniões, mas porque não é uma verdade objetiva que podem ser descobertas, apenas apurado em aprender e compreender o que é e o que pode ser e deve ser feito por uma questão de melhorar a sorte da humanidade. (CARNAÚBA, 2017, p.329).

Assim poderemos contar com a importante contribuição dos elementos históricos para a compreensão e a construção do nosso presente e futuro.

Foi com a intenção de compreender a história educacional do Baixo Amazonas e também cultivando uma imaginação fértil que acabei, ao longo da minha vida, levantando inúmeras hipóteses sobre a presença dos franciscanos alemães no Baixo Amazonas. Depois que me tornei seminarista, acabei por perceber que os padres alemães não desenvolveram trabalhos somente em Óbidos, mas também em toda a região amazônica. Percebi também que a ação missionária não era somente religiosa, eles estavam envolvidos na construção de escolas, orfanatos, asilos e hospitais. Confesso que seguindo uma lógica rasteira, imbuída de

¹ Congregação religiosa católica, fundada na Alemanha no século XIII. Veio para o Brasil no início do Séc. XX, onde desenvolve serviços educacionais e assistenciais no Nordeste e na Amazônia.

² A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (DALLARI, 1998. p.14). Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTMzNjA5OA/> Acesso em: 11 de dez. 18.

preconceitos xenofóbicos, pensei: com tantos alemães trabalhando por aqui, em vários setores da sociedade, antes da primeira e segunda guerra mundial, só podiam ter como objetivo garantir o domínio regional caso a Alemanha vencesse os conflitos mundiais. Essa hipótese acabou inserida em meu projeto para ingressar na pós-graduação. Agora percebo, com certo constrangimento, o tamanho do meu equívoco. Houve sim questões políticas que fizeram os religiosos alemães saírem de sua pátria, entretanto tais questões estão bem distantes dos ideais de Hitler³. A saída dos religiosos Alemães de sua terra natal está intrinsecamente ligada à unificação da Alemanha através da guerra franco-prussiana ao final do século XIX e às concessões diplomáticas do novo governo republicano para atuação de congregações religiosas estrangeiras em todas as regiões do Brasil, fato que será explicitado ao longo do texto.

Outra hipótese que levantei sobre a chegada de inúmeros franciscanos foi sobre o princípio da alteridade. Meu raciocínio seguia a ideia de que quando os primeiros padres chegaram, perceberam o estado da população e ficaram apavorados com o alto grau de pobreza e analfabetismo, isso os fez tomarem a radical decisão de construir os hospitais e as escolas, afinal, eram homens e mulheres com conhecimentos elevados, sabiam da importância da ciência para o desenvolvimento pessoal e, ademais, a Alemanha estava a pleno vapor com o processo de industrialização e eles, pertencendo a essa cultura, teriam como responsabilidade moral divulgar os benefícios da modernidade.

Perpetrar um julgamento sobre o passado é tarefa árdua e arriscada, principalmente porque somos contaminados com farta ideologia do presente; mesmo acreditando, entretanto, que muitos franciscanos alemães tiveram compaixão da população ao chegarem ao Baixo Amazonas, a razão primeira para a construção das escolas, expressa no decurso desta narrativa, não foi o amor ao próximo, e sim um compromisso assumido entre a Igreja Católica e o Governo Republicano ao final do século XIX para controlar a elite pensante da região, pois, segundo Chomsky (1993), “quando você não pode controlar as pessoas pela força, você tem que controlar o que as pessoas pensam.”. O que evidentemente não diminui a importância do trabalho que imprimiram nesta vasta região. Foi através da formação de mão de obra educacional que propiciou a multiplicação das escolas nos municípios.

Tratar sobre a história da educação no Baixo Amazonas é montar um quebra cabeças de fragmentos que são compostos por construções antigas, raros relatos orais (descendentes dos testemunhos oculares da história) ou poucos documentos. Livros ou artigos

³ Adolf Hitler. Chanceler (1934-1945) ditador que conduziu a Alemanha à segunda guerra mundial. É figura central do holocausto, responsável pelo assassinato de milhões de judeus e de demais pessoas consideradas por ele impuras.

sobre o assunto são sempre escassos ou retratam o mínimo possível sobre os aspectos educacionais. Ainda há um longo caminho a ser trilhado para se descobrir a contribuição franciscana para o desenvolvimento regional. Mesmo com pouco material regional a ser analisado, mas com a contribuição de estudiosos como Maurício de Aquino (2012), Paula Ruas Ferreira (2016), Marilene Barros (2010), Marcelo Tabraj (2016) que tratam sobre o trabalho franciscano, pode-se chegar à conclusão que do ponto de vista histórico e educacional a congregação dos Frades Menores de São Francisco de Assis foi a responsável em estruturar e alavancar a educação da região do Baixo Amazonas a partir o início do século XX. Seu legado ainda é evidente através das escolas centenárias que ainda hoje formam no ensino fundamental e médio uma boa parcela de crianças e jovens da região, como a Escola Santa Clara e São Francisco em Santarém; São José e São Francisco em Óbidos; Imaculada Conceição e São Francisco em Monte Alegre.

O início ocorreu em 1907 com a chegada de um dos principais nomes da história da região, o franciscano Amando Bahlmann, alemão da cidade de Bartmansholte, que em 1908 foi sagrado bispo por ordem do papa Pio X. Dom Amando trabalhou por mais de 30 anos como bispo prelado de Santarém⁴ e deixou uma vasta herança de serviços prestados à região, como construções de escolas, hospitais e abrigos. Ainda fundou a ordem da Imaculada Conceição que administra a rede de escolas Santa Clara.

Levando em consideração a relação política da Igreja Católica com o Estado, a pesquisa opta por nomear como objetivo geral a investigação dos motivos pelos quais foram construídas as escolas confessionais pelos franciscanos alemães no Baixo Amazonas no início do século XX, e como objetivos específicos: entender as relações políticas entre a Igreja Católica e o novo regime republicano brasileiro e as consequências para regularidade da educação na região; compreender as razões políticas e diplomáticas pelas quais os Franciscanos alemães iniciaram sua missão na América Latina até chegarem ao Baixo Amazonas para desenvolver as obras educacionais; compreender a situação de efervescência econômica pela qual passava a região no início do século XX como fator de contribuição para a estruturação das escolas.

⁴ Prelazia de Santarém. Em 1903, quando foi criada, abrangia mais da metade do Estado do Pará, com uma área de 794.323 Km². A partir de 1934 começou a ser desmembrada com a criação da Prelazia do Xingu, em 1949 foi criada a Prelazia de Macapá, depois em 1957 a Prelazia de Óbidos e finalmente em 1988 a Prelazia de Itaituba. Em 1979, o Papa João Paulo II elevou o patamar da Prelazia para Diocese de Santarém. Disponível em: <https://www.diocesedesantarem.org.br/historia-diocesana> Acesso: 10 de jan.18.

Seguindo o conceito de interação política entre Igreja e Estado, a pesquisa levanta o seguinte problema: quais os fatores objetivos e subjetivos que permitiram a fundação das escolas confessionais franciscanas no Baixo Amazonas no período de 1907 a 1962?

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa trata sobre uma parte importante da história da educação do Baixo Amazonas e será realizada sobre os pressupostos teóricos do Materialismo Histórico Dialético e metodologicamente caracteriza-se como bibliográfica e documental. Conforme enfatiza os pressupostos da Pedagogia Histórico Crítica, amplamente discutida pelo professor Saviani (2004), as ações educacionais estão envoltas de intencionalidades políticas, cujos interesses são claramente distintos, ou para defenderem a classe que domina a sociedade ou para dar voz e oportunidades àqueles que estão à mercê dos benefícios a que se tem direito a coletividade. Buffa (2001), por sua vez, irá ampliar o horizonte da investigação, direcionando a pesquisa histórica sob a perspectiva da valorização do detalhe, isto é, analisando os livros de Atas, fotografias, charges, cartas, recortes de jornais, pessoas simples; ou seja, na perspectiva do secundário, compreender com mais sutileza e riqueza os fatos educacionais ocorridos naquele determinado momento histórico.

O acervo literário e histórico sobre a temática relacionada às missões franciscanas, tanto no Brasil como em outras partes do mundo, é relativamente escasso. E isso tem a ver com o carisma e orientação do principal membro da congregação, o próprio São Francisco. Segundo ele, tudo que seus seguidores fizessem devia ser por amor ao próximo e com apelo à simplicidade, doação e oração, sem esperar nada em troca, tampouco a vaidade do reconhecimento. Por conta desse princípio, não houve, na maioria das vezes, a preocupação dos frades em detalhar em documentos suas atividades missionárias. À vista disso, falar dos franciscanos historicamente se tornou tarefa de “garimpeiro”, em que elementos secundários como fotos, cartas, jornais, objetos, são analisados como fontes primorasas.

Assim, tornou-se costume afirmar que os franciscanos do Brasil escreveram a sua história na areia. Essa quase unanimidade entre os pesquisadores, escorada na declarada escassez de fontes documentais da Ordem, e na ausência de crônicas ou histórias escritas sobre a sua presença secular em terras brasileiras, justificaria o fato de a ação franciscana ser pouco estudada e reconhecida como importante na formação da nossa identidade nacional. (SANGENIS, 2004, p. 14).

Em virtude da falta de registros históricos, a obra franciscana acabou se tornando menos divulgada que a de outras ordens religiosas e, por isso, a grande importância, para história da educação brasileira, a recuperação do legado deixado pelos missionários franciscanos.

A ação educacional e missionária dos franciscanos, resistindo a tantas intempéries, permeou quinhentos anos de história ininterrupta. Seu esforço de educar os filhos da terra e os que aqui chegaram, através da catequese, da criação de escolas nos seus diversos níveis, bem como sua dedicação às ciências e às letras, foi marcado por forte empatia com o povo, cujos interesses e aspirações comungaram. Indissociavelmente vinculado à formação das nossas gentes, o franciscanismo é parte da alma do Brasil. (SANGENIS, 2004, p.247).

Diferentemente de seus irmãos de ordem religiosa, o bispo Dom Amando Bahlmann tinha o virtuoso hábito de escrever aquilo que achava mais relevante em sua vida e ia guardando em folhas avulsas. Esses relatos foram se juntando aos demais documentos da igreja na Cúria Prelática de Santarém. Depois de sua morte, todos esses papéis ficaram mal guardados e encaixotados na Diocese, ocupando espaço. Dom Tiago Ryan⁵, com senso de historicidade, mandou muitos arquivos e caixas para que fossem analisados por especialistas em documentos históricos na cidade de Belém. Em meio a esses escritos estavam as memórias de Dom Amando. Esses documentos foram devidamente tratados e mandados para o Rio de Janeiro onde houve um árduo trabalho de tradução do historiador Frei Clarêncio Neotti.

Em comemoração ao centenário da presença franciscana na Amazônia, o livro “Memórias Inacabadas” foi lançado em 1995. O livro é uma preciosidade para pesquisa porque é um relato do próprio Dom Amando das suas dificuldades em conseguir religiosos para tomarem conta das obras educacionais. Em virtude dessa dificuldade, acabou por fundar a Congregação da Imaculada Conceição. O enredo desta obra mostra a sua percepção sobre o homem, o mundo e a sociedade. Tal documento acaba sendo um retrato sobre as interações políticas da época em que a Igreja Católica tinha forte influência sobre a sociedade e contribuía para a consolidação de regimes políticos do país.

Ginzburg (1990), nos mostra que diante de obras complexas e ao mesmo tempo incompletas é prudente que se recorra a vários elementos de análises, como faz um avaliador de arte quando autentica uma pintura através de observações específicas dos traços do autor. Essas características marcam sua composição artística. Dessa forma, o avaliador verifica se a obra é falsa ou verdadeira. O mesmo se faz em um texto, quando se analisa os traços psicológicos de quem escreve e através de determinadas características, acaba se definindo a autoria e conseqüentemente a visão de mundo do autor. É um processo minucioso de investigação que beira a arte de solucionar crimes. Ginzburg (1990) descreve como o historiador de arte Giovanni Morelli (1874), analisava as obras de seu tempo.

⁵Dom Tiago Ryan, nascido na América do Norte, bispo da Ordem Franciscana. 5º prelado e 1º bispo diocesano de Santarém (1958-1985). <https://www.diocesedesantarem.org.br/>

Os livros de Morelli estão salpicados de ilustrações de dedos e orelhas, cuidadosos registros das minúcias características que traem a presença de um determinado artista... qualquer museu de arte estudado por Morelli adquire imediatamente o aspecto de um museu criminal...” Essa comparação foi brilhantemente desenvolvida por Castelnuevo, que aproximou o método indiciário de Morelli ao que era atribuído, quase nos mesmos anos, a Sherlock Holmes pelo seu criador, Arthur Conan Doyle. O conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria. (GINZBURG, 1990, p. 145)

O que Ginzburg (1990), nos quer revelar é que por detrás das pinturas, da literatura e de toda manifestação humana há traços que são característicos, únicos e terá de ser revelado pela investigação minuciosa. A obra franciscana tem características peculiares que não estão expressas em tratados, documentos ou livros, porém que existiram e expressaram a essência da ordem religiosa, e que, por sua vez, acabaram influenciando em seu trabalho nas missões, como por exemplo, sua forte ligação histórica ao poder instituído.

Para se chegar a Dom Amando e seus conterrâneos alemães, faz-se necessário a compreensão dos elementos que o antecederam, sobretudo o momento político, econômico, social e educacional em que vivia o país e as consequências para região. Outro fator relevante é a compreensão do momento político e social pelo qual passava a Alemanha no final do século XIX, que culminou com a chegada de centenas de missionários para o Baixo Amazonas. O referido bispo utilizou sua influência e carisma para atrair missionários e iniciar um projeto educacional para a região. Ao final se fará uma avaliação crítica sobre esse legado.

1.1 Os companheiros da estrada

Para compreender as razões da atuação dos missionários franciscanos na construção e administração de escolas no início do XX na região do Baixo Amazonas dentro da perspectiva histórico dialética, é necessário recorrer à contribuição de teóricos que tratam de elementos sociais, filosóficos e históricos, revelando pistas para elucidar as principais razões da chegada dos franciscanos e seu imediato interesse ao aspecto educacional.

Maurício de Aquino (2012), em sua pesquisa intitulada “Modernidade republicana e a diocesenização: do catolicismo no Brasil - as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930)” nos faz compreender as razões políticas que fizeram com que logo após a Proclamação da República, a Igreja Católica, Apostólica e Romana expandisse sua atuação para todo o território nacional. Segundo suas reflexões, a territorialização religiosa foi um elemento estratégico para a hegemonia católica no Brasil, principalmente no norte do país.

O Estado Republicano Brasileiro possibilitou o reconhecimento social e jurídico das diversas confissões religiosas no território nacional ao mesmo tempo em que favoreceu a ação dos donos do poder junto às instituições eclesiais em circunstâncias especiais para os projetos republicanos. Foi o que aconteceu, por exemplo, no tocante às missões religiosas no norte do país, região que demandava enorme atenção administrativa e revelava os desafios e os limites do novo regime político. (AQUINO, p.79, 2012)

Antes da Proclamação da República, a atuação católica estava muito restrita aos grandes centros urbanos do país e o número de sacerdotes era muito limitado, resultado da política Portuguesa, seguida pelos governos monárquicos brasileiros, que proibia a atuação dos missionários na catequese dos índios, desde 1759, quando foram expulsos por Marquês de Pombal⁶.

A Proclamação da República forçou a saída da família real e, conseqüentemente, a política de restrições aos religiosos foi modificada, permitindo o retorno dos missionários. Aquino (2012) elucida que a ação de trazer padres e freiras do estrangeiro foi o resultado de intensa negociação entre os bispos católicos e a cúpula governamental.

Quando os republicanos consolidaram o golpe de Estado⁷ que derrubou a monarquia, a maioria de seus mentores não queriam tratativas com a Igreja Católica, tanto é que a separam definitivamente da tutela do Estado, abrindo o país para a atuação religiosa protestante. Contudo, o novo governo sofria pela falta de experiência e isso acabou ajudando na disseminação dos princípios católicos no país.

Havia incertezas sobre a atuação do governo na resolução de problemas sociais e financeiro, como por exemplo: a crise da monocultura do café⁸ e as dívidas deixadas pela monarquia; havia também o receio de famílias ricas e tradicionais, fiéis à monarquia, incentivarem a população a se rebelarem exigindo o retorno de Dom Pedro; por fim, o problema do não reconhecimento diplomático do Brasil por outros países.

⁶ Segundo Alves (2010) Marques de Pombal foi secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777), imprimiu várias reformas estruturais e econômicas em Portugal na tentativa de modernizar e industrializar o país, cuja intenção era competir com igualdade de condições com as potências emergentes da Europa da época, como a Inglaterra. Foi responsável direto pela expulsão dos religiosos do Brasil, principalmente dos Jesuítas. Disponível: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html Acesso em: 02 de maio 18

⁷ Segundo o Historiador José Murilo de Carvalho (2007) há ambigüidades no processo que legitimou a Proclamação da República no Brasil, o que pode caracterizá-la como Golpe de Estado, pois não houve a participação massiva da população e o grupo que liderou o levante não poderia ser considerado representante dos setores da sociedade. Contudo, historicamente os republicanos emplacaram na sociedade o termo “proclamação” o que acabou legitimando o episódio.

⁸ O país não tinha uma política agrícola diversificada ao final do século XIX. A base de exportação estava centrada na produção do café, cana de açúcar e produção de leite, o que tornava a economia muito frágil quando oscilavam os preços de tais commodities.

Rui Barbosa, responsável pela elaboração do decreto de extinção do Padroado na condição de Ministro interino da Justiça, e o bispo de Belém do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, trocaram correspondências abordando questões relativas ao lugar da Igreja Católica e da religião no incipiente regime republicano brasileiro. Mas, D. Macedo Costa não foi o único membro da hierarquia católica a negociar diretamente com Rui Barbosa a situação da Igreja na República. O internúncio monsenhor Francesco Spolverini também o fez projetando a questão para o campo das relações internacionais tornando mais complicada a tarefa do jurista Rui Barbosa já que a *República dos Estados Unidos do Brasil* deveria obter ainda o reconhecimento internacional. (AQUINO, p.79, 2012).

É nesse momento de vulnerabilidade que a Igreja Católica oferece sua ajuda para a consolidação do governo através do apoio diplomático e da atração de congregações religiosas estrangeiras para construir hospitais e escolas em todo país. O governo aceita o precioso auxílio e libera a expansão da Igreja Católica pelo país. Foi através desse tratado político entre Estado e Igreja Católica, no período de 1890 a 1930, que ocorreu a construção da maioria das escolas confessionais pelo país.

Outro pensador importante no desenvolvimento da pesquisa é Dermeval Saviani. Apesar de não estar diretamente ligado à temática franciscana, o filósofo Dermeval Saviani (2004), com suas reflexões sobre educação na perspectiva do materialismo histórico dialético, ajuda a entender as ambiguidades das políticas públicas do Brasil. Saviani irá perceber que algumas iniciativas de políticas educacionais pouco contribuíram para resolver as profundas disparidades sociais do país. Segundo seu pensamento, a metodologia da Escola Tradicional, dominante no país no século XIX até início do século XX, enfatizava a disciplina, a repetição, memorização. Em contrapartida, a metodologia da Escola Nova, dominante na primeira metade do século XX, focava na mediação docente, na liberdade e autonomia do aluno. Saviani chegará à conclusão de que o desempenho da educação não se analisa somente pela riqueza teórica do método, mas pelo resultado prático que esse método provoca no seio da sociedade. Notou-se que o excesso de liberdade dado ao aluno e ao professor na Escola Nova não gerou boa formação às massas enquanto que a elite acabou se fortalecendo com a utilização eficiente da metodologia tradicional em suas escolas, aprofundando as desigualdades no país.

Aplicando o mesmo raciocínio à situação educacional, cabe observar que as críticas da Escola Nova atingiram o método tradicional não em si mesmo, mas a sua aplicação mecânica cristalizada na rotina burocrática do funcionamento das escolas. A procedência das críticas decorre do fato de que uma teoria, um método, uma proposta devem ser avaliados não em si mesmos, mas nas consequências que produziram historicamente. Essa regra, porém, deve ser aplicada também à própria Escola Nova. Nesse sentido cumpre constatar que as críticas, ainda que procedentes, tiveram, como assinalamos no artigo anterior, o efeito de aprimorar a educação das elites e esvaziar ainda mais a educação das massas. Isto porque, realizando-se em algumas poucas

escolas, exatamente aquelas frequentadas pelas elites, contribuíram para o seu aprimoramento. Entretanto, ao estender sua influência em termos de ideário pedagógico às escolas da rede oficial, que continuaram funcionando de acordo com as condições tradicionais, a Escola Nova contribuiu, pelo afrouxamento da disciplina e pela secundarização da transmissão de conhecimentos, para desorganizar o ensino nas referidas escolas. Daí, entre outros fatores, o rebaixamento do nível da educação destinada às camadas populares. (SAVIANI, 1999, p.4).

Como observa Saviani (1999), as contradições estão presentes no decurso da história da educação do Brasil e são inerentes à sociedade. No Baixo Amazonas, por exemplo, tais contradições estão evidentes nos serviços oferecidos pelos missionários estrangeiros que chegaram no início do século XX. A ação missionária deu amparo a muitos desprovidos de riquezas, contudo a oferta educacional prioritária era para quem detinha o poder político e econômico na região.

No embate de forças entre a classe burguesa e proletariado, tem-se larga vantagem aos que detém o poder aquisitivo, contudo a história nos mostra que os pobres, mesmo em desvantagem, reivindicam acesso aos meios de conhecimento, o que caracteriza uma tímida resistência. As escolas para meninos no Baixo Amazonas, por exemplo, eram financiadas pelos padres franciscanos de maneira quase gratuita, fruto de doações financeiras que os religiosos solicitavam de suas famílias e pessoas generosas da Europa e dos Estados Unidos da América, segundo Frei Vianey uma parte significativa dos egressos dessas escolas acabou sendo um elemento multiplicador do conhecimento por toda região. O entrevistado Frei Vianey Miller relata que em viagens missionárias, nas mais distantes regiões da Amazônia, sempre encontrava um professor ou professora recém-formados ou já aposentados que houvera estudado em uma das escolas geridas por eles, e “dizia consigo que o trabalho de manter as escolas foi difícil, muito caro, mas valia a pena, pois trazia dignidade à região”. (Entrevista, 2018)

Saviani (1999), em seu livro “Escola e Democracia” reflete que o acesso das massas à educação formal não foi fruto da boa vontade da classe burguesa em partilhar o conhecimento com a classe operária. A educação por si somente não transforma a sociedade, é algo ilusório, a transformação real é marcada pelo embate de forças e historicamente o acesso à educação no Brasil é resultado de pressão.

Assim, o acesso das camadas trabalhadoras à escola implica a pressão no sentido de que a *igualdade formal* (“todos são iguais perante a lei”) própria da sociedade contratual instaurada com a revolução burguesa se transforme em *igualdade real*. Nesse sentido, a importância da transmissão de conhecimentos, de conteúdos culturais, marca distintiva da pedagogia da essência, não perde seu caráter revolucionário. A pressão em direção à igualdade real implica a igualdade de acesso ao saber, portanto, a distribuição igualitária dos conhecimentos disponíveis. (SAVIANI, 1999, p. 03).

A própria Constituição de 1891 nos Art. 71 e Art. 72 começa a garantir os direitos individuais do cidadão, com base nesse aspecto, alguns setores da sociedade formados por intelectuais, educadores, escritores, como Carneiro Leão e Lourenço Filho, começam a pressionar o governo no sentido de democratizar a educação. O esforço gradativo levou à garantia da universalização da educação básica na Constituição de 1934. Tais benefícios e garantias constitucionais acabaram tendo reflexos na melhoria da educação no Baixo Amazonas.

Outra importante contribuição para o desenvolvimento do trabalho foi do autor Martin Kitchem (2013), em sua obra “História da Alemanha Moderna de 1800 aos dias de hoje”, elucida a situação da Alemanha no período em que os religiosos franciscanos começaram a epopeia de deixar a Europa para buscar novos desafios em terras distantes ao final do século XIX e início do século XX. Suas reflexões levam à resposta do porquê de tantos alemães aportarem na Amazônia.

A Alemanha é um dos países ocidentais que marcaram a história da humanidade nos últimos 200 anos e para isso algumas razões são evidentes: a deflagração das duas guerras mundiais, o poderoso parque industrial e a influente escola filosófica formada por Heidegger, Karl Marx, Friedrich Engels, Nietzsche, Hegel, Max Weber, Immanuel Kant, Einstein, Adorno, Lutero, dentre outros. Os povos germânicos demoraram a entrar nas disputas comerciais transoceânicas nos séculos XVIII e XIX, devido às intensas batalhas por unificação de seu território, isso acabou comprometendo o avanço econômico do país nesse período. Ao tentar conquistar espaço comercial na Europa e no restante do planeta no início do século XX, acabou incomodando os interesses das grandes potências industriais da época, como Inglaterra e França, ocasionando o embate diplomático que culminou com as guerras.

Kitchem (2013), também enfatiza a importância das batalhas religiosas na construção política da Alemanha, onde relata a grande cisão no catolicismo com a criação do movimento protestante liderado pelo padre Agostiniano Martinho Lutero. “Lutero era considerado uma figura exclusivamente alemã, e os protestantes afirmavam que a sua religião era a única apropriada para um verdadeiro alemão” (p.79).

O século XVI é marcado por uma forte rejeição ao catolicismo de boa parte dos povos germânicos, o que criou um ambiente propício para a proliferação dos ideais de Lutero. Com o passar dos anos, essa divisão religiosa cristã acaba se aprofundando tendo como ápice a unificação alemã pelo protestante Bismark ao final do século XVIII.

A edificação do império alemão foi promovida por uma série complexa de alianças frequentemente contraditórias. (...) O Partido de Centro defendia os direitos dos Estados e se opunha a todas as tentativas de fortalecer o governo federal. Os liberais, por sua vez, eram violentamente anticatólicos e condenavam a igreja ultramontana como sendo hostil aos interesses nacionais, um corpo estranho, um ninho de superstição e atraso(...)O novo império alemão envolveu-se, portanto, em um conflito renovado entre a Igreja e o Estado, não raro representado como uma renovação da luta entre o papa e o imperador, de modo que “Canossa” logo se tornou um clichê desgastado. (KITCHEM, 2013, p.313).

Com a vitória de Otto Von Bismark na batalha Franco-Prussiana em 1870 – 1871, houve uma intensa luta entre católicos e protestantes para se firmarem como a principal religião do Estado. Esse período é chamado de Kulturkampf⁹. O governo central promoveu uma perseguição às ordens religiosas católicas que, com pouco espaço para trabalhar em um país dividido, iniciaram um processo de abertura de fronteiras missionárias e assim começam a trabalhar na América Latina.

A obra “O Farol que Guia: A Educação de Mulheres no Colégio São José / Óbidos - PA (1950 a 1962)”, de Marilene Barros, fruto de sua pesquisa de mestrado, é de relevante importância para o entendimento da temática educacional franciscana, pois apresenta um volume significativo de informações sobre a Escola São José em Óbidos, o que acaba servindo de amostragem sobre o funcionamento das demais escolas confessionais no Baixo Amazonas. Nesse trabalho, a autora revela que apesar de iniciarem os trabalhos educacionais sob a responsabilidade de congregações diversas, as escolas confessionais da região, no decorrer do tempo, acabaram sendo transferidas para a responsabilidade administrativa da Congregação Imaculada Conceição da Mãe de Deus.

Fundamental para compreensão do objeto pesquisado, “Memórias Inacabadas”, livro póstumo de Amando Bahlmann (1995), revela com detalhes as dificuldades que enfrentou para conseguir trazer religiosos e religiosas para compor o quadro funcional para trabalhar nas escolas no início do século XX. A obra também relata uma série de outros desafios, como falta de recursos financeiros e a situação precária em infraestrutura pela qual passava a região na

⁹ *Kulturkampf* (luta cultural – tradução) consistiu no litígio entre a Igreja Católica e os governos de língua alemã, especialmente o governo da Prússia. Queria-se obrigar a igreja a aceitar o progresso, o então chamado modernismo. E isso se fez de forma agressiva, violenta. Recordar-se a celebração do Concílio Vaticano I (1869-1870) com o dogma da infalibilidade papal.

O expoente máximo foi Bismarck, chanceler alemão e primeiro ministro do reino prussiano (ao mesmo tempo). As principais medidas foram: ficou suspenso o ministério de culto, as escolas foram secularizadas e a igreja afastada delas, interditar os conventos jesuítas, suspenderam relações diplomáticas com a Santa Sé, foram suspensos os salários pagos aos padres e a quantos trabalhavam na cura d'almas, foram expulsos todos os religiosos exceto os que trabalhavam a obras de caridade, como hospitais.

Essas leis duraram enquanto o Partido Liberal, que tinha maioria, ficou no poder.(...) Com a derrota fragorosa dos liberais nas eleições, surgiu no dia 2 de maio de 1886, Lei da Paz, que significou na prática, o fim do Kulturkampf.(BAHLMANN, 2015, p.27).

época. A análise do livro evidencia a sagacidade do bispo utilizando-se de suas habilidades intelectuais e políticas para superar as intempéries que apareciam em sua trajetória como prelado de Santarém.

1.2 O caminho a ser trilhado

Ao tratar da experiência Franciscana no Baixo Amazonas e correlacioná-la ao desenvolvimento educacional, estará evidenciando um amplo trabalho realizado por missionários estrangeiros que vieram dos mais variados países da Europa, em especial a Alemanha, para dedicarem-se à salvação das almas e à educação fundamental. Tal saga missionária e educativa será analisada sob o enfoque da dialética materialista e histórica de Marx e Engels, através do amplo estudo de Claudinei Lombardi (2011). Também serão utilizados elementos conceituais de metodologia de pesquisa de Bernadete Gatti (1998), Antonio Chizotti (1991), Eduardo Chagas (2011), Ester Buffa (2001).

Segundo Chagas (2011), contrapondo-se ao idealismo de Hegel que postulava a dialética como categoria absoluta da mente e do empirismo imediato e pressupunha que o conhecimento advinha da experiência concreta e suas categorias de análises, cujo desenvolvimento da mente humana é preenchido por essas categorias (tabula rasa), Marx e Engels transportam essa dialética do transcendente para a realidade histórica e a colocam diante dos mais variados conflitos humanos, os quais, a partir das contradições sociais e da consciência dos mecanismos de subjugação do indivíduo pelo próprio indivíduo, abrem-se os verdadeiros precedentes para se chegar à liberdade e igualdade. A base desse ideal proposto está na superação do conceito de propriedade privada; da exploração da força de trabalho; da massificação ideológica do consumo como mecanismo de satisfação imediata e principalmente à superação do domínio dos órgãos de controle como o Estado, a igreja, o direito e a política.

Nesse sentido, o método dialético de investigação científica se baseia no objeto concreto, histórico, real, com seus conflitos e contradições. Segundo Chagas (2011), a metodologia dialética pode ser facilmente confundida com os pressupostos do idealismo ou do empirismo, por depender da investigação e da exposição. Tanto empiristas como idealistas se utilizam da investigação e da exposição para fazer julgamentos isolados, ou seja, os pressupostos teóricos ficam somente no plano das ideias ou no objeto em si, sem considerar as múltiplas relações. A sutil diferença para o método dialético está na forma de investigação, que pressupõe a análise e a reflexão antes de sua exposição metódica e a exposição, propriamente dita, se baseia na crítica interna do objeto e todas as suas contradições.

A investigação, ou o método de investigação (*Forschungsmethode*), é o esforço prévio de apropriação, pelo pensamento, das determinações do conteúdo do objeto no próprio objeto, quer dizer, uma apropriação analítica, reflexiva, do objeto pesquisado antes de sua exposição metódica. E a exposição, ou o método de exposição (*Darstellungsmethode*), não é simplesmente uma auto-exposição do objeto, senão ele seria acrítico, mas é uma exposição crítica do objeto com base em suas contradições, quer dizer, uma exposição crítico-objetiva da lógica interna do objeto, do movimento efetivo do próprio conteúdo do objeto (CHAGAS, 2011, p. 04).

Ainda seguindo o raciocínio de Chagas (2011), a metodologia dialética se apropria dos pressupostos do idealismo e do empirismo no que compete ao aprofundamento sistemático do objeto e suas variações. Generalizações precipitadas podem comprometer a veracidade do objeto investigado. Aquilo que se pretende investigar precisa de maturação, de captação de detalhes, de suas formas de evolução e de sutis conexões, para que se possa, por fim, compreender a sua lógica interna. Este pressuposto depende de um esforço intelectual de investigação e compreensão do conteúdo, o que não significa ficar aprisionado no mundo infinito das ideias ou de concepções pré-definidas, mas dar significado real ao objeto dentro de uma lógica de profundo movimento.

[...]extraindo o núcleo, o “caroço racional” de dentro das coisas, pois, afinal de contas, “a pérola não sai sozinha da ostra”. Neste sentido, o método dialético de Marx não é um instrumento, uma técnica de intervenção externa do pensamento ao objeto, como que um caminho pelo qual o pensamento manipula, a partir de hipóteses exteriores, o objeto. O pensamento tem, na verdade, que se livrar de opiniões pré-concebidas, de conceitos externos ao objeto, de hipóteses que pairam acima dele, para nele mergulhar e penetrá-lo, considerando apenas o seu movimento. (CHAGAS, 2011, p.03).

Saviani (2004), reflete sobre a educação no Brasil sob a ótica do materialismo histórico, enfatizando a necessidade do conhecimento do ambiente social onde está inserida a prática educativa, cujo uso e direcionamento estão sob o domínio do capital. O que o teórico pretende demonstrar ao teorizar sobre a educação do Brasil é o fator da mediação da prática pedagógica no interior da prática social, ou seja, onde está o “caroço racional” expresso por Chagas (2011), o qual compreende o quanto a educação se faz determinante no contexto político-social e o quanto esses mecanismos interferem no princípio da liberdade e da igualdade.

Efetivamente, a pedagogia histórico-crítica entende a prática educativa como uma atividade mediadora no interior da prática social. Assim sendo, a primeira condição para se atuar de forma consistente no campo da educação é conhecer, da forma mais precisa possível, o modo como se encontra estruturada a sociedade na qual se desenvolve a prática educativa. Como sabemos, a forma de sociedade vigente no mundo atual e, portanto, também no Brasil define-se pelo domínio do capital. (SAVIANI, 2004, p.06)

Segundo Lombardi (2011), Marx e Engels ao construírem os referenciais do materialismo dialético não direcionaram seus estudos exclusivamente à temática educacional, o que não significa que relegaram o assunto. Há reflexões pontuais acerca do ensino, como por exemplo, a crítica aos sistemas educacionais da Inglaterra e da Prússia, que não atingiam com qualidade a maioria dos jovens. Para Lombardi (2011), a temática educacional nas obras de Marx e Engels não chega a se configurar como uma estrutura sistemática, com todos os elementos epistemológicos, no entanto suscita reflexões importantes sobre o papel do ensino para se chegar ao equilíbrio social.

Tal como foi assinalado inicialmente, as referências de Marx e Engels não constituem nenhum sistema pedagógico. Ainda mais, muitos autores negam que estes escritos possam reunir-se sob uma rubrica de caráter estritamente pedagógico, pois em todos os casos trata-se de escapar às estritas limitações que coloca a educação entendida como mera prática escolar. Este é, talvez, um dos pontos relevantes que convém destacar: se as opiniões de Marx e Engels não constituem um sistema, estabelecem um marco e abrem vias por onde o sistema pode começar a construir-se. Nesse marco, um dos pontos-chaves é, justamente, a rotunda negativa de reconhecer a educação como um fato estritamente escolar e considerar a atividade escolar como um fenômeno autossuficiente e independente. (LOMBARDI, 2011, p.20)

Para Marx e Engels (1998), o palco do conflito é a própria história, onde os elementos se contrapõem em um movimento de subjugo por parte de quem detém os meios de produção sobre aqueles que representam a força produtiva, e a mudança dessa perspectiva só irá ocorrer quando a consciência entrar em conflito com o estado social. Ao perceber e se libertar das cadeias ideológicas, o indivíduo assume o comando de sua própria gênese e passa a ser, juntamente com seus pares, o protagonista de sua própria história. Nesse contexto, a educação se torna reflexo dos embates ideológicos: serve tanto para consolidar o status da sociedade burguesa, como também serve como instrumento de emancipação social, isso irá depender da capacidade de equilibrar as forças.

[...] toda essa podridão tem um único resultado: os três momentos constituídos pela força produtiva, pelo estado social e pela consciência, podem e devem necessariamente entrar em conflito entre si, pois através da divisão do trabalho torna-se possível aquilo que se verifica efetivamente: que a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos; então, a possibilidade de que esses elementos não entrem em conflito reside unicamente na hipótese de acabar de novo com a divisão do trabalho. Consequentemente, os "fantasmas", "laços", "ente superior", "conceito", "escrúpulos", são apenas a expressão mental idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e limitações muito empíricas no interior das quais se move o modo de troca que este implica. (MARX; ENGELS, 1998, p. 27)

Diante do exposto e considerando os pressupostos da metodologia dialética, teríamos infinitos pontos conflituosos e contraditórios para refletir sobre a chegada dos franciscanos no Baixo Amazonas e sua empreitada para a construção das bases educacionais da região, e desses pontos se destacam três: os princípios da religiosidade, bondade e alteridade dos missionários.

Segundo os preceitos do fundador da ordem franciscana, o próprio Francisco de Assis (1182 – 1226), os religiosos abdicaram de suas vidas confortáveis, ao lado de uma família ou de um bom emprego, para tornarem-se missionários em terras distantes, vivendo em severas condições climáticas e algumas vezes entregando sua própria vida pela causa de um projeto de salvação de almas e cuidados aos miseráveis para que estes tivessem dignidade. Para tanto, construíram ou melhoraram as estruturas paroquiais nos municípios e seguidamente ergueram as escolas de educação básica, pois como vinham de uma realidade em processo de industrialização, acreditavam que o caminho da dignidade estava na aquisição do saber. Diferentemente da cultura camponesa, que pouco precisava de conhecimentos para sua sustentação, o processo de industrialização, por ser mais complexo, necessitava de mão de obra qualificada, ou no mínimo alfabetizada, para que se tivesse condições de ler e entender os manuais das máquinas. Nesse sentido, questiona-se para quem o trabalho educacional dos religiosos se destinava: para Deus, para homens comuns ou para o fortalecimento da indústria capitalista?

Os princípios que regem essa sociedade e que foram teorizados pelo liberalismo são a liberdade, a igualdade e a propriedade. Portanto, o pressuposto dessa organização social é a existência de proprietários formalmente iguais entre si que dispõem livremente de seus bens. Eis como comparecem no mercado os dois personagens principais da cena social: o trabalhador e o capitalista. O primeiro é proprietário da força de trabalho; o segundo, dos meios de produção que compreendem a matéria prima e os instrumentos de trabalho. Portanto, na sociedade capitalista defrontam-se no mercado proprietários aparentemente iguais, mas de fato desiguais, realizando, sob a aparência da liberdade, a escravização do trabalho ao capital. (SAVIANI, 2004, p.02)

Por mais que o interesse dos religiosos fosse o de facilitar o acesso ao conhecimento do seu “rebanho”, indiretamente tomavam parte da engrenagem da indústria capitalista ao formarem mão de obra para servir à produção de bens de consumo.

O segundo ponto do conflito seria como cuidar do pobre miserável se as escolas por eles construídas e administradas eram destinadas, em sua maioria, a quem pagasse a mensalidade? Vejamos o desenvolvimento do problema: quem podia pagar a mensalidade era quem tinha poder aquisitivo e, portanto, nessa ótica, os religiosos trabalhavam em favor da

classe abastarda ou classe burguesa da época. Dom Amando fala com tristeza que as freiras Franciscanas Hospitaleiras tiveram que deixar a Cidade de Monte Alegre e Alenquer porque os pais não tiveram mais condições de sustentar a escola em virtude da queda do preço da borracha Balhmann (1995). Ao contradizer essa lógica de mercado, abrimos um novo tratado: Calderado (2013), nos revela que é verdade também que a construção da escola Santa Clara em Santarém está relacionada a efetivação de um orfanato destinado às meninas que perderam seus pais vítimas das constantes epidemias do século XIX e XX, como a febre amarela. Em Óbidos, a inauguração da Escola São José também está relacionada aos cuidados de pessoas pobres, o mesmo aconteceu em Monte Alegre, onde a escola Imaculada Conceição está ligada a um orfanato e assim por diante. O entrevistado frei Vianey (2018) relatou que as escolas para meninos geridas pelos padres franciscanos eram gratuitas.

Verificamos que em todos os relatos históricos das escolas fundadas e mantidas por ordens religiosas há o componente da ação da caridade, no entanto, o grande volume do alunado era composto por quem podia pagar as mensalidades. A lógica do capital favorece o princípio da não caridade, pois sem dinheiro, se torna quase impossível praticar a bondade com relativa qualidade. Para construir e manter as escolas e os orfanatos, os padres e freiras precisavam de aportes financeiros diários para comprar alimentos, livros, material de higiene, limpeza e pagamentos de salários. Do governo, não poderia se esperar dinheiro, e a universalização do ensino só iniciou com a Constituição de 1934. Assim, como oferecer educação e caridade se tudo que a sociedade te oferece são *commodities*¹⁰ que tem um preço e uma origem concreta? Marx (1980) critica ferozmente a intenção capitalista pelo ensino, cujo interesse se concentrava não na dignidade, mas na exploração da mão de obra desde a tenra idade.

Apesar da aparência mesquinha que apresentam em seu conjunto, as disposições da lei fabril relativas à educação fizeram da instrução primária condição indispensável para o emprego de crianças³⁶. [...] Ela se patenteia, por exemplo, no terrível fato de grande parte dos meninos empregados nas fábricas e manufaturas modernas, condenados desde a mais tenra idade a repetir sempre as operações mais simples, serem explorados anos seguidos, sem aprender qualquer trabalho que os torne úteis mais tarde, mesmo que fosse na mesma manufatura ou fábrica. (LOMBARDI, 2011, p.90)

A segunda premissa passa intencionalmente a ideia de que os pobres recebiam uma ajuda dos padres e das freiras porque estes eram homens e mulheres destinados a cumprir a

¹⁰ As *commodities* – ou commodity, no singular – é uma expressão do inglês que se difundiu no linguajar econômico para fazer referência a um determinado bem ou produto de origem primária comercializado nas bolsas de mercadorias e valores de todo o mundo e que possui um grande valor comercial e estratégico. Disponível em <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/commodities.htm>. Acesso em :19 de dez. 2018.

caridade cristã. Analisando pelo ponto de vista do materialismo histórico dialético, o conceito de caridade pode ser perfeitamente questionado. Que os padres e freiras eram trabalhadores compromissados com a dignidade humana não há o que duvidar, contudo, eles seguiam as diretrizes de sua entidade e do país que os acolhia, e nem sempre tais orientações condizia com o princípio da equidade. O trabalho dos religiosos era ambíguo, pois serviam aos pobres, mas a prioridade era os ricos porque pagavam mensalidade, ou seja, o serviço religioso acabou sendo um instrumento eficaz para burguesia.

As instituições tradicionais da sociedade [...] a família, o grêmio, a Igreja [...]. Ao longo da história, estas instituições haviam sido o instrumento de reprodução ideológica - além de ter outras funções que agora não vêm ao caso. Sua decadência acentuou-se pelo auge dos meios de comunicação de massas, que se converteram no marco, por excelência, da reprodução. Ora, as condições culturais das massas não eram, em princípio, muito adequadas para esse crescimento. O analfabetismo, geral no campo e muito extenso nos núcleos urbanos, tornava inviável o rápido estabelecimento de tais meios. Nestas circunstâncias, o aparato escolar apresentava vantagens óbvias e que foram imediatamente aproveitadas pela burguesia. (LOMBARDI, 2011, p.19)

Historicamente o país cultivava uma profunda disparidade entre ricos e pobres, entretanto, a Constituição, promulgada após a proclamação da República em 1891, já começa a dar ênfase, nos Artigos 59 a 70, aos conceitos como igualdade de condições e justiça, o que acaba sendo um avanço para a população do ponto de vista legal, pois estimula as massas a buscarem mais direitos: “se o rico tem direito à educação, porque o pobre não o terá, se são iguais perante a Constituição do país?”. Saviani (2004), reforça que essas contradições ocorrem na própria estrutura social e, portanto, é nessa estrutura que deverá ser empregada as forças para a mudança.

Inversamente, a perspectiva dos interesses dominados aponta no sentido da aceleração do processo histórico, de se “empurrar” para frente o processo histórico. Por que isso? Porque não interessa às camadas dominadas a manutenção da estrutura, mas sua transformação; interessa construir um tipo de sociedade que os liberte da situação de dominação. Assim sendo, na perspectiva da classe dominada, as crises de conjuntura são vistas como manifestação das contradições da estrutura e, portanto, sua ação vai na direção de explorar os elementos de conjuntura no sentido de que eles possam vir a alterar a própria estrutura. (p.02).

Um fator que evidencia as contradições históricas no Brasil é negligenciar o princípio da igualdade. Apesar do termo igualdade estar expresso em destaque na Constituição Federal de 1891 e em todas as constituições seguintes, na prática, esse direito não será concretizado de maneira fácil e imediata pelas instituições no decurso da história recente do

Brasil, até porque o país herda o subjugo do colonialismo¹¹ e um pernicioso ranço do regime escravocrata¹², sua consolidação é processual, resultado de intensa batalha política e de superação das desigualdades sociais, o que conseqüentemente gera conflitos de interesses por quem controla o poder. O país ainda acumula um déficit descomunal por igualdade de condições.

Estou convencido de que uma verdadeira igualdade de direitos entre homens e mulheres só poderá ser verdadeira quando se tiver eliminado a exploração capitalista sobre ambos e o trabalho doméstico privado seja convertido em indústria pública. (LOMBARDI, 2011, p.108)

O terceiro ponto dessa análise dialética, seria o mais sutil e talvez o menos perceptível para quem participou efetivamente da construção educacional da região do Baixo Amazonas. Trata-se do aspecto político. Segundo Aquino (2012), a Igreja Católica após a Proclamação da República travou intensa batalha política para manter o controle religioso do país, principalmente depois que o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca promulgou o Decreto 119A-7/01/1890 extinguindo a relação econômica entre Igreja e Estado e abrindo as fronteiras para o protestantismo. A Igreja Católica no Baixo Amazonas, representada pelos missionários, fazia parte de um grande projeto de controle social do recém fundado governo republicano brasileiro para conter a classe dominante da região na prevenção de possíveis rebeliões, como ocorreram na Cabanagem¹³, com Revolta Armada no Rio de Janeiro¹⁴ e com a Revolta de Canudos ocorrida no sertão da Bahia.

¹¹ Entre os 1500 até 1822 o Brasil foi colônia da Coroa Portuguesa. Segundo Fausto (1996) a exploração de Portugal ao Brasil cobre um período de cerca de 500 anos (bem antes da chegada de Pedro Alvares Cabral) dos quais abrangem a política de exploração ultramarina e o desenvolvimento do mercantilismo.

¹² Segundo a socióloga Ângela Alonso (2014) o fim do regime de escravidão no Brasil contou com a forte colaboração do movimento abolicionista brasileiro e também de forças de resistências que são relegados pela história oficial. Contudo, Alonso (2014) coloca que o modelo de abolição da escravatura é contraditório, pois serviu também para assegurar a exploração da mão de obra a preço irrisório no emergente sistema capitalista brasileiro, o que não deixa de significar a continuação do processo de servidão.

¹³ A revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas. (RICCI, 2006, p.06)

¹⁴ Segundo historiador Marcos Napolitano (2016), a Revolta da Armada foi um movimento de rebelião ocorrido em 1893 e liderado por algumas unidades da Marinha Brasileira contra o governo do presidente Floriano Peixoto. Após a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca em 1891, ao assumir, Floriano Peixoto destituiu todos os governadores que apoiavam Deodoro. Este fato gerou divergências políticas. Alguns grupos militares, principalmente da Marinha, eram contrários a ascensão política de civis, promovida pelo governo de Floriano Peixoto.

Como as famílias ricas da região Amazônica, compostas de fazendeiros, exportadores de cacau e borracha, mandavam seus filhos estudarem em Belém, Portugal e Paris, era muito mais conveniente confiar a educação desses alunos aos religiosos, pois dessa feita se resolveria três problemas: o financeiro (era muito mais barato manter um filho perto de casa do que em Paris); abrandava os ânimos dos donos do capital para possíveis insurgências contra o governo; e, finalmente, formava a cabeça e o espírito dos futuros condutores da sociedade dentro do ideário republicano, da ordem e da moral cristã. É notório como essa estratégia política foi uma das mais eficazes na história da região. Nesse caso, é conveniente perguntar: o serviço educacional oferecido pelos religiosos foi deliberadamente utilizado para consolidação do poder político vigente?

Enquanto fenômeno concreto, a luta de classes não se resume à violência, mas vai muito além. De modo especial, a partir da segunda metade do século XIX a sociedade burguesa foi complexificando suas formas de dominação e alargando consideravelmente os mecanismos de hegemonia, configurando um amplo campo ideológico destinado a obter o consenso preferencialmente ativo das massas trabalhadoras. Nessas novas condições a luta de classes se trava predominantemente no campo da hegemonia de forma cotidiana e persistente com a utilização não apenas do aparelho escolar, mas de um amplo aparato que inclui a imprensa diária e periódica, os meios de comunicação de massa e as novas tecnologias de comunicação e informação, além das igrejas das mais diferentes confissões religiosas que cumprem o papel de conformar e resignar as massas à sua condição social. (SAVIANI, 2004, p.18).

Saviani (2004), é enfático ao analisar a educação na perspectiva dialética eliminando qualquer possibilidade de meio termo: ou está a serviço da classe dominante ou está a serviço da emancipação da classe trabalhadora. Julgando por esse prisma, a educação ofertada pelos franciscanos no início do século XX beneficiou consideravelmente a classe pensante e dominante da sociedade.

Desse caráter da estrutura social capitalista decorre que o papel da educação escolar será um se ela for posta a serviço do desenvolvimento do capital, portanto, a serviço dos interesses da classe dominante. E será outro, se ela se posicionar a favor dos interesses dos trabalhadores. E não há possibilidade de uma terceira posição. A neutralidade é impossível. É isso o que se quer dizer quando se afirma que a educação é um ato político. Dizer, então, que a educação é um ato político significa dizer que a educação não está divorciada das características da sociedade; ao contrário, ela é determinada pela sociedade na qual está inserida. E, quando a sociedade é dividida em classes cujos interesses são antagônicos, a educação serve a interesses de uma ou de outra das classes fundamentais (SAVIANI, 2004, p. 02)

Partindo do pressuposto que dialética é expor as contradições e embates de interesses antagônicos, pode-se determinar dois rumos tomados pelas escolas franciscanas que

historicamente expõe o equilíbrio de forças entre a classe burguesa e a classe trabalhadora: o primeiro aspecto se refere à motivação pela qual as escolas foram planejadas, construídas e executadas: afagar, controlar e satisfazer os interesses da classe burguesa e da política do governo republicano.

O segundo aspecto está relacionado à pressão popular, veja que aqui a reflexão não se caracteriza pela compreensão do termo de maneira explícita como pegar em armas de fogo, fazer greves, ou organizar manifestação de rua, mas pressão de forma subjetiva. Embora fossem construídas para abrigar os filhos dos comerciantes ou dos fazendeiros, havia ali, nas escolas, o filho ou filha do camponês ou a órfã que estava brigando por um espaço naquele educandário, pois entendiam que naquele lugar havia algo precioso: o conhecimento. Dessa forma, a cada ano que se passava aumentava o número de pobres com acesso à educação. A Escola São Francisco de Santarém, inaugurada em 1918, por exemplo, inicia com 30 alunos carentes e em pouco tempo já eram mais de 150 alunos. Essa luta se avolumou no país até chegar as garantias constitucionais.

Saviani (2004), sustenta a tese que escola não muda a sociedade, mas pode constituir-se espaço de transformação de onde sobressai a democratização do saber, contudo, não se espere que isso ocorra sem que haja o embate de forças e ideias.

A escola é, pois, compreendida com base no desenvolvimento histórico da sociedade; assim compreendida torna-se possível sua articulação com a superação da sociedade vigente em direção a uma sociedade sem classes (...) É dessa forma que se articula a concepção política socialista com a concepção histórico-crítica. (SAVIANI, 2004, p.103).

Apesar das ambiguidades relatadas anteriormente, fruto do dinamismo temporal, e que permeará esta pesquisa, não há como desmerecer o trabalho dos religiosos, até porque eles também são agentes ativos do processo de contradições característicos da sociedade, por isso, o presente estudo não deseja correr o risco de perder relevantes movimentos históricos que poderiam ser ofuscados por análises conjunturais muito amplas, como reflete Chagas (2011, p. 03), “é preciso extrair o núcleo do ‘caroço’ para entender o seu contexto”.

Vejamos alguns desses “caroços”: Dom Amando, por exemplo, sentiu o embaraço de chegar à Prelazia de Santarém e não ter um lugar definido no Brasil para onde pudesse encaminhar um pedido solicitando padres e freiras para trabalhar consigo. Sua própria congregação não estava disposta a liberar os sacerdotes por achar a empreitada cara, arriscada e por ter que transferir religiosos do nordeste brasileiro, de onde já havia trabalho em excesso. A solução encontrada pelo bispo foi apelar para Roma, forçando a Província de Santo Antônio

do Brasil a liberar os padres (BAHLMANN, 1995, p.118-119). Percebe-se que havia por parte da Congregação Franciscana um receio quanto à integridade física de seus membros, e não era sem razão, trabalhar na Amazônia exigia sacrifícios e doação da própria vida. Dom Amando faz um relato das baixas de missionários que faleceram vítimas das doenças tropicais, principalmente a febre amarela.

A 9 de abril de 1910 faleceu em Óbidos Frei Diogo Fister, do Tirol, um religioso exemplar, sacristão e cozinheiro. A 3 de fevereiro faleceu em Óbidos o subdiácono Fr. Jarlath Prendergast, da Irlanda, modelo de observância religiosa e de piedade. A 7 de julho de 1911 recebeu a coroa da vida eterna o nosso bom Pe. Fr. Marcos Post, de Fulda (Alemanha), que, com imensos sacrifícios, tinha administrado os santos sacramentos aos doentes nas Colônias de Monte Alegre, quando lá grassaram febres de mau caráter. A 9 de novembro de 1913 passou para a vida melhor o nosso Padre Comissário, Pe. Fr. André Noirhomme, da Alsásia (Alemanha), que por muitos anos tinha trabalhado nos conventos sul e do norte, e que já aqui tem o grande mérito de ter organizado a Escola Paroquial de Óbidos.

As irmãs, que chegaram em 1910, perderam no dia 10 de abril de 1912 a noviça Irmã Tereza (Francisca) Prenger (de Munster), de febre amarela, e no dia seguinte a Irmã Noviça Clara Anna Rothkoetter, da mesma doença. Ambas fizeram profissão antes de subir ao céu. A 1º de março faleceu a noviça irmã Madalena Schalmabrock, também de febre amarela, que teve uma morte extraordinariamente edificante. A 6 de janeiro de 1918 faleceu a noviça Affonsa Egyptien. (BAHLMANN, 1995, p.119-121)

Outro ponto relevante a ser conjecturado se refere à doação do serviço à causa educacional. Quando iniciaram as escolas a partir de 1910, não havia mão de obra qualificada na região para trabalhar como professores, então os próprios padres e freiras se desdobravam no trabalho religioso e educacional.

Como professoras e enfermeiras, as irmãs não se enquadravam como sujeitos para lições de asceticismo e misticismo característicos da espiritualidade católica nas primeiras décadas do século (...) para Dom Amando era necessário a presença de mulheres profissionais cristãs. (FLOOD, 2010, p.121)

O trabalho assíduo das irmãs e dos padres se tornou tão relevante que quando proliferaram as escolas públicas a partir da constituição de 1934, que exigia a universalização e gratuidade do ensino básico, as escolas confessionais foram as primeiras a oferecer regularmente formação para professores da educação básica com autorização do governo.

Ainda enfatizando as contradições sociais, não seria prudente condenar os padres e as freiras ao considerá-los parte de uma orquestra de dominação que subjuguou a região ao domínio burguês, onde os pobres tornaram-se mais pobres e os ricos mais ricos. Seguindo o conceito de Alves (2005), ao falar sobre a educação ofertada pela Companhia de Jesus no Brasil, a tendência das reflexões ortodoxas leva a julgar com relativa negatividade os trabalhos realizados pelos religiosos:

A análise do patrimônio histórico-educacional, no Brasil, tem transitado abruptamente da apologia à crítica negativa. Nem aquela nem esta são caminhos da crítica científica, caminhos da superação por incorporação. Eis a razão de a presente discussão da contribuição educacional da Companhia de Jesus ao Brasil se distanciar de todos aqueles trabalhos que têm feito a apologia da congregação ou condenado a sua ação catequética e missionária. Nele, não há lugar para o elogio de uma pretensa epopeia jesuítica nos trópicos nem encontra eco a crítica que pretendeu identificar a atuação dos inicianos com o obscurantismo feudal, ou interpretá-la no contexto de uma pretensa xenofobia pombalina ou, ainda, reduzi-la a instrumento de dominação da burguesia mercantil. (ALVES, 2005, p.02)

Não é somente a Companhia de Jesus que recebe as críticas dos julgadores da história, entram nessa lista os Franciscanos, Carmelitas, Beneditinos, que dentre suas ações missionárias está o de construir e manter escolas. Ação religiosa foi instrumentalizada e utilizada naturalmente pela estrutura política e ideológica da época, contudo seria equivocado negar o legado deixado pelos religiosos.

É bom que se diga logo [...] que não é nossa intenção fazer apologia à ação franciscana nas Américas. Franciscanos, jesuítas, beneditinos, mercedários, carmelitas, oratorianos e todos os missionários aqui chegados não deixaram de ser agentes do sistema de conquista e de dominação da Europa sobre o Novo Mundo e sua gente [...] Assumo-a, não ao modo do historiador, mas como educador, mais propriamente como um pesquisador de filosofia política da educação e, portanto, em diálogo com a historiografia. Sobretudo nos move a convicção de que, no corpo da tradição franciscana, há elementos valiosos que nos ajudarão a propor alternativas educacionais viáveis ao caminho pavimentado em mão única, em razão do discurso uníssono e fatalista que respalda as [...] políticas educacionais. (SANGENIS, 2004, p.48)

Anselmo Colares (1998) enfatiza que o município de Santarém, de 1883 a 1891, ficou sem estabelecimento de ensino. Os cidadãos que tinham condições financeiras mandavam seus filhos estudarem na Europa. Foram oito anos sem escola formal no município. Antes desse período havia a Escola Nossa Senhora da Conceição que foi fechada por falta de recurso e vandalismo. Outra tentativa de estabelecer um ensino regular para a cidade foi através de convênio com o Estado, onde se inaugurou o Liceu Santareno, que também por falta de empenho fechou as portas antes dos anos de 1900. A educação escolar propriamente dita só terá regularidade a partir da chegada dos religiosos no ano de 1907.

Para uma melhor análise da sociedade e da educação em Santarém, é de fundamental importância que se compreenda a influência das ordens religiosas, especialmente daquelas pertencentes à Igreja Católica. A educação em Santarém só veio a firmar-se com o impulso dado pela ação dos Padres Franciscanos, no início do século XX, os quais contaram, a partir de 1910, com a ajuda das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição (COLARES, 1998. p.43)

Gatti (1998), analisando a evolução da pesquisa educacional no Brasil, observa que o período conturbado de restrições políticas que o país atravessou a partir da década de 1960 contribuiu para a realização de pesquisas de cunho social em que atribuíam à educação relevante valor para a superação do autoritarismo de Estado. Para Marx (2011), o entendimento do ensino estatal é aquele que está sobre o controle do Estado, contudo, a intervenção do Estado não é absolutamente indispensável, pois o ensino encontra-se ligado ao desenvolvimento cultural de cada região. Nesse sentido, o Estado tem por obrigação promover o acesso educacional e também ações positivas, no entanto isso não ocorrerá sem que haja o enfrentamento. Segundo Lombardi (2011), o cerne da educação está no desenvolvimento da criatividade e na emancipação humana.

Este é um ponto do qual se deduzem, pelo menos, duas consequências: por um lado, está na base do enfrentamento de classe; por outro, é o fundamento de uma limitação substancial do desenvolvimento do indivíduo. Se a primeira alude diretamente à exploração - a apropriação dos meios produtivos e da ciência e da cultura com eles, permite a exploração - a segunda afeta substancialmente a educação e formação dos indivíduos - a limitação de seu conhecimento mutila e reprime o desenvolvimento de suas faculdades criadoras. Eis aqui o "gozno" sobre o qual se articulam dois aspectos habitualmente separados do pensamento de Marx e Engels: emancipação social e emancipação humana. (LOMBARDI, 2011, p. 10).

A pesquisa, com base no materialismo histórico, tem por finalidade criar mecanismos de superação, valorizando a educação que priorize a capacidade crítica do aluno, levando-o a usufruir com plenitude a sua cidadania. Engels (1979), relata com entusiasmo o significado de uma educação em que aluno tenha uma visão universal do conhecimento e não seja somente um instrumento de exploração, aprendendo o básico para trabalhar nas máquinas. Ressaltando-se que Engels era um entusiasta da matemática.

A escola primária obrigatória oferecerá tudo o que em si mesmo e por princípio seja suscetível de ter algum atrativo para o Homem, sobretudo os fundamentos e os resultados principais de todas as ciências que digam respeito às concepções do Mundo e da vida. Ensinará, portanto, e acima de tudo, as matemáticas, de tal modo que se percorra completamente o ciclo de todas as noções de princípio e de todos os meios desde a simples numeração e adição até ao cálculo integral. Isso não significa, porém, que nessa escola se tenha de fazer realmente cálculo diferencial e integral. Pelo contrário. Ensinar-se-ão de preferência elementos absolutamente novos do conjunto das matemáticas, os quais conterão em embrião tanto as matemáticas elementares correntes como as matemáticas superiores. (ENGELS, 1979, p.515)

A intenção, ao fazer o resgate histórico dos Franciscanos, é seguir dentro da perspectiva do materialismo dialético sem perder de vista às peculiaridades no ambiente onde estão inseridas tais escolas. Grande parte do elemento concreto dessa pesquisa será feito através

da documentação deixada pelos religiosos; também foi fruto de análise a própria estrutura física das escolas ainda existentes; e os relatos dos que foram beneficiados diretamente por elas através de documentos históricos (fotografias, jornais, charges, agendas etc.). As informações serão cruzadas dando ênfase aos aspectos econômicos, legais, culturais, e principalmente as nuances e contradições características das relações humanas expressas nesses relatos, decretos, concessões.

Dom Amando Bahlmann, que é o principal personagem da história da pesquisa, foi um homem que não se pode avaliar por uma única via metodológica. Mesmo diante da realidade inóspita da Amazônia do início de século XX, com todas as adversidades de comunicação, financeira e de saúde pública, conseguiu trazer para a Amazônia dezenas de religiosos para trabalharem em uma missão educacional em locais com pouquíssima infraestrutura, correndo sério risco de perecerem e não raras vezes pereceram. Diante desse legado, pergunta-se: como conseguiu convencer esses religiosos a doarem suas vidas? E como superou tantas adversidades em uma das prelazias mais inóspitas do mundo?

Chizzotti (2001), demonstra que a pesquisa qualitativa evoluiu a partir da década de 1960 em que gradativamente deixou de ser opositora do método quantitativo para abarcar as mais variadas correntes do pensamento filosófico e social construindo uma epistemologia voltada para compreender o homem neste mundo.

A pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para esta atividade, o investigador recorre a observação e a reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e a experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados a sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado a sua vida. Nessa tarefa, confronta-se com todas as forças da natureza e de si próprio, arregimenta todas as energias da sua capacidade criadora, organiza todas as possibilidades da sua ação e seleciona as melhores técnicas e instrumentos para descobrir objetos que transformem os horizontes da sua vida. (CHIZZOTTI, 2003, p.05)

Nesse sentido, compreender o aspecto educacional desse período em que os Franciscanos construíram as principais escolas de educação básica da região, não será somente tratar dos interesses políticos aos quais esses religiosos estavam submetidos, mas enfatizar o significado concreto dessa empreitada educacional para o cidadão da Amazônia naquela fase, seja ele rico ou pobre, e também qual a aceção tanto positiva ou negativa que esse serviço trouxe para a construção das bases educacionais do Baixo Amazonas e da consolidação do modo de produção capitalista.

Conforme Silva (1998), ao se tratar da historiografia educacional dentro de uma perspectiva epistêmica, o pesquisador terá que fazer o exercício de não cair nas armadilhas dos

pré-julgamentos e como consequência terá que utilizar de todos os recursos metodológicos para analisar o objeto, cuja intenção seja a compreensão dos elementos históricos com possibilidades de transformação do presente. Tais análises são condicionadas por elementos da atualidade, o que obriga a sempre deixar margens para futuras revisões. Isso significa, objetivamente, que os resultados obtidos não terão caráter definitivo.

Em virtude da distância temporal, a pesquisa não contará com a riqueza de vários relatos orais, apenas dois personagens (frei Vianey Miller e Líbia Couto) relatarão sobre a ligação dos franciscanos com a educação no Baixo Amazonas. Nesse sentido, os esforços estarão centrados nos materiais, nos documentos, na arquitetura dos prédios, e principalmente na bibliografia histórica relacionada a esse período. A intenção desse levantamento histórico é compreender as relações de poder expressas nas práticas religiosas, práticas associativas, nas relações políticas dos personagens e assim desvendar as pluralidades e possibilitar novas reflexões acerca da temática educacional franciscana na região.

Ao determinar o objeto de estudo dentro de uma perspectiva histórica, fazendo um recorte sobre a educação no Baixo Amazonas de 1907 a 1962, optou-se por um caminho metodológico que dependerá essencialmente de fontes documentais, sem perder o caráter crítico das análises dos dados. As instituições educacionais ligadas aos franciscanos tiveram um papel relevante na região ao longo da primeira metade do século XX e para compreender como se caracterizou esse processo, estruturou-se a pesquisa nas seguintes seções: Construindo as Escolas Confessionais no Baixo Amazonas; Localização e Histórico das Escolas; As Razões da Existência das Escolas Confessionais no Baixo Amazonas; Segunda Experiência Franciscana: das Crises Políticas Europeias ao Retorno para as Missões no Brasil.

Optou-se em logo apresentar as escolas e toda sua estrutura de funcionando para em seguida revelar as razões históricas da chegada dos franciscanos para o Baixo Amazonas. Esse processo se dá em dois períodos distintos: antes do ano de 1759, ano em que foram expulsos pela política da Coroa Portuguesa e em 1907 quando retornam à Amazônia pelas vias do Governo Republicano. É no segundo período que Dom Amando, em consonância com as novas diretrizes políticas do país, utilizará de toda sua influência e habilidade para consolidar as escolas confessionais dentro de uma perspectiva tradicional aos moldes do liberalismo burguês.

2 CONSTRUINDO AS ESCOLAS CONFESSIONAIS NO BAIXO AMAZONAS

Nesta seção dá-se destaque às escolas construídas pelo bispo Dom Amando e Madre Imaculada e administradas pelas suas respectivas congregações, para isso fez-se necessário tratar de alguns aspectos que representaram a educação no início do século XX, como a instrução para meninos e meninas, a estrutura física das escolas, currículo utilizado e sobre o aspecto financeiro.

A partir do quarto item até o final desta seção se expõe as razões pelas quais os franciscanos, liderados por Amando Bahlmann, chegaram até a Prelazia de Santarém e iniciaram a efetivação das escolas confessionais. Para que isso fosse possível, houve a necessidade de fazer uma viagem pela história do Brasil e Alemanha, começando pela primeira experiência franciscana na Amazônia iniciada em 1617 e encerrada em 1759 quando ocorre a expulsão dos missionários imposta por Marquês de Pombal. Em seguida, a narrativa evidencia as razões da política brasileira do final do século XIX que contribuíram para o retorno dos franciscanos, e também as razões políticas europeias que ocasionaram a chegada de muitos missionários de origem germânica. Aborda-se também os desafios enfrentados pelo bispo Amando Bahlmann para a consolidação de seus compromissos assumidos perante a Igreja Católica e ao Governo Republicano.

2.1 As finanças

O Baixo Amazonas do final do século XIX e início do século XX era economicamente promissor. Grande número de pessoas foram atraídas pelas promessas de riquezas advindas dos seringais. Segundo Lília Colares (2006), houve um considerável contingente de nordestinos, que fugindo da seca, vieram aventurar-se na perspectiva de riqueza através da extração do látex nas florestas de Santarém e região, principalmente depois que o americano Henry Ford idealizou o cultivo de seringueiras à margem do Rio Tapajós para a produção de borracha para a indústria automobilística.

Grande número de nordestinos chegou a Santarém, expulsos pela grande seca de 1877 e atraídos pela promessa de enriquecimento através do trabalho nos seringais. Em 1928, foi implantada a Companhia Ford Industrial do Brasil, para o cultivo e a extração da borracha em grande escala, em duas localidades vizinhas a Santarém, atraindo novas levas de migrantes: Fordlândia (no município de Itaituba) e Belterra (distrito de Santarém, que recentemente ganhou autonomia em 1996). A Companhia Ford empregava cerca de 10 mil trabalhadores, na extração do látex. Por conta dessa explosão demográfica e da prosperidade econômica que alcançavam os donos de

seringais, a vida cultural também ganhou impulso. Santarém se destacava entre as outras cidades da região, inserida no frenesi provocado pela riqueza oriunda da exportação da borracha e, a exemplo do que ocorria em Belém, foi contagiada pelos modismos europeus e também teve a sua Belle Époque. (COLARES, 2006, p.96).

Além dos trabalhadores do Nordeste, migrantes de outros países também foram atraídos pela movimentação de riquezas oriundas das exportações. Da Itália, vieram os Florenzano, Tancredi, Giordano, Imbeloni, Calderaro, Iudeci, Ferrari, Megali, Priante, Miléo, Sarubbi, dentre outros (EMMI, 2007, p.24); da Judeia (diáspora¹⁵), vieram os Chocron, Belichá, Hamoy, Cohen, Benitáh, Bensabath, Bemerguy, Bechimol, Echerique (com o tempo mudou a grafia e a pronúncia para Serique), Serruya, dentre outros (VELTMAN, 2005, p.55); da França, vieram os Arnoud, Le Cointe, Florence, Bauve, Bagot (CARNEIRO, 2015, p.4-7). No Baixo Amazonas, as novas colônias de migrantes se juntaram com a já estabelecida colônia portuguesa e seus descendentes. Óbidos, por exemplo, em virtude da arquitetura e descendência, foi considerada uma das mais portuguesas cidades da Amazônia (CELA, 2011, p.02). Segundo Neger (1982), em meados do século XVIII, Óbidos contava com uma população de 300 pessoas e no período do *Belle Époque*¹⁶ a população triplicou para mais de 1100 pessoas.

Conhecida inicialmente como Aldeia dos Pauxis, a pequena povoação do Baixo Amazonas, que possuía cerca de 300 habitantes, entre brancos e nativos, foi batizada, em 1758, pelo governador do Estado do Grão-Pará, Francisco Mendonça Furtado, como Vila de Óbidos. [...] Embora modesta e incipiente, o município já contava com algumas casas de pequenos negócios e alguns estabelecimentos comerciais, tais como padarias, drogarias, açougues, olaria, alfaiatarias, loja de ourives e oficinas de ferreiros. O porto de Óbidos, neste período, apresentava intenso movimento, com grande fluxo de mercadorias e viajantes que lá aportavam em barcos e canoas à vela ou nos vapores da *Cia do Amazonas*. De acordo com Ferreira Penna, na segunda metade do século XIX, Óbidos contava com aproximadamente 1.120 moradores, que viviam em cerca de 200 a 300 casas, a maioria delas construções sólidas, cobertas com telhas. (NEGER, 1982, p. 02).

¹⁵“O esforço para a compreensão da dispersão social sem que esta viesse a implicar num desligamento pleno das origens foi tão efetivo, que escritos bíblicos e profetas expressaram uma variedade de pontos de vista para chegar a um acordo sobre os eventos que dividiram os judeus entre os da terra natal e aqueles no exílio, resultando numa consonância de que o exílio não coloca fim à relação do judaísmo da diáspora com a terra santa. O primeiro momento onde se percebe essa afirmativa com maior clareza é, portanto, no exílio babilônico, no qual se centrou as primeiras noções de sinagoga, concretizando-se estas com a libertação, que implicou no retorno de muitos judeus à Antiga Israel. Portanto, durante a história houve um constante fluxo de judeus de ficaram ou lutaram para ficar na Terra Santa, Antiga Israel, e outros que se dispersaram pelo mundo, mas que mantiveram algum tipo de identidade com a cultura judaica.” (CRUZ, 2013, p. 02).

¹⁶“O período que se convencionou chamar *Belle Époque*, que se estende de 1880 a 1910, caracterizou-se pela crença na prosperidade, no progresso material, na ciência e no *ethos* urbano como forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Coroada pelos ideais de liberalismo da classe burguesa, a *Belle Époque* perpetrou as conquistas tecnológicas, a ampliação das redes internacionais de comércio e a incorporação de várias áreas do mundo - antes isoladas - à economia de mercado. Na alvorada da República, as elites do Pará e do Amazonas, encontram na crescente demanda internacional pela borracha, utilizada em larga escala pela indústria automobilística, condições propícias para consolidar sua fortuna.” (NEGER, 1982, p.02)

Nesse sentido pode-se entender a preocupação da Igreja Católica em mandar um bispo como Dom Amando, com alta formação intelectual, para comandar a Prelazia de Santarém. Com tantos migrantes europeus e asiáticos havia o sério risco de no Baixo Amazonas florescer possíveis levantes sociais influenciados pelos novos conceitos e ideias trazidas por esses estrangeiros. Por precaução, fazia-se necessário a presença de alguém com capacidade política e que pudesse captar recursos para efetivar as benfeitorias necessárias para o devido conforto e segurança dessa elite, como os hospitais e as escolas. Dessa forma, controlando a burguesia, Dom Amando assegurava também a hegemonia do catolicismo na região, o que demonstrava seu poderio tanto no plano religioso quanto no público. Oliveira (2015), reflete o quanto a educação era fundamental na relação entre Igreja, elite e Estado, no período da República Velha, com a ressalva de que o interesse não era fortalecer os que estavam à margem do poderio econômico (a classe pobre, que era a maioria), mas consolidar a classe que detinha o controle financeiro da região.

O que preocupava o Clero em relação a essa perda da hegemonia na educação era perder, em consequência, sua capacidade de influenciar a elite. Por isso, a Igreja implementou a estratégia de não rejeitar de todo a nova ordem liberal, uma vez que ela lhe libertou da submissão ao poder estatal, permitindo sua reforma interna. Ademais [...] a Igreja tentava aceitação pelo novo grupo dominante e estava sempre disposta a reatar suas relações cordiais com o Estado e a elite, ao invés de buscar uma aliança com o povo, para lutar e se posicionar definitivamente contra aqueles e contra a opressão causada pelo capitalismo às classes subalternas. Assim, o Catolicismo continuava comungando de uma visão de sociedade hierarquizada e calcada no princípio da autoridade. (OLIVEIRA, 2015, p.03).

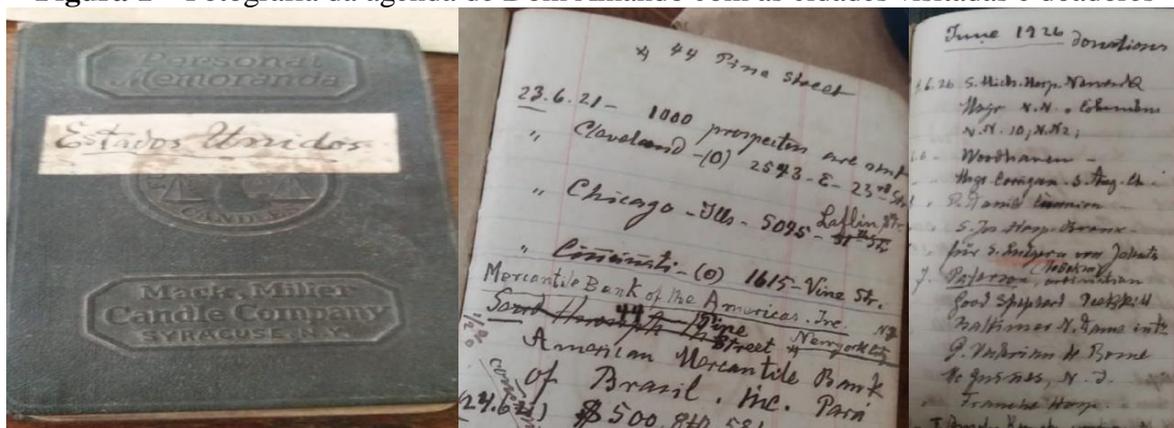
Dom Amando se vale do recurso financeiro advindo do período da *Belle Époque* para construir e manter as escolas e hospitais através da doação e das mensalidades cobradas dos filhos dos comerciantes.

É importante destacar que o colégio, era um espaço educativo direcionado, mais especificamente, às alunas cujas famílias pertenciam aos estratos sociais mais elevados, pois para estudar, tanto em regime de externato quanto de semi-internato e internato, era necessário pagar uma mensalidade, visando ajudar na manutenção das despesas da escola. (BARROS, 2010, p.17).

Por mais que tivessem os recursos financeiros vindos das famílias ricas da região, esses expedientes não serão suficientes para concluir e manter os grandes empreendimentos. Percebe-se nas anotações de seus diários que boa parte de seu governo como bispo foi destinado a viagens internacionais em busca de recursos. Em sua agenda para os Estados Unidos da América, Dom Amando anota as peregrinações por várias cidades solicitando recursos

financeiros ou fazendo grandes celebrações de casamentos e batizados, com a intenção de adquirir somas de dinheiro. Em uma das páginas, o bispo anota as cidades por ele visitadas: Cincinnati, Cleveland e Chicago e, logo abaixo, o valor que adquiriu sendo encaminhado para o Brasil através do American Mercantil Bank para o Banco do Brasil. Os valores são 500, 810 e 581 dólares, respectivamente. Também o bispo tinha o hábito de anotar os nomes de doadores, prática comum entre os preladados, cuja intenção era divulgar na hora das celebrações e com isso atrair mais doadores.

Figura 1 – Fotografia da agenda de Dom Amando com as cidades visitadas e doadores



Fonte: Museu Sacro da Diocese de Santarém

Com a ajuda de Madre Imaculada e de seus confrades, Dom Amando soube com maestria administrar o jogo político mantendo boa relação com o governo republicano, com a elite da época e conseguiu atrair vultosos recursos financeiros do estrangeiro para construções das obras sociais.

2.2 AS ESCOLAS PARA MENINOS E MENINAS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Uma característica das escolas confessionais do século XIX e início do século XX era a separação dos espaços para meninos e meninas. Geralmente as escolas para meninos eram confiadas aos irmãos e padres, e as escolas para meninas ficavam sob a responsabilidade das congregações religiosas femininas. Na região do Baixo Amazonas, não era diferente, Dom Amando seguiu a norma católica e inaugurou nos municípios as escolas para meninos e meninas. Tanto em Óbidos, como em Monte Alegre e Santarém, as escolas para meninos receberam o nome de São Francisco e as escolas para meninas receberam demais nomenclaturas, como Santo Antônio, São José, Santa Clara e Imaculada Conceição.

Segundo Almeida (2014), a separação de meninos e meninas nas escolas confessionais no século XIX e início do século XX estava relacionada aos fundamentos da biologia, do positivismo e era reforçada pela moral cristã. A anatomia do corpo da mulher era considerada frágil e inapta para exercer as mesmas atividades que os homens, em contrapartida o corpo masculino era considerado completo, próprio para o trabalho. A visão positivista era contraditória, considerava a mulher “santa” e superior, mas elencava, nomeava e caracterizava os fatores que enfatizavam a diferença psicológica, intelectual e emocional da mulher. (ALMEIDA, 2014, p.115). A justificativa dada pela igreja para a separação de ambos os sexos no ambiente educacional estava relacionada à proteção da mulher e a consequente garantia de que não fosse maculada sua pureza antes dos enlaces matrimoniais. A mulher simbolizava a procriação e sua virgindade representava a perpetuação do gene do marido.

No sistema de ensino brasileiro no fim do século XIX e nos anos iniciais do século XX, as premissas positivistas e católicas atribuíam a homens e mulheres características físicas, psicológicas, intelectuais e emocionais diferenciadas. Apesar da propalada necessidade de se introduzir o sistema de classes mistas nas escolas, o que era defendido por feministas e republicanos, essas diferenças naturais eram, em última análise, impeditivas para a implantação do regime coeducativo. Isso porque, juntar os sexos nas escolas era um procedimento que possuía um fundo moral, o que era reforçado pelo ponto de vista da Igreja Católica. (ALMEIDA, 2014, p.115).

A escola para meninas era voltada ao aprendizado das letras e das prendas domésticas. Para a elite da época, a escola para as mulheres era aquela que ensinava a cantar, tocar, cozinhar, passar, cuidar da casa e dos filhos e também se portar com respeito e decência em sociedade, ou seja, para a mulher o ensinamento ideal era para ser uma boa esposa. Havia claramente uma relação de poder e dominação sobre o sexo feminino. Não era somente uma conotação sexual, como justificava a Igreja, mas havia um medo de perder o controle sobre a mulher devido a possibilidade de acesso a um patamar de informações e a tomada de consciência de que tinham a mesma capacidade masculina e que poderiam exercer com competência quaisquer atividades exercidas pelos homens.

A figura 2 ilustra com precisão o aprendizado da mulher do início do século XX. Saber costurar era uma prenda valorizada para uma mulher que almejava um casamento. A habilidade de fazer roupas além de ser importante para a rotina das famílias era também uma fonte de renda, o que timidamente contribuía para o fortalecimento da liberdade da mulher, aumentando o pequeno leque de atividades disponíveis ao sexo feminino nesse período, principalmente para a mulher pobre, que, sem variada alternativa profissional, era submetida aos trabalhos de lavadeira, doméstica, carvoeira e lavradora. Um detalhe importante na imagem

são os semblantes tristes das alunas, com seus cabelos desalinhados, mal vestidas e algumas aparentando alguns sinais de desnutrição, o que se caracteriza uma atividade para órfãs.

Figura 2 – Fotografia de meninas aprendendo o ofício do tear e da costura – Orfanato da Escola Santa Clara em Santarém- início do século XX



Fonte: Acervo de Sidney Canto, blogspot, 2019

Com o avanço das ideias liberais em que promulgavam a liberdade individual, e com a chegada de escolas protestantes no início do século XX, que aceitava a educação mista, ficou difícil para a Igreja Católica sustentar o modelo educacional de submissão da mulher e a separação por sexo nas salas de aula. Nos grandes centros urbanos do país, onde a concorrência era maior com os protestantes, as escolas confessionais católicas tiveram que se adaptar à nova configuração educacional de escolas mistas.

[...] a disseminação de ideais igualitários, o velho conceito de mundos separados para os dois sexos ainda vigorava no panorama educacional. Os defensores da educação pública insistiam na aplicação do regime coeducativo por meio das classes mistas nas escolas primárias, secundárias e normais, apontando-lhe os méritos e as conveniências. Essas conveniências eram em relação ao Estado, aos pais e aos próprios alunos, segundo as quais a frequência nas escolas mistas produziria um estímulo apreciável para a convivência entre os sexos quanto aos costumes e maneiras. As relações de alteridade seriam estimuladas e se eliminaria o abismo de gênero que havia se edificado. (ALMEIDA, 2014, p.02).

As escolas confessionais do Baixo Amazonas, administradas pela Igreja Católica, não aceitaram de imediato a realidade da escola mista. Mesmo depois da morte de Dom Amando, em 1939, as escolas confessionais continuaram a oferecer o ensino em separado por várias décadas. Isso se explica historicamente pelo modelo educacional burguês adotado pela Igreja Católica, reforçada pela tradição educacional portuguesa que costumava separar as crianças por sexo para juntá-las na vida adulta. Como a região foi colonizada, em grande parte,

por famílias lusitanas, as tradições acabaram perpassando as gerações e a separação por gêneros aceita com naturalidade.

A influência da Igreja Católica, mais a mentalidade herdada desde os tempos coloniais e ancorada na tradição portuguesa de separar os sexos desde a infância para depois juntá-los na vida adulta, após o sacramento do matrimônio, contribuíram para que houvesse [...] nas famílias tradicionais do interior, grande resistência à coeducação pelo sistema de classes mistas. Conforme assinalado, do ponto de vista dos legisladores e educadores brasileiros, esse sistema limitava-se a juntar meninos e meninas numa mesma sala de aula, porém diferenciando a forma de trabalhar suas habilidades. As elites brasileiras, ainda atreladas ao modelo cultural europeu, mostravam tendência em adotar o estilo de vida e pensamento norte-americano, o que se acentuou nas décadas seguintes. Os adeptos da coeducação dos sexos, inspirados no ideal americano e europeu, acreditavam que juntar meninos e meninas nas escolas seria benéfico e acentuaria seus pontos positivos, preparando-os mais eficazmente para a futura vida em comum. (ALMEIDA, 2014, p.2).

Mesmo com o Estado, desde o início do século XX, oferecendo educação mista, para Igreja Católica no Baixo Amazonas, era mais interessante manter o ensino tradicional de orientação Jesuítica e Ultramontana¹⁷, do que um ensino liberal em que pudessem ocorrer possíveis estímulos de tentações da carne. A partir da década de 1930, as escolas, através da Congregação Imaculada Conceição, passaram a formar as meninas para atuarem como professoras da educação básica, fato esse que ampliou as oportunidades da mulher no mercado de trabalho, contudo, a formação para o lar continuou fazendo parte do currículo pelas décadas seguintes.

O aprendizado sobre as habilidades domésticas fazia parte do “pacote” de apresentação da mulher a um pretendente que estivesse disposto a “adquiri-la”, ou seja, era um papel de sujeição diante da figura masculina. E caso não atingissem a finalidade do casamento feliz, havia o consolo da tese de Santo Agostinho sobre o pecado original¹⁸: “o sofrimento é a

¹⁷ [...] “o ultramontanismo, movimento de caráter reacionário, caracterizou-se no âmbito intelectual como uma rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna; politicamente, condenou a liberal democracia burguesa e reforçou a ideia de monarquia; externamente, também apoiou a centralidade em Roma e a figura do Papa, além de reforçar o Episcopado. No âmbito socioeconômico, condenou o capitalismo e o comunismo, além de evidenciar um indiferente saudosismo à Idade Média; em relação à doutrina, “retomou” as principais decisões tridentinas – combate ao protestantismo e ao espiritismo (século XIX) – e, no Brasil, concretizou-se com a criação de seminários para formação do clero e a criação de colégios para educação da juventude – masculino e feminino. Nessa lógica, produziu uma política de rejeição à teoria do progresso, evidentemente, porque o ideário moderno, teoria poderosa, era a arma utilizada pelos seus inimigos.” (OLIVEIRA, 2010, p. 04)

¹⁸ “A tradição judaico-cristã encontrou no relato da criação as origens dos males no mundo através do mito de Adão e Eva. Estas figuras tornaram-se arquétipos do homem pecador, por isso, são essenciais para um estudo sobre o pecado original. Esta importância não se dá apenas pelo relato em si, mas pela interpretação posterior que se fez da falta dos chamados “primeiros pais”. Tanto no judaísmo, como no cristianismo, a figura de Adão é colocada como responsável direto pela condição de miserabilidade do ser humano [...] A doutrina sobre o pecado original recebeu em Agostinho uma atenção especial. Pode-se dizer que o tema pecado de Adão o acompanhou, mesmo antes de ele formular sistematicamente a ideia de hereditariedade do pecado original.” (SILVA, 2015, p. 60)

ponte que purifica a alma para se chegar ao paraíso”. Somente a partir da década de 1960 e 70, as escolas confessionais no Baixo Amazonas começaram a oferecer educação mista, ou seja, quando não havia mais justificativa plausível em separar os meninos das meninas no ambiente escolar.

2.3 ARQUITETURA DAS ESCOLAS

Figura 3 – Fotografia da Escola Santa Clara em Santarém



Fonte: Acervo de Wander Luís, blogspot, 2019

As escolas confessionais eram imponentes em sua arquitetura. Passados mais de 100 anos de suas construções, ainda continuam impressionando pela exuberância de suas linhas arquitetônicas. Cada ponto da estrutura física da escola tinha uma intencionalidade, e a grandiosidade do prédio tinha também o objetivo de impressionar. A figura 3 apresenta a fachada da entrada da escola e a capela. O prédio da capela foi anexado ao conjunto arquitetônico décadas depois de construída a escola. Observa-se que a entrada da escola tem um desenho de uma capela, com uma cruz na parte superior. Todas as escolas confessionais desse período tem esse desenho de capela. A intenção das congregações era separar o sagrado do profano. A partir do portão da escola o aluno entrava no ambiente religioso, sagrado.

O objeto arquitetônico reflete o momento histórico de sua concepção, neste refletir, apresenta grande carga simbólica, englobando não só questões políticas, sociais e econômicas, mas também aspectos psicológicos inerentes à sociedade de cada época retratando influências de mitos, arquétipos, preconceitos e valores. Estes aspectos atestam a importância da análise da Arquitetura Escolar para a ciência da Educação. [...]. A partir desta perspectiva, o espaço escolar deve ser analisado como uma

construção cultural plena de significados, transmitindo estímulos e valores enquanto impõe suas determinações disciplinares. (OLIVEIRA, 2013, 04).

Para a tarefa de planejamento e construção das obras da Prelazia de Santarém, foi trazido da Alemanha o franciscano arquiteto Irmão Bernard Erkmann, que seguiu todas as características típicas das escolas confessionais do final do século XIX, como: amplas salas, com altura de 6 metros de pé direito¹⁹ e todas as divisões necessárias para o funcionamento da escola. Todos os compartimentos eram planejados objetivando as mais variadas funcionalidades que acabavam convergindo para o aspecto religioso e educacional.

Figura 4 – Fotografia da construção da Escola Santa Clara



Fonte: Centro Espírita Madre Imaculada – CEMI, website, 2019

As escolas Santa Clara em Santarém, São José (Óbidos e Santarém) e Imaculada Conceição em Monte Alegre tinham características específicas que obrigatoriamente teriam que ser levadas em consideração pelo arquiteto: além da função escola, os prédios serviriam de residência para as alunas internas, órfãs e também para as freiras. E não poderia deixar de compor o ambiente a construção de uma igreja ou capela.

A posição das escolas no terreno privilegiava a entrada dos ventos e a altura e a largura das janelas contribuíam para a luminosidade interna dos ambientes. Na escola Santa Clara, também funcionava uma tipografia e nos porões o arquiteto planejou um espaço privativo com uma pequena capela onde desenvolveu um engenhoso sistema de ventilação, com frestas regulares através dos pisos superiores. A entrada dos ventos, além de amenizar o clima do ambiente, ainda impressionava pela sonoridade produzida pelas rajadas nas frestas.

Verifica-se *in loco* que o arquiteto fez um estudo elaborado sobre a variação e direção dos ventos e aproveitou racionalmente cada canto do espaço físico da escola. Os porões

¹⁹ Medida arquitetônica de altura interna do ambiente.

tinham múltiplas finalidades (figura 5), serviam de enfermaria, sala de reunião e também de descanso para as freiras. As grossas paredes de pedra estabiliza a temperatura do ambiente, deixando o clima sempre aprazível.

Figura 5 – Fotografia de parte do porão da Escola Santa Clara transformado em pequeno museu.



Fonte: Escola Santa Clara, website, 2019

Outro aspecto intencional importante, que não foi esquecido pelo arquiteto, foi a altura da entrada principal do prédio, bem acima do nível da rua. Esse ponto tem um relevante significado nas escolas confessionais, pois aludia ao fato de estarem um degrau acima da sociedade, representando o poder de quem detinha o conhecimento.

A intenção do espaço arquitetônico era impor a disciplina pela sobriedade de suas formas e respeito por ser um ambiente de contemplação religiosa, onde moravam mulheres e homens que devotavam suas vidas à educação e ao serviço do sagrado. Portanto, a ideia passada era que naquele lugar não havia espaço para o profano, para insubordinação, para nada que atentasse à fuga dos padrões sociais rígidos. Os muros altos e as punições eram o recado para quem ousasse infringir as regras.

Os castigos corporais e morais, por muito tempo, foram elementos disciplinadores da conduta de alunos e alunas no interior das escolas. No caso do Colégio São José, os castigos tinham caráter, essencialmente moral, cujo objetivo estava pautado na “função de reduzir os desvios” [...] que viessem comprometer a formação social das mulheres. (BARROS, 2010, p.148).

Junto aos demais elementos disciplinadores, a arquitetura das escolas confessionais era pensada para o controle dos alunos, somado à imposição hierárquica, disciplina e religiosidade. Em um espaço sagrado, envolto do moralismo cristão da boa conduta, não se

tinha um ambiente propício para novas ideias, questionamentos, discussões. O lugar era arquitetado para a reprodução do pensamento e da conduta conservadora.

Outro fato comentado era o ensino que recebiam cujos conteúdos deveriam ser memorizados e reproduzidos nas provas escritas, orais e práticas. As professoras diziam que aprendiam porque sabiam ficar em silêncio e eram obedientes às regras estabelecidas pelas religiosas. Por conta disso, sabiam ler, escrever e resolver problemas da aritmética básica com destreza e o que havia sido transmitido a elas era considerado aprendizado duradouro.

As normas disciplinares eram rígidas e o ensino que as professoras disseram ter recebido era eficiente. Diziam que a educação recebida no colégio orientava a pessoa para aprender a viver em sociedade. Acreditavam nessa filosofia educacional de modo que procuravam reproduzir o mesmo regime de formação para as gerações de alunos que lhes eram confiadas. (BARROS, 2010, p.21).

Baseados no tripé - controle, conduta e reprodução - as escolas confessionais cumpriram com eficiência o que determinava a Carta Pastoral de 1890, consagrada na Constituição da República de 1891, cujo objetivo era atrair ordens religiosas estrangeiras para cuidar da educação da elite brasileira.

Figura 6 – Fotografia da Escola Confessional Santa Terezinha – Bragança/PA- Construção do início do século XX



Fonte: Instituto Santa Terezinha, website, 2019

O conjunto arquitetônico das escolas do Baixo Amazonas se assemelha com praticamente todos os conjuntos arquitetônicos (vide figura 6) das escolas confessionais espalhadas pelo país, construídos no período da Velha República. Mesmo edificadas em locais diferentes e em realidades diferentes, a intencionalidade era a mesma: disciplinar e controlar a sociedade. Para Marx (2011), os instrumentos de opressão que contribuem para divisão da sociedade deveriam ser direcionadas, com rigor, para o benefício de todos.

Os instrumentos da opressão governamental e da dominação sobre a sociedade se fragmentarão graças à eliminação dos órgãos puramente repressivos, e ali, onde o poder tem funções legítimas a cumprir, estas não serão cumpridas por um organismo situado acima da sociedade, mas por todos os agentes responsáveis desta mesma sociedade. (MARX, 2011, p. 133).

Segundo Saviani (1999), é preciso compreender e superar as amarras ideológicas do poder da classe dominante para se chegar a emancipação da sociedade, do contrário, se estará eternamente reproduzindo o modelo de educação que não atenta para o bem comum e com isso deixa-se de reproduzir políticas públicas contrárias aos interesses da maior parte da população. O dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar aquilo que os dominantes dominam é condição de libertação, diz Saviani.

2.4 O QUE ENSINAVAM

Segundo Barros (2010), as escolas confessionais do Baixo Amazonas seguiram o modelo curricular estabelecido pelo Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, do então presidente Marechal Deodoro da Fonseca, formulado pelo seu Ministro da Instrução Pública, o militar Benjamin Constant. Segundo Freitas (2015), o Decreto tem como característica principal a organização do conteúdo ministrado na educação básica com influência do liberalismo, mas ainda com a obrigatoriedade do ensino religioso. As crianças tinham um espaço de tempo de três anos para cursar cada série.

O decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, regulamenta a educação primária e secundária no Distrito Federal, mantendo a descentralização da educação primária, esta sob a responsabilidade dos Estados. O decreto possui 9 títulos e 81 artigos. Segundo o decreto, o ensino primário era destinado a crianças de 7 a 13 anos, dividido em três anos, logo, as crianças de 7 a 9 anos, cursavam o primeiro ano, aquelas de 9 a 11 anos o segundo ano e aquelas de 11 a 13 anos o terceiro ano. Quanto ao segundo grau, ou ensino secundário, seria destinado às crianças de 13 a 15 anos e composto de 7 anos, conforme mencionado anteriormente. (FREITAS, 2015, p.03).

Conforme o Decreto nº 981, o conteúdo básico, como ensino da língua materna, aritmética, instrução moral e cívica, dentre outros, são os mesmos para as meninas e meninos. O ensino prático é o que distingue para ambos os sexos: para os meninos os trabalhos manuais e para meninas os trabalhos com agulha. Observa-se que há um aparente equívoco por parte do redator do decreto, pois trabalho com agulha também é manual, no entanto, este equívoco é intencional, o que remete novamente a uma reflexão acerca do papel da mulher na sociedade

da época. O serviço de corte, costura e crochê não tinha o mesmo peso e valorização que o serviço dos homens, como o de carpinteiro, marceneiro, pedreiro, dentre outros.

Art. 3º O ensino das escolas primárias do 1º grau, que abrange três cursos, compreende:
 Leitura e escrita;
 Ensino prático da língua portuguesa;
 Contar e calcular. Aritmética prática até regra de três, mediante o emprego, primeiro dos processos espontâneos, e depois dos processos sistemáticos;
 Sistema métrico precedido do estudo da geometria prática (tachymetria);
 Elementos de geografia e história, especialmente do Brasil;
 Lições de cousas e noções concretas de ciências físicas e história natural;
 Instrução moral e cívica;
 Desenho;
 Elementos de música;
 Ginástica e exercícios militares;
 Trabalhos manuais (para os meninos);
 Trabalhos de agulha (para as meninas); (BRASIL, 1890)

Segundo Barros (2010), a instrução dada para as mulheres correspondia às habilidades e aptidões na organização da casa, da família e na boa educação no convívio em sociedade e para isso era preciso o polimento educacional.

A base curricular em que se pautava o ensinamento dos saberes educadores da boa cristã, mãe e esposa, enfim, da mulher ideal a essa sociedade foi nomeada pelas próprias alunas de *sociabilidade*. A *sociabilidade* diz respeito às práticas educativas que fundamentavam a educação para a vida no lar e na comunidade. Eram formadas pelas disciplinas: Religião, Higiene, Educação Física, Recreação e Jogos, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Educação Moral. (BARROS, 2010, p.145).

O casamento era a meta principal para a mulher e o currículo era estruturado para atender essa exigência. Além de aprender a ler e a contar, a aluna era submetida aos mais variados ensinamentos, cuja intenção era modelar o comportamento para que se tornasse uma esposa exemplar.

A base curricular formada pela sociabilidade estava voltada para ensinamentos e aprendizagens de valores considerados importantes e necessários à formação da mulher. Dentre quais:

- a) Procedimentos/comportamentos, que compreendia um amplo leque de práticas (silêncio, castigos, andar, sentar, vestir, comer e saber receber e servir convidados);
- b) Educação Doméstica: cozinhar e costurar;
- c) Educação Religiosa: aprender respeitar e praticar os ensinamentos cristãos;
- d) Educação Moral e Cívica: amar, respeitar e servir à pátria e, por fim,
- e) Educação Física. (BARROS, 2010, 145-146).

Nota-se o caráter elitista da educação feminina, pois a busca por casamento ideal estava mais para atender as necessidades da classe rica do que dos pobres. Enquanto se ensinava

a portar-se à mesa para comer adequadamente, a preocupação do pobre era o que colocar de alimento na mesa para se matar a fome, não importando a forma do deguste. Segundo Delaneze (2007), o Brasil, com a reforma instituída por Benjamin Constant, tenta de forma ineficaz atualizar seu regime educacional para aproximar-se do patamar dos países europeus que muito rapidamente ampliam o acesso de suas crianças e jovens à escola através da ampliação da rede de ensino e da atualização curricular e, com isso, suprem a demanda do mercado de trabalho.

O século XIX assistiu a uma série de transformações no modo de vida europeu, concomitantemente à expansão do sistema de educação, cujas responsabilidades convergiam para o Estado, superando as divisões entre iniciativas diversas (Igreja, Estado e particulares). [...] foi possível verificar que a instrução pública foi o pensamento do século XIX, e tal preceito sancionava o aspecto da universalidade. O que antes era destinado aos prediletos da fortuna passou a ser reconhecido como um direito e uma obrigação da humanidade. (DELANEZE, 2007, p.11).

Para Delaneze (2007), o Decreto n.º 981 foi elaborado sob a influência da burguesia agrária brasileira, ainda muito religiosa e tradicional. Temas como o ensino religioso, separação por gênero, que já tinham sido superados nos manuais educacionais da Europa, ainda eram fartamente divulgados em terras brasileiras, como acontecia no Baixo Amazonas. Além disso, as elites brasileiras custaram para superar a mentalidade escravista em que a força de trabalho era confiada por imposição a outrem. Segundo Delaneze (2007), o Brasil permaneceu escravista até os fins do século XIX, quando o capitalismo, em escala mundial, atingia a sua última etapa com o imperialismo.

A tentativa de atualização educacional se mostrou ambígua, apesar de as escolas confessionais receberem e educarem no mesmo ambiente as meninas pobres juntamente com as meninas ricas, os papéis sociais eram plenamente definidos. Enquanto as filhas dos ricos eram educadas para formar os seus filhos como futuros “condutores” da sociedade, as meninas pobres eram formadas para atuar no mercado de trabalho. Era a tentativa de vincular o trabalho (que por séculos no país foi considerado um demérito e por isso era delegada aos escravos) ao liberalismo econômico, cujo lema era a “ordem e progresso”.

Percebe-se que estas instituições abrigavam dois tipos de alunas: filhas de pais abastados, que eram preparadas para a “profissão” de esposa e mãe; meninas órfãs ou muito pobres que necessitavam ser “adestradas” de forma adequada para o mundo do trabalho. Era uma necessidade que vinculava à modernização da sociedade, à higienização da família e à construção da cidadania dos jovens. Havia também uma preocupação em afastar do conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-lo à *ordem e progresso*, o que levou os condutores da sociedade a arremeter também as mulheres das camadas populares. Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus maridos e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país.

Àquelas que seriam as futuras mães dos líderes também se atribuía a tarefa de manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior. (LAGE, 2006, p.04).

Nesse sentido, a ideia de equidade na educação, inclusive para os ex-escravos e seus descendentes, comum na Europa desde meados do século XIX, só irá ganhar relativa força a partir da Constituição de 1934, quando se universaliza a educação básica.

A estratégia brasileira na República Velha se mostrou equivocada quando pensou o desenvolvimento educacional a partir da elite e não conjuntamente com a classe trabalhadora. Tal situação irá influenciar no baixo desenvolvimento econômico do país.

2.5 PARA QUEM ENSINAVAM

Segundo Klein (2012), nos primeiros anos do período republicano, há três forças políticas que determinam os rumos da educação, que são: o Estado, a Igreja Católica e a elite. O governo estava determinado a operar a laicidade por força do liberalismo econômico, que pregava o desenvolvimento industrial através da formação prática da massa operária. Nesse sentido, a Igreja Católica teve que se adaptar à nova realidade conjuntural e para isso contou com a ajuda da elite, que, apesar de iniciar o processo de passagem do campo para a nova realidade industrial, ainda almejava a formação de seus filhos dentro dos princípios religiosos.

A Igreja teve por função, garantir no contexto republicano, que se denominava laico, um espaço para sua instituição. O clero que se propunha a isto teve sua formação a partir dos principais romanizadores. Este modelo de formação teve êxito no combate ao laicismo público proposto por grupos de intelectuais e de políticos brasileiros, e foi apoiado pela burguesia que queria seus filhos em escolas confessionais e formados pelos princípios da Igreja. Desta forma, os objetivos da Igreja se aliavam aos da elite brasileira, onde as escolas confessionais se espalhavam pelo país oferecendo a escola primária, tal qual foi idealizada pela República, entretanto com um diferencial que era o potencial de catequização e evangelização, missão primeira das congregações religiosas. (KLEIN, 2012, p.1-2).

No Baixo Amazonas, as escolas ofereciam a segurança almejada pelas famílias tradicionais que confiavam seus filhos nas mãos dos religiosos na certeza que receberiam a educação necessária para viver condignamente em sociedade.

O Colégio São José, era o único no local que atendia, exclusivamente, o público feminino e onde as famílias podiam matricular suas filhas em regime de internato, semi-internato ou externato. Este fato fazia com que a procura pelo serviço educacional do colégio fosse bastante concorrida. Da mesma forma, o reconhecimento da qualidade da instrução que as mulheres recebiam, sob a ação das religiosas, ganhara

respaldo na sociedade, pois atendia a um determinado modelo de formação que as preparava conforme os valores sociais e culturais da época. (BARROS, 2010, p.100).

Havia também as órfãs e meninas carentes que as freiras acolhiam e também recebiam educação juntamente com as demais alunas da classe alta. Nesse ponto atribui-se às freiras o fator da caridade, necessária para afirmação de uma ordem religiosa, cujo carisma está voltado à dignidade da pessoa humana. Contudo, há de se refletir sobre o limite da caridade, pois as meninas pobres tinham as atividades dobradas: além da dedicação aos estudos, deveriam rotineiramente limpar o colégio, passar roupa, fazer comida, dentre outras atividades.

Porém, ainda que fosse uma instituição privada, as Congregações que o administraram acolhiam em seu interior meninas órfãs, que estudavam em regime de internato. Como forma de compensar o estudo que recebiam, as órfãs desenvolviam atividades domésticas, tais como, lavar e passar roupas, cozinhar, limpar os quartos das alunas internas, entre outros afazeres. (BARROS, 2010, p.17).

O que ocorria com as órfãs das escolas confessionais não poderia ser caracterizado totalmente como caridade, mas um escambo de serviços, ou seja, as irmãs ofertavam o serviço educacional e as órfãs e meninas pobres pagavam com o serviço doméstico. De qualquer forma, em uma sociedade miserável e sem pudores sobre exploração humana, era um negócio aparentemente vantajoso, tanto para as meninas carentes como para as freiras, pois havia uma grande procura por parte da população necessitada por essas vagas de caráter assistencial. Segundo a entrevistada Líbia Couto de Souza (2019), a prefeitura, por sua vez, pagava um número restrito de bolsas estudos para jovens carentes, cuja obrigatoriedade era, após a conclusão do curso, servir a municipalidade em quaisquer locais onde estivessem precisando de professoras. A procura era tanta que a prefeitura fazia a seleção mediante uma prova de conhecimentos gerais. As jovens selecionadas pela prefeitura não eram submetidas aos trabalhos pesados de limpeza.

No entanto, é importante dizer que a concessão de tais bolsas de estudo para mulheres pertencentes às famílias economicamente carentes, não era destinada aleatoriamente. Uma das prerrogativas fundamentais para que fossem contempladas era a demonstração de talento intelectual e desenvoltura social. Por isso, essas meninas eram selecionadas pelo prefeito da cidade. (BARROS, 2010, p.104).

Outro fator importante analisado é os sobrenomes dos alunos que estudaram nas escolas confessionais e compará-los aos sobrenomes dos que detinham e, ainda, detém o poder político e econômico da região. Por exemplo, a família Ferrari em Óbidos, que por muitos anos detiveram o poder político no município e muitos de seus descendentes, foram alunos(as) das

escolas confessionais, assim também como as famílias Tavares, Barros, Aquino, dentre outras. Outro exemplo vem da Cidade de Oriximiná, em que as famílias Calderaro e Ferrari se revezam no poder político há décadas e são figuras frequentes nas listas de ex-alunos de escolas confessionais. A cidade de Santarém é outro exemplo de familiares que estudaram nas escolas confessionais e se revezam no poder político e econômico do município por longos anos, como as famílias Martins, Liberal, Coimbra, dentre outras.

Oliveira et al. (2017), ao analisar os sociólogos e antropólogos que estudaram as relações sociais no Brasil, percebe a influência das famílias tradicionais tanto na política como na economia.

Nesse sentido, tem-se uma grande produção de estudos que direcionam o olhar para as relações de poder local, baseadas na dominação de mando, do coronel, do chefe político, que representa certo sobrenome poderoso e que submete o espaço político (municipal ou estadual) ao seu domínio porque aglutina prestígio, recursos e, até mesmo, posse e legitimidade do uso da força. Nesse viés, muitos estudos focalizaram investigações nas relações de mandonismo e de coronelismo, propícias às compreensões de contextos delimitados à época da colonização e do Império, bem como ao contexto da República Velha. (p. 09)

As escolas confessionais no Baixo Amazonas, ao priorizar a oferta educacional à elite do período, acaba também legitimando a estrutura social pautada no poderio das famílias tradicionais, que por sua vez, já vinham comandando a região desde o tempo em que o Brasil era colônia de Portugal.

2.6 COMO ENSINAVAM

- É de medo que todos nós nos perdemos! E aqueles que mandam em nós, tiram proveito do nosso medo e nos atemorizam mais ainda.

- A mãe suplicou ainda gemendo:

- Não fique zangado! Como não ter medo! Passei a vida toda no terror, tenho a alma coberta de medo!

(Máximo Gorke – “A Mãe”)

A didática, que significa a arte de transmitir conhecimentos, era utilizada pelas escolas confessionais através da disciplina e da coerção. Por muitos anos, os religiosos se valeram do sentimento do medo como instrumento de facilitação e controle do aprendizado. Segundo Jean Delumeau (1923), o sentimento é inerente aos homens e aos animais, com a diferença que o ser humano tem a consciência de sua utilização em benefício próprio, com o

objetivo de manipular e impor seu poder. Segundo Castro (2012), na Grécia antiga o medo, temor, terror, pavor e pânico não eram simplesmente emoções e sentimentos humanos, eram deuses, semideuses e demônios. Com o passar dos séculos, a utilização do medo foi se aprimorando e passou a ser um poderoso instrumento psicológico e social de controle.

Diversas são as possíveis sensações de insegurança e diversos são os medos: medo de morrer, medo de perder suas posses, medo de perder seu emprego, medo de perder amigos, medo de perder a família. Medo de sofrer violência, parteira da história, e sustentáculo de todas as sociedades e todos os Estados, medo do enfrentamento da classe antagonista na luta de classes, medo de se confrontar contra seu superior. Medo da religião, medo de Deus, de não seguir as escrituras e passar a vida eterna em danação. Medo de não concordar com as regras na família, não aceitar a imposição e ser castigado. Castigado fisicamente, financeiramente, socialmente. Medo social, de não concordar com as determinações culturais vigentes e ser banido de um grupo, não gostar das mesmas músicas, mesmas roupas, mesmas coisas e temer não ter nada e, então, se dobrar às normas. Medo da polícia, braço armado do Estado, responsável direto pela violência que o Estado exerce, pela violência física, intimidatória, coercitiva, condenadora, punitiva, opressora e repressora. Medo do Estado, de suas leis e do encarceramento, medo, medo e medos... (CASTRO, 2012, p.69)

Segundo Sidman (2001), o ser humano percebeu inicialmente de forma ingênua que poderia impor seu poder de coerção através da fantasia: medo dos encantados, fantasmas, das punições do sagrado e os sofrimentos advindos de uma vida de “pecado” que resultava na condenação divina. O medo da punição, do massacre, da exposição pública, da negação do além, acabou se tornando a função pedagógica de controle, algo massivamente utilizado pelas religiões e governos.

Estava provado pelas relações do cotidiano que o medo funcionava e muito bem. E tal como os agrupamentos sociais foram paulatinamente se transformando em Estado e a propriedade coletiva se transformando em propriedade privada, o conhecimento comum a todos também tornou-se propriedade da nascente classe dominante. Consequentemente, também sua produção e transmissão, resultando na apropriação do que uma vez fora conhecimento de todos compartilhado para defesa do coletivo, em conhecimento utilizado para controle e dominação, a serviço dos interesses de poucos. (CASTRO, 2012, p.54)

Segundo Barros (2010), as punições e castigos faziam parte da rotina da escola São José, como relatam as ex-alunas em sua pesquisa:

Certa vez, um grupo de alunas da turma que eu estudava, e eu estava no meio desse grupo, fomos castigadas pelas irmãs, porque estávamos na janela da sala de aula fazendo adeus para um grupo de oficiais da marinha que passava pela rua. As irmãs nos ralharam e nos deixaram na janela fazendo adeus até o final do horário da aula [...].

Mas, o pior do castigo era que mesmo depois que encerrava o horário das aulas as irmãs não nos tiravam deles. Ficávamos de castigo até a vinda dos nossos pais no colégio. As irmãs não mandavam recado para os nossos pais, simplesmente ficávamos

retidas no colégio. Então passava da hora de chegarmos em casa, daí nossos pais já sabiam que alguma coisa havia acontecido e iam até o colégio para saber o que era. As irmãs explicavam o ocorrido para nossos pais e só então podíamos ir para casa [...]. (BARROS, 2010, p.147).

O rol de atrocidades exercido pelas escolas confessionais contava com as punições físicas e a tortura psicológica. Quem fugisse à regra dos manuais do bom comportamento recebia o martírio digno de um conto de terror.

No Colégio São José havia um quarto escuro onde as alunas que eram insubordinadas ficavam de castigo. Eu era muito insubordinada. Por isso sempre ficava no quarto escuro. E era um quarto escuro mesmo, não tinha nenhuma iluminação. As irmãs diziam que a escuridão do quarto era para servir de inspiração para que nós aprendêssemos a nos comportar se não quiséssemos ter uma vida sem luz. Uma vida cheia de erros. (BARROS, 2010, p.147).

Ainda havia a tortura física através da emblemática palmatória, que faz parte das lembranças de várias gerações de ex-alunos, tanto das escolas públicas quanto das particulares. Tais ferramentas de torturas remetem ao tempo da escravidão, em que o instrumento era utilizado para a correção dos servos. Em algumas situações, a utilização da palmatória pelos professores era incentivada pelos pais.

Figura 7 – Palmatória: instrumento utilizado para castigar



Fonte: (NOVICKI; SCHENA, 2010, p.07)

A figura 7 evidencia os modelos e formas de palmatória e o local onde eram expostas, a própria mesa do professor, junto com seus livros, ou então pendurada na parede para que os alunos permanecessem sempre conscientes de que qualquer falha de comportamento, moral ou de aprendizado estavam sujeitos aos castigos.

Apenas este conceito da temível palmatória parece bastante esclarecedor, quanto ao fato da mesma ter se tornado um símbolo da disciplina rígida e sádica empregada nas escolas do antigo primário, utilizada como um instrumento de poder, aos que não estavam de acordo com as regras ditadas pelo regulamento e vontade dos professores, e que além de ferir moralmente e fisicamente o aluno castigado, servia de sobreaviso

aos outros para que vendo a cena de horror cometida ao colega, que também não excedessem os limites impostos pelas regras.

[...]

Cabe lembrar ainda que, a palmatória tinha também o seu uso não apenas na escola, e segundo fontes, era aceita pelos pais em seu uso por parte dos professores, e inclusive presenteavam os mesmos no final do ano com uma palmatória, dada como presente em sinal de respeito e agradecimento por os mesmos terem, educado seus filhos na escola. (NOVICKI; SCHENA, 2010, p.08).

Segundo Silva (2018), as escolas confessionais para as mulheres do final do século XIX e início do século XX, faziam parte do projeto liberal positivista, onde as jovens, ao receberem educação para ser boa mãe e esposa, contribuíam para o progresso do país, formando “bons e respeitosos” cidadãos. Era o sentido patriótico de ensino, contudo, para se chegar a esse ideal, era preciso executar todo o ritual de coerção e punição, cujo propósito era talhar, lapidar, moldurar a conduta moral dos alunos, que por sua vez não entrevia opção mais prudente do que calar e aceitar.

O início da educação formal das mulheres no Brasil, em fins do século XIX, foi uma atribuição legada às escolas confessionais (não restrito aos estabelecimentos católicos, ainda que estes figurassem em maior quantidade e atendessem o maior número de educandas naquele momento da história da educação brasileira). O objetivo era integrá-las à formação do “novo cidadão”, articulado com novos princípios patrióticos, morais, científicos e religiosos, cuja finalidade era que se tornassem esposas e mães adequadas e eficientes ao desenvolvimento da nação. (SILVA, 2018, p.04).

O historiador inglês Peter Burke (1995), em seu livro “A Arte da Conversação” reflete sobre o silêncio em que diz: em muitas partes do mundo, a religião e o silêncio são vinculados. Pode ser uma forma de mostrar respeito aos deuses. Um dos princípios básicos para aprender nas escolas confessionais do início do século XX era arte da contemplação e do silêncio.

O silêncio e o disciplinamento das condutas são referências recorrentes para caracterização da educação oferecida nos estabelecimentos de ensino confessionais. Por meio de práticas educativas, em geral, esses estabelecimentos definiram trajetórias de vida e experiências sociais, fixaram comportamentos e inculcaram concepções profundas naqueles que os frequentaram, quer enquanto discentes quer como docentes, posto que estivessem expostos e integrassem a cultura escolar daqueles espaços institucionais. (SILVA, 2018, p. 117).

O silêncio era uma “virtude” apreciada pelas superiores. O cerceamento da palavra era expressão de como se dava o relacionamento social da época. Não havia um ambiente

favorável em que se pudesse conviver harmoniosamente com ideias diferentes, pelo contrário, o que havia era uma verdade que deveria ser aceita e quem a proferia deveria ser temido.

O tratamento dado aos conteúdos [...] pode se caracterizar como uma forma de “violência simbólica” [...], posto que, por meio da transmissão de tais conhecimentos as ex-alunas narram que aprendiam sem questionar o que estava sendo ensinado e que todos os conteúdos transmitidos eram postos como verdade. (BARROS, 2010, p. 132).

As alunas obedeciam a um rígido estatuto em que previamente eram estabelecidos os horários para estudar, para rezar e realizar os trabalhos manuais e musicais.

A rotina das alunas [...] era constituída basicamente por aulas entremeadas por orações. O propósito principal da educação feminina organizada até a primeira metade do século XX era atender a “demanda por mulheres instruídas para cumprimento da tarefa de educar os cidadãos da nação em formação” e também mantê-las defensoras e vinculadas ao cristianismo. (SILVA, 2018, p. 117).

Segundo Barros (2010), as alunas do colégio São José em Óbidos recebiam a formação direcionada à sociabilidade, que significava portar-se adequadamente ao convívio social e religioso. Para tanto, contavam com um treinamento rigoroso de como se comportar diante de autoridades, como servir adequadamente um jantar, como portar-se em eventos sociais e praticar os rituais católicos. Além do aspecto da sociabilidade, havia também as demais disciplinas que completavam o currículo da escola, como: religião, higiene, educação física, recreação e jogos, canto orfeônico, trabalhos manuais, economia doméstica e educação moral.

A rotina estudantil era dividida basicamente em três grandes momentos: a) decorar os conteúdos das disciplinas curriculares; b) praticar os rituais católicos de oração; c) dedicar-se aos trabalhos manuais. A eficiência pedagógica era marcada pela rigorosidade e pela meritocracia. Havia o estímulo competitivo no aprendizado das disciplinas curriculares. Quem conseguisse memorizar as matérias e quem acertasse uma quantidade razoável de questões nas provas era tratado com louvor e recebiam uma premiação honrosa.

A punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e de correção. O professor deve evitar, tanto quanto possível, usar castigos; ao contrário, deve procurar tornar as recompensas mais frequentes que as penas. (FOUCAULT, 1987, p.205)

As escolas confessionais do Baixo Amazonas, assim como as demais escolas confessionais do país, estimulavam a competição entre seus alunos como estratégia para se chegar à aprendizagem. A meritocracia é instrumento básico nas relações capitalistas em que se premia quem produz com eficiência, o que acaba mascarando a verdadeira intenção que é

valorização do objeto e não da pessoa. Para Chalhoub (2017), a meritocracia é um mito que somente reforçou as desigualdades sociais.

As notas e a classificação das alunas (distinção com louvor, plenamente, simplesmente) serviam como instrumento de satisfação pessoal das alunas e de suas famílias, além de lhes garantir, também, reconhecimento e prestígio moral na sociedade obidense. (BARROS, 2010, p. 141).

Havia também a preocupação com educação social das meninas, que correspondia à higiene corporal, à postura da voz, à postura correta ao andar, sentar, vestir, olhar. O ser humano perfeito para as escolas confessionais era o polido e lapidado dentro dos padrões do refinamento social e intelectual.

Observamos que saber andar com garbo e elegância era uma prerrogativa importante na formação de mulheres no Colégio São José. Os passos não podiam ser exageradamente largos. As alunas eram ensinadas a articular o corpo na sua totalidade para que o andar lhes ajudasse a ser ativas e confiantes.

[...]

Ter polidez era importante para o “decoro corporal externo” [...]. Tal decoro expressava a manifestação do ser interior por meio da postura, dos gestos, do vestuário e do olhar que seriam lapidadas por meio da instrução e das práticas de sociabilidade. (BARROS, 2010, p. 114).

Outro aspecto importante na formação das meninas e meninos era o musical. O canto orfeônico tinha como objetivo inicial apaziguar os ânimos através da música. Na mitologia grega, o Deus Orfeu amansava as feras com a beleza de seu canto. Uma das finalidades do canto orfeônico nas escolas confessionais era o aprendizado do hinário católico que perpassava pelos cantos litúrgicos ordinários até as longas ladainhas na língua latina. A figura 8 mostra uma turma de canto na escola São José em pausa para a fotografia. O detalhe do registro mostra as mocinhas todas com vestidos de mangas e logo atrás há a presença de rapazes, juntamente com um irmão franciscano. A combinação da imagem demonstra com clareza o apelo à hierarquia, com o casal de religiosos no controle dos jovens.

Figura 8 - Aula de Canto Orfeônico – alunos da Escola São José e São Francisco - Óbidos



Fonte: (BARROS, 2010, p. 163)

Para o teórico Foucault (1987), há no decorrer dos séculos um aprimoramento nas formas de dominar, que vão das penas explícitas (com muito sangue) para as severamente sutis, quase imperceptíveis, como a indiferença. Contudo, o propósito, desde o início, continua sendo o mesmo: a sujeição.

Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las. (FOUCAULT, 1987, p. 29).

Como parte integrante do organismo de dominação mundial, cuja origem se dá nos países de orientação liberal capitalista, as escolas confessionais cultivaram com eficiência os mecanismos de controle com o propósito de dar vazão ao liberalismo, garantindo a consolidação dos interesses estratégicos de grandes grupos políticos e econômicos. Tais mecanismos são complexos e relativamente tênues para a maioria de quem os executa, mas os verdadeiros beneficiários (quem lucra) tem pleno conhecimento da utilização da estrutura do Estado e da boa vontade de organismos sociais para a consecução de seus objetivos de manipulação e de dominação. As congregações religiosas desempenharam um papel importante para educação no Baixo Amazonas, contudo, sua prática ratificou os interesses da aristocracia da época. Mas, tal situação não representa um ato exclusivo das congregações religiosas que atuaram na região Amazônica, e sim uma ação coordenada de norte a sul do país no antigo período republicano.

3 LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO DAS ESCOLAS

Em todos os municípios do Baixo Amazonas, foram construídas escolas confessionais católicas, tanto no período de Dom Amando (1907-1939), como no governo de outros bispos, como por exemplo, na década de 1940 e 1950, foram construídas as escolas Santa Maria Goretti, em Oriximiná; São Sebastião, em Faro; Nossa Senhora da Saúde, em Juruti. Entretanto, a abordagem deste item será focalizada nas escolas construídas somente no governo de Dom Amando, com exceção da escola Santo Antônio de Alenquer que inicia as atividades em 1911 e encerrando em 1914, mas, depois de um longo período de inatividade, é refundada pelas Irmãs da Congregação Imaculada Conceição em 1956, no governo do bispo Dom Floriano Loewenau.

As escolas confessionais eram localizadas na parte central dos municípios, ocupando um espaço que variava entre 500m² a 10.000m² de construção. A primeira escola a ser tratada será a escola Santa Clara da cidade de Santarém, que deu suporte para a maioria das escolas, fornecendo mão de obra administrativa e docente; a segunda escola será São José em Óbidos; a terceira, São Francisco também em Óbidos; a quarta, São Francisco em Santarém; a quinta e a sexta, respectivamente, serão São Francisco em Monte Alegre e Santo Antônio em Alenquer; a sétima, Imaculada Conceição em Monte Alegre; e, por fim, a oitava, escola São José localizada no planalto da zona rural de Santarém.

3.1 ESCOLA SANTA CLARA EM SANTARÉM

Escola Santa Clara (figura 9) foi construída ao estilo arquitetônico neoclássico, com pé direito alto e amplas janelas. As linhas são retangulares com detalhes decorativos, cuja intenção era demonstrar imponência e ao mesmo tempo a beleza.

Durante a Primeira República (final do século XIX até 1920) os prédios escolares buscam características da arquitetura neoclássica através da imponência, simetria, pé-direito elevado e andar térreo acima do nível da rua. A organização interna das salas de aula se dá em função da disciplina, cada aluno ocupa seu lugar e o professor fica à frente de todos, em posição de autoridade e supervisão; ou seja, relacionam-se o poder e o saber [...]. Neste período o Estado criou medidas padronizadas e racionais por meio dos Grupos Escolares. (COSTA; JERONYMO, 2016, p. 03)

Figura 9 – Fotografia da Escola Santa Clara – início do século XX



Fonte: João Silvío, blogspot, 2019

A história da construção da escola Santa Clara é um dos capítulos mais vigorosos da vida de Dom Amando. Desde que chegou a Santarém com a responsabilidade de dar respostas imediatas à Igreja Católica do Brasil e ao governo republicano sobre saúde e a educação na região. Dom Amando não mediu esforços para conseguir freiras para tomar conta da educação das meninas. Segundo sua fala, a educação para as meninas só daria bons resultados se estivesse sob a responsabilidade das freiras (BALMANN, 1995, p.132). Em virtude dessa convicção, iniciou uma peregrinação em várias ordens religiosas femininas solicitando freiras para que viessem trabalhar na Amazônia, mas, para sua decepção, a resposta foi sempre negativa.

Convidei as Irmãs franciscanas do Sagrado Coração do Rio. Não puderam aceitar. Convidei as Irmãs Franciscanas Alemãs, do Rio Grande do Sul. Era impossível. Consultei também o Revmo. Pe. Geral da Ordem e ele me indicou as Irmãs Franciscanas do Egito (assim eram chamadas por que lá principiaram a sua atividade, sendo, porém, italianas), mas nada ficou resolvido. (BAHLMANN, 1995, p.132).

Continuando a peregrinação pelo Rio de Janeiro para conseguir freiras, Dom Amando se depara com as Religiosas Enclausuradas da Imaculada Conceição da Ajuda, chamadas de Concepcionistas. Era tempo de Pentecostes e foi convidado para celebrar missa no convento das referidas irmãs. Em tom de brincadeira, Dom Amando, após a missa, disse que estava precisando de religiosas não para rezar muito, mas para trabalhar na Amazônia com educação de meninas. Como eram enclausuradas, jamais pensou que fosse obter alguma resposta positiva de seu convite meio que indireto. Para sua grande surpresa, no outro dia, quatro irmãs se dispuseram a trabalhar com Dom Amando nas missões em Santarém

(BALMANN, 1995, p.132). As quatro freiras Concepcionistas eram Madre Coleta da Imaculada Conceição, que se tornou abadessa do convento em Santarém e depois fundou a missão com os índios Cururu; Irmã Verônica da Santíssima Trindade e Irmã Maria do Carmo do Coração de Jesus, que não demoraram em Santarém, e em 1911 deixaram a Ordem e pediram a secularização; Irmã Maria do Patrocínio de São José conseguiu transferência para o mosteiro da Glória no Recife e faleceu cinco anos depois de deixar a missão amazônica. (SANTANA, 2010, p.02).

Era a primeira vitória de Dom Amando na árdua batalha de conseguir freiras para trabalhar com a educação das meninas. Ele imediatamente pede orientação do cardeal do Rio de Janeiro, que solicita que encaminhe um pedido à Roma requerendo a liberação das freiras. Em Roma, Dom Amando consegue as licenças para as religiosas, com a ressalva de que se quisessem poderiam voltar à clausura. Em Santarém, providencia uma casa para alugar para servir de convento. A casa escolhida era de propriedade do Barão do Tapajós. (BALMANN, 1995, p.132-133).

Apesar de tudo encaminhado para as irmãs iniciarem os trabalhos em Santarém, Dom Amando tinha um grande receio de que as freiras não estivessem preparadas para o serviço da administração da escola e magistério, afinal eram freiras dedicadas somente à oração. Da cidade de Roma, foi direto para a Alemanha onde visitou o convento das Irmãs Clarissas e conversou com a madre abadessa Antônia sobre a possibilidade de ceder uma irmã professora para acompanhar as quatro freiras que tinha conseguido para missão em Santarém. A abadessa Antônia gentilmente o informou que não poderia atender seu pedido, pois seu carisma era contemplação e não lhes era permitido o exercício das missões, contudo havia uma professora chamada Elisabeth Tombrock, candidata ao convento, que foi curada de tuberculose na gruta de Lourdes²⁰ e que resolvera dedicar sua vida a Deus. Dom Amando pediu para a abadessa que conversasse com ela sobre a possibilidade de viajar ao Brasil. Pouco tempo depois, a postulante a freira se apresenta a Dom Amando com a resposta que se disporia a trabalhar nas missões na Amazônia. Elisabeth fez um breve retiro na cidade de Münster, recebeu um hábito improvisado e seguiu no dia 8 de setembro de 1910 com Dom Amando para o Brasil. Depois de três anos de

²⁰ Nossa Senhora de Lourdes e sua devoção começaram no dia 11 de fevereiro de 1858, na pequena vila de Lourdes, França. Nesse dia, três amigas foram buscar lenha na mata que ficava perto da vila: Bernadete Soubirus de 14 anos, sua irmã Marie Toinette de 11 anos e a amiga Jeane Abadie, de 12 anos. Ali, Bernadete ouviu a voz de uma mulher chamando-a carinhosamente. A voz vinha de dentro da gruta. Curiosa e obediente, Bernadete entrou e viu a figura de uma jovem senhora vestida de branco, com uma faixa azul na cintura e um rosário de contas de pérolas em sua mão. Disponível em: <http://cruzterrasanta.com.br> Acesso em: 03 de mar.18.

sua chegada à prelazia, finalmente Dom Amando vislumbrava a possibilidade de iniciar as atividades educacionais. (BALMANN, 1995).

Dom Amando correu riscos ao apostar o trabalho educacional da prelazia a uma jovem postulante à freira, no entanto não via alternativa, pois nenhuma congregação aceitou mandar freiras para a missão. Apesar de sua boa vontade, Elizabeth, oficialmente, não estava ligada a nenhuma congregação religiosa, mesmo sendo uma indicação das Irmãs Clarissas, ela não pertencia a essa Ordem, cujo carisma era o claustro. Para piorar a situação, ao chegar no Rio de Janeiro, no dia 28 de setembro 1910, foi proibida de entrar no interior do convento das Freiras Concepcionistas por ser uma simples postulante, o que infringia a regra da clausura. Dessa forma, não pode entrar em contato com as quatro religiosas que lhe acompanhariam para a Amazônia. Dom Amando lhe conseguiu hospedagem no colégio da Conceição em Botafogo, onde iniciou os estudos da língua portuguesa. (BAHLMANN, 2015).

As quatro freiras de profissão perpétua Concepcionistas, ao saírem do mosteiro, foram obrigadas a declarar que nunca mais voltariam para aquele claustro. Dom Amando tentou intervir afirmando que as irmãs poderiam inaugurar uma casa em Santarém ampliando a congregação, algo que foi expressamente desconsiderado pelas superiores. Então, dessa forma, as cinco mulheres, sendo as quatro Concepcionistas e mais Elizabeth Tombrock, que partiram para a Amazônia com Dom Amando, estavam completamente sem a base de uma congregação que lhes pudessem dar suporte. Não resta dúvida de que isso era a semente para inauguração de uma nova congregação religiosa. Em 13 de novembro de 1910, chegam a Santarém. No dia 5 de dezembro, inauguram o convento, tendo irmã Coleta como superiora. No dia 7 de dezembro, pelas mãos de Dom Amando, Elizabeth Tombrock se torna noviça e recebe o nome de Maria Imaculada. No dia 17 de dezembro de 1911, pelas mãos da abadessa Coleta recebe a profissão simples²¹. (BALMANN, 1995).

A partir de sua chegada, Maria Imaculada inicia um árduo trabalho educacional em Santarém. Logo no início, juntamente com Dom Amando, trabalha para melhoria de condições das instalações do convento, do local destinado ao educandário e a regularização dos terrenos. Apesar de algumas baixas por conta da febre amarela, irmã Maria Imaculada conseguiu atrair inúmeras postulantes da Alemanha para o convento (FLOOD, 2010, p.67). Com o dinheiro que conseguiram, fruto de sua boa relação com benfeitores da Europa e EUA, Dom Amando e Madre Imaculada puseram em prática a construção e ampliação da Escola Santa Clara e de um

²¹ Depois de noviça a Profissão Simples é o segundo passo da formação religiosa para se tornar freira perpétua, contudo, ao receber os votos simples já é considerada freira pela igreja. Madre Imaculada recebeu a Profissão Perpétua em 18.04.1912, pelas mãos de D. Amando.

hospital²². Em 1913 iniciam as atividades regulares da escola e, em 1916, a ordem recebe personalidade jurídica como Ordem das Irmãs Clarissas da Imaculada Conceição. A primeira e única ordem religiosa criada no Baixo Amazonas²³. Até 1922 as irmãs seguiram as regras da Ordem das Concepcionistas, a partir desse referido ano passaram a obedecer à regra da Ordem dos Franciscanos Menores. (BAHLMANN, 2015). A ordem cresceu e se espalhou da Amazônia para o mundo, com o carisma direcionado ao trabalho educacional. Além de várias casas missionárias no Brasil, estão também instaladas nos seguintes países: Estados Unidos (1922), China (1931), Alemanha (1940), Taiwan (1949), Namíbia (1964), Filipinas (1995), Vietnã (2008) e Angola (2009). Dentre as religiosas que pertenceram a congregação está Irmã Dulce dos Pobres, que foi canonizada em 13 de outubro de 2019, OSID (2019).

A aposta feita por Dom Amando pela postulante a freira Elizabeth Tombrock deu resultado. Sua obstinação em cumprir seus compromissos institucionais e políticos não o fez desistir diante das infinitas respostas negativas que recebeu das congregações religiosas. Graças a esse esforço, acabou sendo contemplado como patrono da primeira congregação fundada na Amazônia. Segundo Calderaro (2013), a Escola Santa Clara foi a primeira escola a formar professores em Santarém desde 1939 com autorização do Estado.

3.2. ESCOLA SÃO JOSÉ EM ÓBIDOS

A Escola Paroquial São José foi fundada em 1911 por Dom Amando Bahlmann, na cidade de Óbidos. Em princípio, o educandário funcionou em salas anexas à secretaria paroquial e conforme aumentava a demanda de alunas, o espaço foi sendo ampliado, até que em 1942, as irmãs franciscanas iniciaram um processo de ampliação do espaço físico da escola. Em 1958, com a chegada do bispo Dom Floriano Loewenau, foi feita uma significativa reforma e construção de fachada e de novas salas de aulas, ficando no formato apresentado pela figura 10. (BARROS, 2010). A arquitetura escolar típica das décadas de 1940 e 1950 representava a

²² São José foi o nome dado ao Hospital construído sob a responsabilidade das irmãs Clarissas da Imaculada Conceição, que funcionou de 1930 a 1942, quando foi desativado. Em 1943 o local foi transformado na Escola Dom Amando, ainda sob a responsabilidade das irmãs. Em 1951 a escola foi transferida para a administração dos irmãos americanos da Santa Cruz. (FONSECA, 1984).

²³ “A Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus foi designada como um ramo da Ordem Concepcionista. A nova fundação foi denominada Pobres Clarissas Missionárias da Imaculada Conceição. A Regra Concepcionista foi seguida até 1922 quando a Santa Sé promulgou um decreto de reorganização que mudou a Ordem para Congregação Diocesana Apostólica sob jurisdição dos bispos das respectivas dioceses, nas quais as irmãs residiam. Em 1925, a Regra da Ordem Terceira Regular de São Francisco foi adotada e, através da mediação do bispo Bahlmann, a congregação foi agregada a Ordem Franciscana. Em 1929, a congregação recebeu o status de “Apostólica de Direito Pontifício” e a parti daí a mesma passa a adotar o nome de Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus.” (SANTANA, 2011, p.46).

transição entre o estilo clássico, com as janelas decoradas e fachadas em forma de capela para linhas mais simples e funcionais, com acréscimo de arquitetura em formas geométricas. (CARVALHO, 2009).

Figura 10 – Fotografia da. Escola São José - Óbidos



Fonte: Odirley Santos, website obidense, 2018

Logo no início, em 1911, a escola foi entregue às Irmãs Missionárias de Maria Auxiliadora, conhecidas como Missionárias de São Pedro Claver. Essas missionárias eram de origem suíça e tinham por vocação o magistério infantil. Iniciaram sua missão na América Latina em 1888 no Equador, a convite do bispo alemão Dom Pedro Schumacher. Em 1895, foram perseguidas e expulsas juntamente com o bispo em virtude de perseguições do partido liberal daquele país contra o clero.

As exortações, adesões, protestos e outros não cessaram do clero da arquidiocese. Em julho de 1895, o bispo de Portoviejo, Pedro Schumacher (1839-1902), chegou a Quito, 28 anos, que deixara sua diocese com seus padres sob a guarda de um batalhão de veteranos, depois que os liberais assumiram a praça. (MARCILLO, 2017, p.03).

Partiram em direção ao Panamá, mas sem local definido para se instalar. Sabendo da situação de quase exílio das referidas freiras, o bispo de Cartagena, o italiano Dom Adão Brioschi, lhes oferece a administração do hospital São José, o que de pronto aceitam. (BAHLMANN, 2015).

Em 1910, quando Dom Amando estava na cidade de Münster, Alemanha, a assistente da madre geral das irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora indagou ao bispo sobre a possibilidade da construção de uma casa de apoio na prelazia de Santarém, para que, caso houvesse perseguições às irmãs em Cartagena, elas tivessem para onde seguir. O temor das irmãs era que não ocorresse o mesmo que havia acontecido no Equador quando partiram sem rumo. Dom Amando prontamente aceitou e ofereceu Óbidos para que iniciassem as atividades

educacionais para as meninas. Em abril de 1911, chegaram cinco freiras de Cartagena, via Barbados, diretamente para Óbidos, onde fundaram uma casa convento e inauguraram a escola São José, anexa à paróquia, com instalações modestas. Logo depois chegaram mais outras irmãs e por uma década cuidaram da educação das meninas. Em 1921, saíram de Óbidos, por motivo de aclimação e também abertura de novas casas religiosas no Sul do Brasil e entregaram a missão de educar para as Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição de Santarém, que iniciaram o processo de ampliação e revigoramento da escola. (BAHLMANN, 2015).

A escola São José seguiu o mesmo modelo educacional estabelecido pelas Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, baseado no Decreto 981 da República, com a oferta exclusiva para as meninas e para quem pudesse pagar a mensalidade. (BARROS, 2010).

3.3 ESCOLA SÃO FRANCISCO EM ÓBIDOS

Figura 11 – Fotografia da Escola São Francisco em Óbidos. Esq. prédio construído em 1919 e à dir. novo prédio funcionando a partir de 1940



Fonte: Sidney Canto, blogspot, 2019 e Odirley Santos, website Óbidos, 2019

A escola São Francisco em Óbidos foi fundada pela congregação franciscana em 1º de junho de 1911 com a direção do frei André Noirhome de origem germânica. A escola era anexada à Igreja Matriz de Sant' Ana e destinada à educação para meninos. Durante os primeiros anos de funcionamento, houve um intenso trabalho dos missionários em melhorar as condições da escola. A partir de 1919, o educandário passou a funcionar no prédio Bom Jesus (figura 11 à esquerda) onde hoje está instalada a Cúria Diocesana de Óbidos. Com o aumento da demanda por matrículas, a partir da década de 1940, foram promovidas campanhas pelos grupos da Igreja, como Apostolados da Oração e Marianos, para adquirir recursos para a construção de uma escola mais ampla. Em 1949 iniciam as atividades educacionais em um novo prédio (figura 11 à direita), próximo ao convento dos franciscanos. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - EMEF SÃO FRANCISCO, 2006).

O novo prédio, concluído na década de 1950, ainda preserva a mesma linha arquitetônica de sua inauguração, com variação na configuração do telhado e o colorido da pintura (cada prefeito colore as escolas conforme a matiz de sua agremiação política, sem nenhuma preocupação com a originalidade do projeto arquitetônico). O prédio tem ares de arquitetura moderna, típicas das construções escolares das décadas de 1940 em diante, onde os arquitetos, seguindo orientações do MEC, utilizavam elementos geométricos para compor a estrutura de seus trabalhos. Segundo Valentin (2013), essa dinâmica, em que estava envolta a educação, dava racionalidade a um ambiente versado pela ciência e que precisava dar resposta à indústria emergente que exigia mão de obra de melhor qualidade, ou pelo menos alfabetizada.

O prédio acaba mesclando elementos estruturais antigos e novos em sua arquitetura, como por exemplo: a linha da fachada é horizontal e das laterais são verticais, o que notabiliza a harmonia das formas. E contrapondo-se à modernidade, a parte interior compunha-se de uma porta larga e uma grande sacada com escadas em separado e portal de entrada muito acima do nível da rua. As salas são amplas e com grandes janelas.

O Projeto Político Pedagógico da Escola (2006) apresenta um breve histórico da Escola São Francisco:

Em virtude das consequências das cheias do Rio Amazonas, e também do local onde as aulas funcionavam por não oferecerem condições propícias de bem-estar e higiene. O bispo da cidade de Santarém, em 1919, transferiu as aulas para o novo prédio escolar no Bom Jesus (atualmente seminário Frei Rogério), recebendo as bênçãos de Frei Rogério, e, por volta de 1921 já somavam 128 meninos matriculados divididos em duas turmas sob a responsabilidade de Frei Victor, que apresentou um resultado satisfatório no fim do ano.

No que diz respeito a manutenção da Escola, o educandário “São Francisco” recebia doações de simpatizantes da causa pedagógica dos Clérigos, mesmo assim, passou por momentos difíceis, chegando a ser fechada algumas vezes por falta de corpo docente, sendo usada somente para as aulas de catecismo aos domingos. Em 1932, voltou a funcionar com 121 meninos. E, devido ao satisfatório rendimento escolar Frei Modesto (o então diretor) viu a necessidade de convidar a Irmã Romana para ajudar no ensino, dando-lhe uma turma que funcionava em uma sala anexa ao convento dos Franciscanos. Tal necessidade persistiu, pois logo foi contratada a professora Maria Leonildes de Miranda.

Em 1945, Frei Protásio, Dom Floriano e Frei Daniel criaram “As Associações Marianas” que percorriam pelas ruas das cidades com cânticos e rezas. O prédio escolar funcionava no Bom Jesus transformou-se em “Sede da Congregação Mariana dos Moços de Óbidos” e, essas turmas foram então transferidas para uma construção ao lado da residência dos padres, onde atualmente está sediada a escola. (EMEF SÃO FRANCISCO, 2006, p. 06)

A preocupação dos missionários, desde a fundação da escola, era com a formação profissional dos meninos. Além das aulas de religião, matemática e linguagem, os alunos eram incentivados aos trabalhos manuais, conforme estipulado pelo Decreto nº 981 da Instrução

Pública do governo republicano. A partir de 1951, em parceria com o Ministério da Educação e com o Governo do Estado, recebeu anexos exclusivos para instrução de trabalhos de serraria, marcenaria, mecânica e tipografia.

Segundo a entrevistada Líbia Couto (2019), antes da construção da Escola Técnica, o prédio da Escola São Francisco era subdividido em alas para comportar diversos cursos. Na parte superior do sobrado, funcionava somente o ensino fundamental de 1º ao 5º anos para os meninos. No lado esquerdo do térreo, funcionava as atividades coordenadas de carpintaria, marcenaria, tipografia e oficina mecânica e, no restante das salas à direita, funcionavam cursos de arte e culinárias para as meninas. Devido ao aumento da demanda de alunos para escola fundamental e a também inconveniência do barulho das oficinas foi elaborada a construção de um prédio ao lado (Escola Técnica), para onde foram alocados os cursos profissionalizantes, enquanto que o prédio principal ficou destinado somente para ensino regular.

A construção da Escola Técnica Profissional “São Francisco”, fundada em 1951, fora realizada com recursos advindos de um convênio com o MEC (Ministério da Educação e Cultura) em parceria com a Secretaria de Obras do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Óbidos, na administração de Dr. Raymundo da Costa Chaves. A devida conclusão da obra ocorreu no ano de 1955, dando uma nova reconfiguração no cenário educacional da sede do município. (EMEF SÃO FRANCISCO, 2016, p. 07)

A Escola Técnica São Francisco (figuras 12 e 13) foi subdividida em três partes. Nos primeiros compartimentos, funcionava a oficina mecânica; a parte central, a marcenaria; e na parte final, a serraria. A tipografia foi alocada para um prédio próximo à Cúria Prelática. Segundo a entrevistada Líbia Couto (2019), uma parte do maquinário das oficinas veio da Alemanha. E conforme os registros, os primeiros professores das oficinas do novo prédio foram voluntários germânicos. Conforme a necessidade de instrutores aumentava, foram selecionados alguns jovens de Óbidos para estagiar em outros lugares do país onde funcionavam escolas técnicas para, em seguida, trabalharem como educadores.

Figura 12 - Escola Técnica São Francisco em Óbidos



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

A escola técnica por um tempo foi mantida com recursos da Diocese de Óbidos advindo da Alemanha e também pelos resultados financeiros dos serviços e materiais produzidos pelas oficinas. A cada ano eram escolhidos adolescentes como aprendizes com o critério de dedicação aos estudos. A cada mês os alunos recebiam uma ajuda de custo e ao final do ciclo recebiam um certificado.

Figura 13 – Fotografia das Oficinas de marcenaria, mecânica e tipografia da Escola São Francisco



Fonte: EMEF SÃO FRANCISCO, website pesquisador.net, 2019

A partir da década de 1960 e 1970, os franciscanos enfrentaram dificuldades na manutenção da escola, então iniciaram um processo de transferência aos órgãos instituídos do Governo. Hoje a escola pertence à rede municipal de ensino de Óbidos - SEMED - PMO. A Escola Técnica continua sob a responsabilidade da Diocese, mas funciona apenas com a

marcenaria e a serraria. A oficina mecânica atende aos serviços da Diocese e a tipografia não se modernizou e deixou de atender as exigências do mercado e acabou encerrando as atividades.

3.4 ESCOLA SÃO FRANCISCO EM SANTARÉM

A figura 14 mostra Frei Ambrósio Philipsenburg, fundador da Escola São Francisco, ao centro, com os alunos e professores. Frei Ambrósio era alemão da cidade de Essem e além da função religiosa era músico de formação. Segundo Canto (2017), foi um religioso carismático e muito ativo. Durante seu curto período de existência na Prelazia de Santarém, foi um dos homens de confiança de Dom Amando, contribuindo significativamente com as obras sociais da Igreja. Uma das características marcantes de sua personalidade era a habilidade de lidar com a juventude. Fundou vários grupos de oração para jovens e em 1918 fundou a primeira orquestra de músicos com integrantes da região a qual denominou Orquestra Philarmonica de Santarém. Também fundou o clube de futebol Santa Cruz que deu origem ao clube São Francisco, que até aos dias atuais vigora como um tradicional clube de futebol da região. Frei Ambrósio jamais negava um pedido do bispo, mesmo que isso estivesse aquém de suas condições físicas. Dom Amando solicitou que contribuísse com a missão indígena no Alto Rio Tapajós. Durante a viagem foi acometido de pneumonia e não resistiu, falecendo em 14 de maio de 1936. A notícia de sua morte abalou a cidade por muito tempo.

Figura 14 – Fotografia de frei Ambrósio Philipsenburg, fundador da Escola São Francisco, ao centro com os alunos



Fonte: Acervo de Sidney Canto, blogspot, 2019

Segundo Frei Francisco Paixão²⁴, em vídeo alusivo ao centenário da Escola São Francisco de Santarém, a idealização do educandário está intimamente ligado à história dos missionários franciscanos na Prelazia de Santarém. Os frades, nos primeiros anos de Amazônia, após 1907, fixaram residência na cúria prelatícia junto ao bispo, mas, com a chegada de um número maior de missionários, o espaço ficou pequeno, então Dom Amando solicitou que fosse construído um convento para abrigar os religiosos. Em 1916, foi lançada a pedra fundamental para a nova residência na avenida São Sebastião. No projeto arquitetônico do convento, que era em forma de sobrado, foi solicitada a construção de duas salas de aulas no térreo, para o funcionamento de uma escola, na qual estudariam os meninos pobres da cidade. A responsabilidade pelo empreendimento ficou a cargo de Frei Ambrósio Philipsenburg. Desta forma, por 40 anos, o educandário funcionou nas dependências do convento.

De acordo com a Custódia de São Benedito da Amazônia (2007), em 1957, houve dois eventos importantes para a Fraternidade Franciscana que irá modificar a configuração da Escola São Francisco. O primeiro evento foi a criação da Prelazia de Óbidos, que consistiu no desmembramento da Prelazia de Santarém, e o segundo evento foi a criação de dois comissariados franciscanos no Baixo Amazonas (em Santarém e em Óbidos). A criação dos comissariados está ligada ao aumento da presença dos franciscanos de origem americana na Prelazia de Santarém desde 1943. Em 1958, o franciscano americano Tiago Ryan é nomeado bispo da Prelazia de Santarém e o bispo Alemão Floriano Loewenau, que era o prelado de Santarém, foi transferido para a nova Prelazia de Óbidos. Dessa maneira, os demais frades alemães foram para Óbidos para contribuir com a nova prelazia e os frades americanos ficaram em Santarém. Com cicatrizes latentes da Segunda Guerra Mundial, era difícil a convivência, no mesmo ambiente, dos membros das nações inimigas do grande conflito, mesmo sendo religiosos franciscanos.

Com a administração dos frades americanos, houve uma mudança radical na Escola São Francisco. Em 1958, por ordem do bispo Tiago Ryan, foi reformado o convento franciscano e retirado a escola das suas dependências, mas, para isso, ordenou que fosse construído um novo prédio mais amplo e estruturado para abrigar os alunos. O prédio foi erguido a uma pequena distância do convento, mas no mesmo perímetro do terreno. Os responsáveis pela empreitada foram os padres Frei Othmar Rollman e Frei Vianney Miller.

²⁴[website] Disponível em: <http://diocesanasaofranci.wixsite.com/stmpa> Acesso em: 11 de nov.18

Por 40 anos, a Escola funcionou nas mesmas instalações, mas em 1958, o então Bispo de Santarém, Dom Thiago Ryan, designou o vigário Frei Othmar para iniciar a construção de um prédio em um terreno próximo ao convento. Por não possuir muitos recursos, a construção era lenta, porém, a partir de 1960 os trabalhos foram intensificados pelo novo vigário, Frei Vianey Miller, que buscou verbas entre seus familiares e amigos nos Estados Unidos. Em 1968, o prédio da Escola ficou pronto e já oferecia escolaridade para cerca de mil alunos de ambos os sexos. (CARNEIRO, 2018, p.01).

Figura 15 – Fotografia da Escola São Francisco em Santarém – área interna



Fonte: Escola São Francisco, website da escola, 2019

A figura 15 mostra a simplicidade da arquitetura da Escola São Francisco. O arquiteto planejou salas subsequentes e deixou vãos no terreno para a circulação dos ventos. Deixou o pé direito em cinco metros nas salas. A simplicidade arquitetônica é tanta que a parte administrativa acabou sendo negligenciada, tanto do ponto de vista estético como o de funcionalidade. O espaço é minúsculo o que dificulta a circulação de pessoal e a acomodação da documentação produzida pelas atividades burocráticas e educacionais. Ao que parece, não há pretensão em melhorar a aparência da escola e também sua funcionalidade.

Da fundação até a década de 1950, a escola São Francisco segue a mesma normativa do Decreto nº 981, com educação exclusiva para meninos. A partir da década de 1960, a escola passa a oferecer educação para ambos os sexos. Segundo Carneiro (2018), a escola firmou convênio com a Secretaria Executiva de Estado e Educação do Pará - SEDUC no dia 1º de março de 1969, e assim continua até os dias atuais. Sendo que a SEDUC paga os funcionários e a competência administrativa fica na responsabilidade da Diocese de Santarém.

3.5 ESCOLAS SÃO FRANCISCO EM MONTE ALEGRE E SANTO ANTÔNIO EM ALENQUER

Nota-se que as linhas de construção da fachada da Escola Santo Antônio (figura 16) são semelhantes às linhas da fachada da Escola São José em Óbidos, o que caracteriza o seguimento do mesmo projeto arquitetônico.

Figura 16 – Fotografia da Escola Santo Antônio em Alenquer



Fonte: João Canto, website pesquisador.net, 2019

O começo da escola São Francisco em Monte Alegre e Santo Antônio em Alenquer está relacionado a um importante fato histórico ocorrido em Portugal. No dia 5 de outubro de 1910, foi proclamada a República em Portugal. A maioria do novo governo era formada por maçons que lutaram contra o governo do monarquista e ditador João Ferreira Franco Pinto de Castelo Branco²⁵. A maçonaria em Portugal era dividida entre monarquistas e liberais. No período da revolução, prevaleceu a tese do Grão Mestre Sebastião Magalhães Lima²⁶, que era um republicano e socialista utópico. Sua base de apoio estava nos oficiais da marinha. Com ele na liderança dos maçons, houve intensa perseguição às ordens religiosas instaladas em Portugal,

²⁵ Segundo a Fundação Mário Soares (1995), João Franco foi um Estadista (...), ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino; conselheiro de Sua Majestade e de Estado. Incapaz de governar com os instrumentos do parlamentarismo, recorre à repressão e à ditadura ("à turca", como então se dizia). Encerradas as Cortes, remodela o governo a 2 de Maio, afastando os ministros do Partido Progressista. Os protestos contra a instauração da ditadura foram imediatos e estenderam-se à imprensa, aos deputados e pares do reino, ao Conselho de Estado, às Câmaras Municipais, à Associação Comercial de Lisboa, etc. As reações à ditadura de João Franco e, em especial, à repressão que conduziu, abriram caminho ao regicídio e apressaram a República.

²⁶ Segundo Ferreira (2014) no início da década de 1890, Sebastião de Magalhães Lima passou a ser um dos principais vultos do Partido Republicano, defendendo um republicanismo de pendor socialista utópico, advogando, no entanto, um entendimento entre a burguesia e o proletariado. Quando do ultimato britânico de 1890, encabeçou a contestação antibritânica e antimonárquica.

cuja alegação era o relacionamento próximo entre clero e monarquia e a histórica oposição da igreja às ideias liberais, como divórcio, reconhecimento de paternidade fora do casamento, dentre outras. No dia 10 de outubro, 5 dias após a revolução, o governo decretou a supressão de todas as ordens religiosas de Portugal. Sem muitas alternativas, boa parte dos missionários tiveram que fugir do país para preservar sua vida.

Em meio a esse tumulto e perseguição aos religiosos, Dom Amando escreveu ao provincial dos franciscanos em Portugal e ofereceu abrigo na Prelazia de Santarém, tanto para padres como para freiras. Em pouco tempo, chegou de Roma a resposta dos franciscanos aceitando a ajuda e solicitando uma casa para que as freiras e os padres iniciassem os trabalhos missionários. Também indicaram um local na Espanha para que enviasse as correspondências. Dom Amando, com a intenção de não prejudicá-los, retornou à missiva dizendo que a comunicação seria expressa através de código com a seguinte instrução: para padres se diria “barril de vinho” e para freiras “barricas de azeitona”, e assim foi feito. Em pouco tempo, Dom Amando recebe um telegrama de Roma que dizia: “Seguem Vapor Lanfranc 10 Barricas Azeitonas”. (BAHLMANN, 1995).

No dia 21 de junho 1911, as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras²⁷ chegaram a Belém e logo depois em Santarém, onde, por dois meses, foram hospedadas no convento das Irmãs Imaculada Conceição. Em seguida, tais freiras foram divididas para missão, sendo seis irmãs para Monte Alegre, onde fundaram a Escola São Francisco, e quatro foram para Alenquer, onde iniciaram os trabalhos educacionais na escola Santo Antônio. Em princípio, as irmãs se adaptaram ao trabalho educacional e catequético nas duas cidades. Com os recursos que arrecadavam através das mensalidades escolares dos pais, que trabalhavam no comércio e na extração da borracha, dava para sustentar o convento e a escola. Contudo, depois da queda vertiginosa do preço do látex, a população não teve mais condições para efetuar regularmente o pagamento das mensalidades e as irmãs foram obrigadas a pedir transferência. Em 1914 eles seguiram para o Amazonas, onde fundaram um colégio em Itacoatiara e também para a cidade

²⁷ A trajetória do carisma franciscano hospitaleiro em solo brasileiro iniciou com o convite feito por Dom Amando Bahlmann, OFM, Bispo de Santarém, no Pará, em busca de apoio para as atividades no setor da Educação. Atendendo à solicitação, dez Irmãs vieram do porto Tuy, na Espanha, e desembarcaram em Belém do Pará, em 21 de junho de 1911.

Segundo CONFHIC-Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (2019) “as pioneiras foram as Irmãs Maria da Circuncisão Ribeiro, na época Superiora Delegada, Maria da Circuncisão, Delfina da Conceição, Maria de São Carlos, Rosa Maria de São Francisco, Maia Estela Rodrigues, Amada de Jesus, Constantina de São José, Maria de Santa Justa, Rosário do Espírito Santo e Maria Alcina da Conceição. As Irmãs tiveram a “glória de semear, com o sacrifício da própria vida, na vasta região amazônica, as primeiras sementes Franciscanas Hospitaleiras”.

de Propriá em Sergipe e para Maceió, Alagoas, onde trabalharam em hospitais e escolas. (BALHMANN, 1995).

Com a saída das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras, as escolas São Francisco de Monte alegre e Santo Antônio em Alenquer encerraram suas atividades. Somente a partir de 1956 as Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição de Santarém retomam as atividades educacionais em Alenquer, inaugurando com o mesmo o nome a Escola Santo Antônio. Primeiramente funcionou em um prédio modesto e depois, com a contribuição dos alenquerenses e recursos adquiridos pelo bispo da época Floriano Loewenau, o prédio novo foi construído (foto acima). A partir da década de 1960, a escola inicia um processo de convênio com o Governo do Estado. Hoje a escola pertence à rede estadual de ensino.

Então, 12 de janeiro de 1956, foi fundado o Educandário Santo Antônio, pelas irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, estava situada à rua Dr. Pedro Vicente, perímetro entre a travessa 10 de outubro e José Cândido, nesta cidade de Alenquer, bairro da Luanda, iniciou suas atividades desde 10 de março daquele mesmo ano, mantendo um curso infantil e o curso elementar, então no total de 168 alunos”;

“Depois de 7 anos de funcionamento, o educandário Santo Antônio manteve o jardim de infância com 21 alunos e o curso primário completo com a matrícula neste ano letivo (1963) de 244 alunos (neste ano já mantinha também o Normal 1ª e 2ª série, 55 alunos), entretanto, o estabelecimento lutava com sérias dificuldades, apenas contava com uma professora paga pelo Estado, gratificante as demais com seus precários poderes”;

“Mas havia uma esperança de concretizar a promessa feita pelo Governo do Estado ao Bispo Dom Floriano, de subvencionar a Escola, firmando um convenio com a Prelazia. Até àquela altura o estabelecimento não recebia qualquer ajuda financeira dos poderes estaduais, mantinha-se com as mensalidades do curso primário”. (QUARESMA, 2016, p.01).

De certa maneira, a Escola São Francisco em Monte Alegre, que encerrou as atividades em 1914, acabou tendo prosseguimento em 1920 com a inauguração da Escola Imaculada Conceição.

3.6 ESCOLA IMACULADA CONCEIÇÃO EM MONTE ALEGRE

A figura 17 apresenta a fachada da Escola Imaculada Conceição. O prédio da foto é o local onde funciona a parte administrativa do educandário e também algumas salas de aulas. O restante das salas é de único piso e se espalha ao longo do terreno, com divisão em educação infantil e ensino fundamental. A escola recebeu várias transformações durante sua existência. É composição de vários arquitetos. A parte da fachada, por exemplo, construída na década de 1960, não apresenta características relevantes do ponto de vista arquitetônico. Se não estivesse

escrito o nome da escola na parte superior, poderia ser confundida com uma residência comum da cidade. A entrada também não se destaca do nível da rua. Diferentemente das escolas construídas no início do século, em que acentuavam a imponência das formas arquitetônicas, as escolas construídas a partir da década de 1940 a 1960 caracterizam-se mais pela simplicidade e funcionalidade.

Figura 17 – Fotografia da Escola Imaculada Conceição em Monte Alegre



Fonte: Deyvson Braga, website br.localize123, 2019

Com a saída das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras em 1914 e o fechamento da Escola São Francisco, a cidade de Monte Alegre ficou sem referência educacional, ocasionando a preocupação dos padres que trabalhavam no município. Em 15 de abril de 1920, Dom Amando e as irmãs da Congregação Imaculada Conceição, atendendo ao apelo dos padres missionários, encaminham, para iniciar o processo educacional de crianças, quatro religiosas para começar as atividades educacionais na escola denominada Imaculada Conceição. Logo em seguida, foi mandada a irmã Escolástica Hilmer para acompanhar as quatro irmãs e também exercer a função do magistério.

Quatro Religiosas tiveram papel importante na fundação da Escola Imaculada Conceição: Irmã Madalena, Irmã Ana, Micaela e Irmã Maria de Lourdes. A Escola foi inaugurada sob as bênçãos e a proteção da Virgem Imaculada, funcionando com 60 alunos matriculados no Curso Primário, tendo como primeira diretora: Irmã Madalena. Desta primeira turma, apenas 40 alunos concluíram o curso no ano de 1925, através de uma solenidade especial. (SANTANA FILHO, 2010, p.08)

Em princípio, a escola funcionava em local modesto, com atendimento educacional para as crianças. Com o passar dos anos, ampliam-se as instalações e ofertam-se, além das disciplinas regulares, outros cursos práticos. Em 1941, paralelamente ao curso primário, por iniciativa de Irmã Luciana, começou a serem ministrados outros cursos como o de Datilografia, Pintura, Música e o Curso Doméstico. (SANTANA FILHO, 2010, p.08).

A partir da década de 1960, a escola dedica-se à formação do magistério, com o objetivo de suprir a demanda de professores para o município Monte Alegre.

A partir de 18 de fevereiro de 1963, sob a iniciativa de Irmã Epifânia Aureliano da Silva, primeira Superiora Provincial, deu-se início ao curso Regional, com 39 alunos matriculados. Esse curso tinha como objetivo suprir a carência de professores na região, propiciando ao povo da terra, serem eles mesmos, os promotores da Educação. O curso funcionou com bastante êxito até o ano de 1978, quando foi substituído pelo curso de 1º grau de 1ª a 8ª series. (SANTANA FILHO, 2010, p.08)

Segundo Santana Filho (2010), a partir da promulgação da LDB de 1996, a escola encerra a oferta do magistério e passa a oferecer educação infantil e o ensino fundamental do 1º ao 9º ano. Desde 1996, a escola é conveniada com a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC e continua fazendo parte da rede de escolas da Congregação Imaculada Conceição.

3.7 ESCOLA SÃO JOSÉ NA ZONA RURAL DO PLANALTO SANTARENO

Figura 18 apresenta a Escola São José, no planalto santareno, em seu segundo estágio, sendo que o primeiro foi em madeira. A arquitetura do prédio é conjugada, funcionando como escola e ao mesmo tempo residência. Nota-se que, de maneira geral, há simplicidade das formas, contudo, a escola ainda preserva algumas características da arquitetura colonial, como amplas portas e janelas e também postigos superiores que ajudavam na iluminação interna. As laterais das janelas e das portas estão em relevo, assim também como os cantos e as linhas verticais da parede. O padrão se estende tanto na residência como nas salas subsequentes. O arquiteto tem a nítida intenção de harmonizar e impressionar com os detalhes dos enfeites, o que deve ter consumido várias horas de trabalho. Percebe-se também, pela altura das crianças que brincam próximo à escola, que o pé direito do prédio ficou na faixa dos 6 metros, o que era uma altura razoável para os padrões de temperatura ambiente da região Amazônica.

Figura 18 – Fotografia da Escola São José no Planalto Santareno início do século XX



Fonte: Sidney Canto, blogspot, 2019

Segundo o historiador Padre Sidney Canto²⁸, desde que iniciou as atividades do convento Imaculada Conceição em Santarém, em 1910, as irmãs constantemente enfrentavam dificuldades financeiras. A entrada de recursos não tinha regularidade. Basicamente o dinheiro que financiava as obras sociais originava-se da boa vontade de doadores estrangeiros e dos expedientes vindos da região, que sempre oscilavam em virtude da instabilidade financeira do mercado da época. A queda do preço da borracha, por exemplo, impactou significativamente o desenvolvimento dos trabalhos. E para agravar a situação financeira do convento, com passar dos anos, aumentou a quantidade de órfãs atendidas pela instituição, cujas mortes dos progenitores eram consequência dos constantes surtos epidêmicos aos quais era submetida a região. Diante dessa situação, Madre Imaculada e Dom Amando planejaram requisitar, junto ao governo do Estado, terras devolutas na zona rural do município de Santarém com a finalidade de produzir alimentos hortifrutigranjeiros. Segundo seus cálculos, o que fosse produzido pela lavoura daria para suprir em boa parte as necessidades do convento, orfanato e escola. Segundo Sangenis (2004), a atividade agrícola nas congregações religiosas era uma prática comum no Brasil desde o tempo em o país era colônia de Portugal. Tanto Jesuítas quanto os Franciscanos possuíam extensas áreas cultiváveis de cana-de-açúcar, café e criação de gado.

O conclave elaborou um postulado em que se reafirmava a necessidade vital de os colégios da Companhia possuírem fazendas para a criação de gado como forma de garantir o financiamento das atividades missionárias. A Congregação aprovou, ainda, a permissão aos superiores das casas e colégios para terem tantas vacas e escravos quanto fossem necessários, se não houvesse outro meio de se sustentarem sem isso. (SANGENIS, 2004, p. 173).

²⁸ [website] Disponível em: <http://sidcanto.blogspot.com/2015/12/internas-da-colonia-sao-jose-na-decada.html>
Acesso em: 19 de jan.19

Além da finalidade agrícola, foi acrescentada na proposta de doação encaminhada ao Estado a construção de um orfanato, cujo objetivo era o de desafogar a quantidade de meninas órfãs no convento e também uma escola para servir aos filhos dos colonos nordestinos que chegavam atraídos pelo emprego na extração da borracha, e às próprias órfãs. Para tal incumbência, foi designado o Vigário Geral da Prelazia na época Frei Inácio Buntgen e ao Padre comissário Frei Plácido Tolle.

Resolveu pois o Padre Comissário, Frei Plácido Tölle, a quem o Prelado confiara desde 16 de julho de 1915 toda a direção das irmãs, de acordo com o Vigário Geral, Frei Inácio Buntgen, pedir ao Governo Estadual concessão de um pedaço de terra devoluta, ao sul de Santarém, medindo três quilômetros de frente e três de fundo. Tem esta colônia terra própria para a lavoura, mas tem dois inconvenientes, o de não ter água corrente nem açude, e o de distar de Santarém 23 quilômetros". O Governo despachou favoravelmente, ofertando o terreno com três quilômetros quadrados (3X3 Km), mas com uma condição: as Irmãs serão as detentoras perpétuas do terreno, não podendo vendê-lo ou cedê-lo a terceiros. Caso as Irmãs desistam da posse o terreno voltará ao Estado do Pará. (CANTO, 2015, p. 01).

A benfeitoria cedida pelo Estado equivalia a 90.000 hectares de terras produtivas. Dom Amando e Madre Imaculada logo iniciam as atividades no local e o batizaram pelo nome de Colônia São José. Em setembro de 1919, começou o funcionamento de uma casa convento e um orfanato, ambos de madeira. Também de madeira era a construção da escola, que inicia suas atividades em outubro do mesmo ano e recebe o mesmo nome da colônia. Na década seguinte, com recursos advindos dos Estados Unidos da América, são construídos em alvenaria a escola, o orfanato e a casa das freiras (figura 18).

Em setembro de 1919 vieram para o local onde hoje é o São José, duas irmãs e seis crianças órfãs, que, de início moravam numa casa de madeira, coberta de palha, cercada por 25 bananeiras. Mas não demorou muito para que fosse construído o prédio do convento, que serviria de residência para as Irmãs, já na década seguinte, com a ajuda financeira vinda dos Estados Unidos, foi construído um novo prédio, em alvenaria, onde funcionaria a Escola, o Orfanato e a residência das Irmãs. (CANTO, 2015, p. 01).

A escola atendia a todas as comunidades ao seu entorno, inclusive com o regime de internato. As diretrizes curriculares seguiam o mesmo padrão das demais escolas administradas pelas Irmãs da Congregação de Imaculada Conceição. Até a década de 1950, burocraticamente, a escola era anexa à Escola Santa Clara e só atendia meninas.

A figura 19 representa um momento especial na Escola São José. As fitas de pano com medalhas ornamentando os ombros das meninas indicam que a atividade da fotografia está relacionada ao movimento mariano do Apostolado da Oração. Era comum ocorrer no ambiente

estudantil as práticas católicas de orações assim também como a efetivação dos sacramentos de iniciação cristã. Percebe-se que as jovens estão com cabelos alinhados e bem nutridas. Em algumas situações, a reprodução desses registros fotográficos eram encaminhados, juntamente com carta de agradecimento, aos benfeitores das obras sociais, o que estimulava a doação de mais recursos.

Figura 19 – Fotografia das alunas internas, órfãs e freiras da Escola São José do Planalto Santareno



Fonte: Sidney Canto, blogspot, 2019

Segundo Canto (2015), a partir da década de 1950, a escola adquire personalidade jurídica e em virtude do aumento da demanda por matrículas, na década de 1960, é construído um novo prédio para abrigar os novos alunos. Na década de 1970, inicia oferta do ensino normal, em que se investe na formação de professores para o atendimento das comunidades rurais.

Diferentemente do prédio do segundo estágio, o novo prédio (figura 20) apresenta características bem diferente do prédio anterior. Saem as janelas elaboradas ao estilo colonial e entram as estruturas em concreto armado chamadas de “cobogós”. Tais estruturas viraram um padrão para muitas escolas da região por um longo período, naturalmente por ser mais barato, de simples instalação e que propicia entrada dos ventos, além de ser durável. O inconveniente dessa estrutura é seu chamariz para bichos, como o morcego. Também o modelo contribui para a propagação dos ruídos entre as salas de aula. Nota-se que simplicidade do projeto arquitetônico quer enfatizar a racionalização dos recursos financeiros e o formato em “L” aproveita melhor o espaço do terreno.

Figura 20 – Fotografia da Escola São José – Planalto Santareno – recém construída



Fonte: Sidney Canto, blogspot, 2019

A Escola São José permanece na administração da Congregação da Imaculada Conceição da Mãe de Deus e mantém convênio com o governo do Estado para a manutenção das suas atividades. A partir da década de 1960, a escola passou a ofertar a educação mista.

No mês de setembro deste ano de 2019, comemorou-se o centenário da escola. A data foi festejada com uma série de eventos culturais envolvendo o educandário e a comunidade.

4 AS RAZÕES DA EXISTÊNCIA DAS ESCOLAS CONFESSIONAIS NO BAIXO AMAZONAS

Do ponto de vista político, o trabalho missionário da Igreja Católica é caracterizado pela ambiguidade, tanto pode ser compreendido para o desenvolvimento da dignidade humana como também para seu empobrecimento cultural, como por exemplo, a desvalorização do índio através da catequese.

Homens e mulheres saem de sua terra natal para se aventurarem pelo mundo com intuito de propagar os princípios filosóficos e institucionais de uma comunidade religiosa. Além da propagação de crenças metafísicas, os missionários, de acordo com o carisma de cada instituição, deparam-se com as mais variadas condições humanas e de acordo com a situação econômica e política de cada país desenvolvem atividades que objetivam promover os regimes governamentais ou essencialmente dar dignidade às pessoas. Para isso, trabalham nas mais variadas áreas, como assistência aos doentes, às crianças desamparadas, administração de hospitais, de escolas, amparo às minorias, aos sem-terra e assim por diante. Em alguns casos, entram em choque com o poder vigente, como aconteceu com os Jesuítas e Franciscanos no século XVIII, e acabam sendo expulsos. Em outras situações, arriscam a sua integridade física com objetivo de dar proteção aos que estão à margem das condições de dignidade, como o que aconteceu com os missionários Josimo Tavares e Dorothy Stang, que foram assassinados por defenderem os pequenos trabalhadores rurais do Estado do Pará e Maranhão nas décadas de 1980 e 2000.

Exemplos, como os dos missionários assassinados e daqueles que ariscam sua vida em prol dos desamparados, são bastante relevantes no contexto histórico da Igreja Católica. Contudo, o que se testemunhou nos últimos séculos no Brasil foi a constante subserviência das ordens religiosas ao poder vigente. Suas atividades foram importantes para dar sustento à consolidação política econômica e social dos agentes do poder, como no período Imperial, com a catequese indígena voltada a suprir a mão de obra escrava, e no período da República Velha com a oferta educacional à classe economicamente abastarda.

Os itens a seguir irão refletir sobre o trabalho missionário, suas relações políticas, suas contradições e também o legado que essa atuação deixou para a educação no Baixo Amazonas.

4.1 PRIMEIRA EXPERIÊNCIA FRANCISCANA NA AMAZÔNIA: 1617 – 1759

Ressalta-se que antes da chegada de Dom Amando e seus confrades e da criação da Custódia de São Benedito da Amazônia, a Ordem Franciscana já havia deixado o legado de sua ação missionária em boa parte da Amazônia no período em que o Brasil era colônia pela Coroa Portuguesa. Em 1617, chegaram os primeiros franciscanos da Província de Santo Antônio da Bahia a mando do rei da Espanha e Portugal Dom Filipe II (Dinastia Filipina)²⁹ com a missão de arregimentar os índios com intenção de utilizar sua mão de obra para coleta dos produtos da floresta e também no cultivo da terra.

[...] os franciscanos de Santo Antônio foram os primeiros chegados a Amazônia. Em 1617 havia 4 missionários dessa ordem estabelecidos em Belém. Eram frei Antônio de Merciana, Frei Cristóvão de São José, Frei Sebastião do Rosário e Frei Felipe de Boaventura. Em meados de 1618 foram encarregados, por ordem régia, do trabalho com os índios. (MOREIRA NETO, 1992, p.91).

A função dos religiosos era tornar os índios adaptados para serem utilizados nas mais diversas tarefas da colônia. O obstáculo maior para o indígena era a rotina regular de trabalhos, algo distante de sua realidade cotidiana. Para o indígena, era suficiente matar uma boa caça, pescar ou cultivar sua mandioca e o restante do tempo poderia ser utilizado para o ócio. Não havia sentido prático para eles produzirem mais do que o suficiente para a sua sobrevivência. A natureza era generosa, tudo o que era necessário, inclusive o remédio para sua cura, estava a sua inteira disposição e com fartura nos rios e nas matas. O modo como o europeu chega à região com a ideia de acumular riquezas é incompatível com o modo de vida dos habitantes da região, o que gera grandes conflitos e o conseqüente massacre dos índios.

O índio vivia esmagado na base dessa construção erigida pelos brancos. Ora, os missionários lembraram que o problema do índio é o problema da sociedade toda, é o problema da base sobre a qual se constrói a prosperidade. Roubando a liberdade do índio sistema na realidade está definindo as pessoas de outras terras, de outras culturas, como sendo propriedade sua, direito seu. (HOORNAERT, 1992, p.133).

²⁹ Com a morte de dom Sebastião aos 14 anos em 1580 na batalha de Alcácer Quibir, Portugal ficou órfão de Rei, pois Sebastião não deixou descendentes. Assim, o Rei de Espanha D. Filipe II acabou por ser reconhecido em Portugal como rei, visto que era o parente legítimo mais próximo da realeza. Deste modo, em 1581 ele passou a ser conhecido por cá como D. Filipe I de Portugal. O país só restabelecerá a independência em 1640. Chama-se dinastia Filipina porque os três reis do período se chamavam Felipe. Disponível em: <http://www.historiadeportugal.info/dinastia-filipina/> Acesso em: 28 de dez. 2018.

Para o colono português, a lógica perversa da sujeição indígena adotava à seguinte estrutura: raptar o indígena na floresta, entregá-lo nas mãos dos missionários para em seguida usar sua força de trabalho. Nesse sentido, a educação catequética, utilizada pelos missionários, era unicamente justificada para escravização do indígena. No entanto, essa prática perniciosa ao longo do tempo se tornou ineficaz do ponto de vista econômico e humanitário. Os índios não resistiam a duras horas de trabalhos e sua condição física não suportava o excesso de doenças trazidas pelos europeus e acabavam sucumbindo precocemente.

Acontece que a entrada de mercantilistas no grande rio era tão violenta e desordenada que ela resultou, na prática, numa intensa matança brutal e sem registro histórico escrito. O sangue correu em abundância e nunca saberemos ao certo o que aconteceu nas matas, nos furos, nos igarapés, nos canais do imenso rio que conserva o segredo de tantas abominações. (HOORNAERT, 1992, p.53).

Apesar de a coroa portuguesa baixar em 21 de dezembro de 1686 o Regimento das Missões, que dava direitos aos missionários de doutrinar e aculturar os índios, como tentativa de proteção aos abusos impostos pelos colonos, isso pouco adiantou para o indígena.

Para “reduzir” os índios a Deus e ao rei, o primeiro passo a ser dado era o estabelecimento de relações de amizade com os índios. Isso, ao menos no projeto teórico do rei, pois, em termos de realidade, a ganância insaciável dos colonos, em busca de mão de obra escrava, fazia com que tal intenção do rei ficasse quase sempre em letra morta. Para obstar que a ganância dos colonos fosse um empecilho à consecução dessas relações amistosas com os índios, eram instrumentalizados os missionários religiosos, a fim de que neutralizassem a ação nefasta dos colonos. (...) Um segundo passo na tarefa de redução dos índios era trazê-los para os aldeamentos dos missionários religiosos, ou, por vezes, conduzi-los para o serviço régio ou dos colonos. Era todo um processo de “desenraizamento” dos índios, e que muitas vezes provoca o fenômeno “estranheza da terra”, mencionados por missionários e por documentos régios, chegando por isso a morrer muitos índios. (FRAGOSO, 1992, p.151).

Segundo Fragoso (1992), houve, em todo esse período, um conflito constante entre colonos e missionários sobre o que seria em termos reais “a utilização da colonização”. Em um determinado momento, os missionários se recusaram a entregar os indígenas para os trabalhos forçados na colônia, o que ocasionou forte oposição aos trabalhos dos religiosos naquelas localidades. Essa situação vinha se agravando com inúmeras denúncias à Coroa de exageros cometidos pelos missionários nos mais diversos aldeamentos, tanto por parte dos Franciscanos como por parte dos Jesuítas.

Diante dos empecilhos colocados pelos missionários às pretensões dos colonos, estes procuravam acusar os religiosos perante as autoridades locais ou mesmo perante o rei. Assim, por exemplo, o procurador da câmara do Pará e do Maranhão, Paulo da Silva

Nunes, em 1728 propusera ao rei que se retirasse das mãos dos religiosos a administração dos índios, pois os aldeamentos se tinham tornados verdadeiras feitorias de negócios, e os missionários comerciavam com quantias fabulosas. Na sua pretensão de monopolizar o serviços dos índios, os religiosos negavam-nos aos colonos. (FRAGOSO, 1992, p.162).

Para resolver essa pendência, entra em cena um dos mais influentes políticos da época: Sebastião José de Carvalho e Melo³⁰, o Marquês de Pombal, que se tornaria por 27 anos (1750-1777) o primeiro ministro de Portugal. Outro importante personagem que pôs fim à atuação missionária na região foi Francisco Xavier de Mendonça Furtado³¹, o irmão do Marquês. Francisco tem curta passagem pela região, mas sua presença é marcada pela imposição e pela política de austeridade da coroa portuguesa. Uma de suas ações foi restringir os trabalhos dos missionários na região e proibi-los de instruir os índios, pondo fim ao Regimento das Missões.

Como se vê, Mendonça Furtado ia, aos poucos, reunindo os elementos que comporiam a política indigenista característica do regime pombalino. Esta se baseava no poder colonial direto da coroa portuguesa sobre os territórios da Amazônia, com a exclusão da intermediação das missões entre aquele poder e a população nativa. (MOREIRA NETO, 1992, p. 220).

Outra questão relevante foi a substituição dos nomes das localidades por nomes característicos de Portugal, como: Aldeia Gurupatuba por Monte Alegre; Aldeia Tapajó por Santarém; Aldeia Pauxí por Óbidos; Aldeia dos Jamundá por Faro; Aldeia Surubiú por Alenquer. E também houve a eliminação da língua geral Nheengatu, que era derivada do tronco linguístico Tupi muito utilizado nas missões, e, por fim, a expulsão definitiva dos missionários da região, tanto Franciscanos como os Jesuítas no ano de 1759.

A saída definitiva dos missionários foi desastrosa para os indígenas. Sem a proteção dos religiosos, os poucos índios que restaram acabaram sendo dizimados, restando apenas

³⁰ “O primeiro ministro que governou Portugal despoticamente durante quase 27 anos, nasceu em 13 de maio de 1699, Sebastião José de Carvalho e Melo, natural de Lisboa, provinha de uma família modesta de pequenos fidalgos que serviram Portugal como soldados, sacerdotes e funcionários públicos. Políticos com a preparação semelhante a Pombal eram comuns, os monarcas absolutistas escolhiam políticos para fortalecer o próprio poder e intensificar o do Estado. As honras recebidas por Pombal, já lhe foram conferidas no final da vida, o título de Conde de Oeiras em 1759 e o de Marquês em 1769, aos 71 anos de idade, títulos estes concedidos como recompensa por serviços prestados a Portugal. Defensor e praticante do absolutismo, Pombal é tido por muitos como um déspota ilustrado, todavia, alguns historiadores afirmam que o mesmo não teria formação segura e coerente. Durante sua ação política, o mesmo revelou um profundo senso mercantilista e algumas de suas atitudes demonstram forte influência da filosofia iluminista, dadas as diretrizes das reformas implantadas. A fonte inspiradora dessas reformas foi os “estrangeirados”, como eram conhecidos os portugueses mais progressistas que adquiriam conhecimento filosófico na França e Inglaterra.” (SILVA, 2011, p.20)

³¹ “Administrador colonial português, governador e capitão-general da Coroa Portuguesa, era irmão do Marques de Pombal. Foi encaminhado pela coroa para tratar assuntos relacionados a demarcações de terras entre Espanha e Portugal expressas no Tratado de Madrid.” (MOREIRA NETO, 1992, p.217)

aqueles que conseguiram fugir para os lugares pouco acessíveis da floresta ou os que miscigenaram.

O período que se estende entre os últimos anos do século XVIII e a independência do Brasil foi marcada, na Amazônia, por um processo geral de decadência e opressão, que afetava com peso a grande massa de índios e tapuios. Além dos mecanismos oficiais de destruição das comunidades indígenas e de seu recrutamento compulsório como força de trabalho servil, a política repressiva do período apelou não raro para práticas deliberadamente genocidas, como a contaminação intencional dos índios por moléstias contagiosas. (MOREIRA NETO, 1992, p. 243).

Para o colono português, não restou alternativa que não fosse comprar o escravo africano para suprir a demanda de força de trabalho na região.

[...] no período de 1757 a 1779, chegou à Capitania, 25.365 negros. Mas a introdução efetiva do africano no Pará, deveu-se ao governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado para dar suporte à produção agrícola, uma vez que o braço do ameríndio não era suficiente para desenvolver a agricultura: “*Chegam negros procedentes do grupo Banto: Angola, Congo, Benguela, Cabinda, Moçambique, Moxicongo, Macua e Caçanje. Do grupo Sudanês: Mina, Mali ou Mai ou ainda Mandinga, Fula, Fulupe ou Fulupo, Bijojó ou Bixapô. Em 1753, aportam em Belém, os navios Nossa Senhora do Monte Carmo e São José com peças negras vindas de Bissau, destinadas a engenhos e lavouras. A Cia. Geral do Comércio do Gram Pará e Maranhão, criada em 1755 introduziu no Pará 14.749 escravos oriundos da África. Deste contingente muitos eram recambiados para o Mato Grosso. Em 1760, chega a Belém procedente dos portos da Guiné 140 negros de Cacheu.*” (TAVARES, 2011, p. 111).

A constante humilhação e exploração de índios, negros e mestiços, por parte do colono português, acabou se tornando o combustível para a maior revolta popular ocorrida na região amazônica. Com a influência de intelectuais e do clero secular³² da época, a Cabanagem mudou a perspectiva política e social no início do século XIX e contabilizou um massacre de mais 40 mil colonos e caboclos de uma população aproximada de 120 mil habitantes, ou seja, 1/3 da população Amazônica foi dizimada.

A Cabanagem foi o momento histórico da tentativa de emergência dessa massa de tapuios e outros mestiços, social e etnicamente degradados, e que procuravam escapar aos duros moldes da sociedade colonial por uma rebelião armada que, a despeito de seus aspectos políticos mais aparentes e explícitos, tinha um conteúdo de mudança social extremamente revolucionária para as condições locais. É provável que, neste sentido, não possa ser comparado a nenhuma outra reforma ou sedição, das inúmeras

³² Clero secular (do latim: “*sæculum*”, que significa *mundo*), também referido mais comumente na atualidade como Clero diocesano, historicamente por vezes referido como clero ou presbíteros do *hábito de São Pedro*, é a designação dada à parcela do clero da Igreja Católica Romana que desempenha atividades voltadas para o público em geral e que vive junto dos leigos. O clero secular tem como base a Arquidiocese, Diocese ou Prelazia e deve obediência a um bispo, já o clero regular (religiosos) segue a doutrina de uma congregação religiosa, como por exemplo, os franciscanos.

que ocorreram no Brasil entre o reinado de D. João VI e a metade do século XIX. (MOREIRA NETO, 1992, p. 272).

Com o clero reduzido após a saída das congregações religiosas em 1759, a atuação da Igreja Católica ficou restrita aos maiores povoados. Ressalta-se, também, que ficaram alguns franciscanos, mas com atuação restrita aos grandes centros urbanos do país e com funções exclusivas para ministrar os sacramentos (batizar, casar, celebrar missa). A atuação missionária junto aos índios e mestiços foi completamente suspensa. Foram mais de 140 anos sem a presença das congregações religiosas na região e nesse período ocorreu no Brasil eventos históricos importantes como a independência de Portugal em 1822, a Cabanagem no Pará em 1835 e a Proclamação da República em 1889. Paralelo a isso houve o fortalecimento das irmandades que acabaram como centros de convívio social e divulgação cultural. Mesmo sem presenças dos padres, a população prosseguiu a religiosidade através do culto ao santo (Catolicismo Popular) nos quais havia a mistura de cultura indígena, africana e europeia e a educação era exercida nesses ambientes de maneira rudimentar, a maioria das vezes na própria casa. (COUTO; VALENTE, 1992).

4.2 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO PARA O RETORNO DOS MISSIONÁRIOS FRANCISCANOS EM 1907

O retorno dos missionários franciscanos para o Baixo Amazonas, após longos 140 anos, está envolto em alguns acontecimentos históricos distintos, mas que acabam se entrelaçando à medida que se desenrolam os eventos do final do século XIX e início do século XX.

Para entender a dinâmica da chegada dos franciscanos ao Baixo Amazonas, enumeram-se cinco ocorrências que culminaram com a permissão aos frades de desenvolverem suas atividades religiosas, com a condição específica de oferecer educação e saúde a elite da época. Nota-se, historicamente, que os controladores do poder tem um interesse massivo pelos serviços das congregações religiosas, quando estas agem em consonância com as suas estratégias mercantis e políticas: o primeiro momento dessa relação ocorreu entre (1617 – 1759) com a catequese indígena, que tinha a função de instruir o nativo para servir de mão de obra à Coroa Portuguesa e no segundo momento (1907-1934) foi a utilização do magistério para controlar a burguesia e consolidar o regime republicano. Elencam-se alguns fatos a seguir, como a Proclamação da República, o fim do regime do padroado, reformas educacionais, a Guerra de Canudos. Com a intenção de ilustrar como esses acontecimentos históricos demonstraram o quanto a Igreja Católica, representada pelas congregações religiosas no Baixo

Amazonas, foi utilizada como uma ferramenta para a consolidação dos interesses políticos da época.

4.3 A QUEDA DA MONARQUIA E ASCENSÃO DA REPÚBLICA

A charge jornalística de Ângelo Agostini (figura 21) sintetiza o fim da monarquia, com Dom Pedro II sendo jogado do trono pelo militar Deodoro da Fonseca e tendo como plateia os palhaços que antes divertiam o monarca. Agora o rei era a diversão dos “bobos da corte”.

Figura 21 - Charge jornalística de Ângelo Agostini 1889



Fonte: História do Brasil Net, website, 2019

Em 1889 aconteceu o golpe de Estado que derrubou a monarquia brasileira para dar início ao governo republicano. Essa mudança ocorreu sob forte influência da conjuntura mundial em que os princípios da Revolução Francesa forçaram as novas nações a buscarem soluções políticas menos centralizadoras e mais republicanas e democráticas. O monarca brasileiro viu seu governo enfraquecer quando não soube administrar a crise com a Igreja Católica³³; quando entrou em choque com os interesses financeiros dos cafeicultores ao abolir a escravidão³⁴; e houve também a incitação do sentimento nacionalista dos militares no

³³ A Questão Religiosa foi um conflito ocorrido entre a Igreja Católica e a Maçonaria em 1870, que acabou comprometendo o governo de D. Pedro II e antecipando o fim da monarquia brasileira. As divergências ideológicas entre ultramontanos e liberais levou à prisão dos bispos católicos dom Antônio de Macedo Costa e dom Vital Maria Gonçalves. (HOLANDA, 2012).

³⁴ “Abolição da Escravidão no Brasil nos parece particularmente importante. Primeiro, porque comprova que a Abolição não foi uma dádiva, mas uma conquista. O resultado de um longo processo de marchas e contra-marchas, tergiversações, em que os negros e seus aliados tiveram que passar por aprendizados - o aprendizado da luta política, ao lado da participação em guerras de independência e de construção de nações - onde o preço da liberdade (sua e dos seus descendentes) resultou, muitas vezes, no preço da vida”. (MENEZES, 2009, p.02)

desfecho da guerra do Paraguai³⁵, sem contar o alto custo financeiro dessa guerra. Para completar a falta de apoio político e populacional da monarquia, a principal herdeira do trono brasileiro, a Princesa Izabel, era casada com um aristocrata francês chamado Gastão de Orléans, o Conde D'Eu. Segundo Barman (2005), Conde D'Eu não tinha boa reputação com as principais lideranças da época, que o achavam incapaz de governar o país. Seu forte sotaque Francês era tido como falta de interesse em se adaptar a nação de sua esposa e também como uma forma ingênua de demonstrar a superioridade europeia. Era tratado pejorativamente como “O Francês” e sofria intensos ataques da imprensa. (VAS, 2011).

Diante da forte oposição política e baixa popularidade, o reinado de Dom Pedro II não resistiu. Em 1889, uma junta de militares com ideais republicanos e filosofia positivista³⁶, liderados por Floriano Peixoto, Deodoro da Fonseca, Quintino Bocaiúva e Rui Barbosa depuseram o governo monarquista de Dom Pedro II e imediatamente o deportam para o exílio. Um detalhe importante foi a não resistência do imperador. Foi uma mudança sem derramamento de sangue, ao contrário do que acontecia em outros países das Américas e Europa que passavam pelo mesmo processo. Em 15 de novembro, o republicano José do Patrocínio oficializa a proclamação da República. Essa mudança de regime político irá impactar diretamente na condução dos trabalhos da Igreja Católica no Brasil.

4.4. O JOGO DE INTERESSES ENTRE IGREJA CATÓLICA E O NOVO GOVERNO REPUBLICANO

Havia um conflito ideológico entre os apoiadores do novo regime e o clero católico. Uma boa parte dos republicanos não apoiava a permanência da Igreja Católica sob a tutela do governo como ocorria na monarquia. Durante os últimos séculos, a Igreja Católica dependeu economicamente do governo para sobreviver, era o regime do padroado. Nesse cenário havia

³⁵ Segundo Ramos (2008), a Guerra do Paraguai foi um conflito militar que ocorreu na América do Sul, entre os anos de 1864 e 1870. Nesta guerra o Paraguai lutou contra a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai.

³⁶ Sistema criado por Auguste Comte 1798-1857. “O positivismo é, portanto, uma filosofia determinista que professa, de um lado, o experimentalismo sistemático e, de outro, considera anticientífico todo estudo das causas finais. Assim, admite que o espírito humano é capaz de atingir verdades positivas ou da ordem experimental, mas não resolve as questões metafísicas, não verificadas pela observação e pela experiência. Como sistema filosófico, busca estabelecer a máxima unidade na explicação de todos os fenômenos universais, estudados sem preocupação alguma das noções metafísicas, consideradas inacessíveis, e pelo emprego exclusivo do método empírico, ou da verificação experimental”. (RIBEIRO JÚNIOR, 2017, p.09)

sentimentos e ideais contraditórios, como por exemplo, os jansenistas³⁷, maçons³⁸ e ateus eram em favor que o Estado separasse definitivamente da Igreja Católica e se tornasse laico, mas com a opção de liberdade para os demais cultos e manifestações religiosas. (AQUINO, 2012, p.32)

Por parte da Igreja Católica, uma parcela de seu clero era a favor da separação da Igreja da tutela do Estado. Esse desejo de separação ficou muito mais latente depois da prisão dos bispos Dom Antonio de Macedo Costa (Pará) e Dom Vital Maria Gonçalves (Pernambuco) ocorrido em 1874, cujo motivo da perseguição e humilhação foi o fato de esses religiosos defenderem ideias ultramontanas³⁹, em que afirmaram que a Igreja Católica deveria, por missão, viver conforme os preceitos de Roma, através do regulamento instituído por seu papa infalível⁴⁰, e não somente aceitar regulações impostas por governos de onde estivesse estabelecida. Outra parte menos radical do clero era em favor de continuar com a ligação ao Estado, pois havia o forte receio de que o novo regime tomasse atitudes radicais, como o arresto dos bens e a expulsão dos padres como ocorrera no passado com Franciscanos e Jesuítas.

O temor da Igreja Católica só aumentou quando três meses após a Proclamação da República, mais precisamente em 7 de janeiro 1890, foi promulgado o Decreto Republicano 119-A, onde no artigo 4º sentenciava o fim do regime do padroado, no artigo 3º promove a

³⁷ “O jansenismo se caracteriza pela adoção de um agostinismo “radical”. Este agostinismo se manifesta com vigor nas querelas em torno do problema da graça divina e de sua concordância com o livre arbítrio que, grosso modo, opuseram agostinistas e tomistas a jesuítas. Para um agostinista (jansenista) o homem é salvo pela graça de Deus. É ela que o dispõe e o move a fazer o bem. Mas há lugar para o livre arbítrio nesta teologia? Sim, pois, tocado pela graça, o homem torna-se livre para fazer obras boas e meritórias. Entretanto, sem a graça ele é escravo do pecado. Isto é, ele não é capaz de agir bem, de fazer qualquer obra meritória [...] O jansenismo também é fortemente marcado por uma forma rigorista de conceber a moral cristã. Eis aqui um terreno onde a multiplicidade de opiniões cede lugar a certa unidade. Trata-se de uma religião exigente. Não basta ao penitente arrepender-se dos seus pecados devido ao temor que sente das penas infernais, é preciso arrepender-se por causa da dor que sente por saber que com seu pecado ofendeu a Deus, aquele a quem ama de todo o coração”. (SOUZA, 2015, p. 02)

³⁸ “Maçonaria é uma sociedade discreta. A Maçonaria moderna disfarçou-se na “aparência de uma corporação”, com o intuito de encobrir atividades e ideias que na época não poderiam ser assumidas abertamente. Ou que a origem da Maçonaria atual remontasse às associações de socorros mútuos, mais ou menos laicas, derivadas do convívio interprofissional conseguido em tabernas, botequins e outros locais onde pudessem desenvolver-se novas formas de socialização”. (COSTA, 2009, p. 24)

³⁹ “Do latim *ultramontanus*. O termo designa, no catolicismo, especialmente francês, os fiéis que atribuem ao papa um importante papel na direção da fé e do comportamento do homem. Dentro dos preceitos do modelo ultramontano, estava incluído em seu projeto pastoral administrativo um projeto educacional, ou seja, uma estratégia usada pela Igreja, que, além dos seminários de formação do clero, abarcava principalmente a educação feminina. E como esta, historicamente, sempre foi precária no país era uma maneira de inovar a educação oferecida às mulheres, pois as alunas seriam, posteriormente, educadoras dos filhos e da sociedade, conforme os princípios do catolicismo. Desta forma, as jovens seriam preparadas para serem futuras “agentes sociais”, sendo esta uma das estratégias da Igreja.” (CAMARGO, 2018, p. 03)

⁴⁰ Segundo Martins (2008) as ideias do Concílio Vaticano I, o qual declarava o dogma da infalibilidade papal e declarava o non placet. Os bispos ao implementarem tais ideias se viram numa crise com o Estado Monárquico. O Estado Monárquico não acatou a declaração do non placet, e os bispos em contrapartida logo argumentaram embasados no dogma da infalibilidade papal para justificar suas atitudes ao desconsiderar o posicionamento do Estado. Diziam que a decisão Papal tinha valor integral, independentemente de qualquer valor civil.

laicidade nos órgãos públicos e no 5º abria o país para novas manifestações religiosas. Esse decreto ratificou o desejo de liberdade de ação do clero e ao mesmo tempo causou preocupação em virtude de a maioria dos republicanos pertencerem à maçonaria. Os maçons, desde o papa Pio IX (pontificado – 1846 - 1878), eram tidos como opositores dos ideais da Igreja. Nesse cenário de lutas por interesses ideológicos, políticos e religiosos, o maior objetivo seria garantir que a nova Constituição Brasileira de 1891 abarcasse os interesses tanto da Igreja Católica quanto do governo.

Além de contar com a atuação de dezoito deputados constituintes católicos em 1890, a Igreja Católica valeu-se da plena mobilização de seus bispos representados por Dom Antonio de Macedo Costa, recém eleito Primaz do Brasil; pelo representante da Igreja de Roma, o internúncio apostólico Monsenhor Francesco Spolverini; e, também, pelo secretário do papa, Mariano Rampolla del Tindaro. A diplomacia republicana era representada pelos ministros Quintino Bocaiúva, Benjamim Constant e o Barão do Rio Branco. (AQUINO, 2012, p.50)

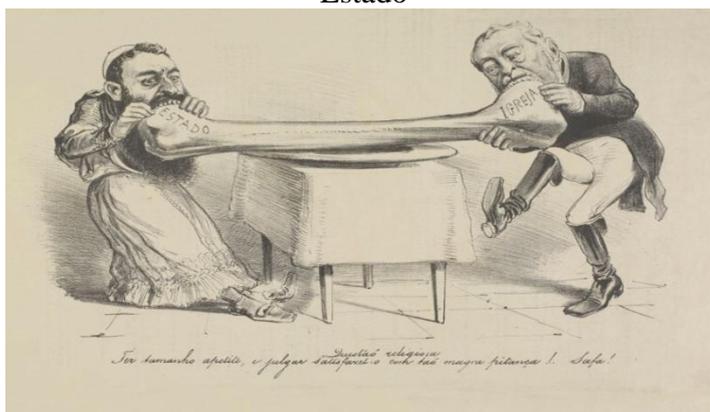
Depois de todas essas batalhas e também de muito diálogo e troca de correspondências entre a Igreja e a cúpula política do país, finalmente se chega a um acordo que ficou expresso em dois importantes documentos: Carta Pastoral Coletiva (1890) e a própria Constituição de 1891. A Carta Pastoral é o resultado da reunião do episcopado brasileiro ocorrido na cidade de São Paulo, em que Dom Antonio de Macedo Costa se comprometeu em fazer uma reforma na Igreja Católica no Brasil com a prioridade de uniformizar a instituição, intensificar as missões populares, aumentar o número de dioceses no país e trazer da Europa congregações religiosas para fundar e dirigir escolas. (TABRAJ, 2016). Tal decisão política corrobora para a chegada da Ordem Franciscana e seu bispo Amando Bahlmann para inaugurar e organizar as escolas confessionais no Baixo Amazonas no início do século XX. A contrapartida, por parte do governo, foi que a Constituição de 1891 suavizou o peso e as incertezas do Decreto nº 119-A.

A única marca da Carta Magna deixada pelo Decreto 119 foi a separação definitiva entre a Igreja e o Estado expresso no Art.72, § 7º, de resto, a Lei maior do país não mexeu no patrimônio físico da Igreja Católica e ainda a deixou livre para atuar no território brasileiro com mais um ano de subvenções. Isso foi um alívio para os bispos que trataram de consolidar os ideais republicanos através de serviços assumidos nas missões por meio da chegada de dezenas de congregações religiosas europeias que iniciaram a construção, inauguração e administração de escolas e consequentemente reestruturaram a Igreja Católica no país.

A charge jornalística (figura 22) daquele período ilustra a relação de poder entre a Igreja Católica e o Estado. O Governo Republicano não queria mais a dependência da Igreja

junto ao Estado, mas precisava urgentemente se consolidar politicamente no país e em âmbito internacional, para isso teve de aceitar novamente a parceria com a Igreja. O clero católico utiliza de sua influência diplomática e também de sua vasta experiência em serviços educacionais e assistenciais como moeda de troca para se manter como principal instituição religiosa do país. Tanto o Estado quando a Igreja não queriam “largar o osso do poder”, como ilustra o chargista.

Figura 22 - CHARGE: Humor do final do século XIX retratando o poder entre Igreja e Estado



Fonte: Wordpress.com, website detetivesdahistoria, 2018

O papa da época chamado Leão XIII, foi um importante ativista na tentativa de consolidar o futuro da Igreja Católica no Brasil. Ele intensificou correspondências com os ministros republicanos através do monsenhor Francesco Spolverini e sua primeira ação após a promulgação da Carta Magna foi anunciar a criação de cinco novas dioceses e também o envio de novas congregações para assumirem o serviço religioso, assim também como a condução de escolas e hospitais. Leão XIII faleceu em julho de 1903 e o papa que o sucedeu, Pio X, prosseguiu o seu trabalho expansionista e continuou criando dioceses e prelaturas no Brasil. A Prelazia de Santarém foi criada, por sua ordem, em 21 de setembro de 1903.

4.5 SURTO DE PROSPERIDADE ECONÔMICA NO BAIXO AMAZONAS NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

No Brasil, se inicia o processo de industrialização em meados do século XIX, que é impulsionado pelos recursos advindos da exportação do café e criação de gado da região sul e sudeste. Na Amazônia, a exportação do látex e do cacau estimula um emergente crescimento da economia.

A partir do final do Século XIX e início do século XX, a região do Baixo Amazonas presencia um momento de efervescência econômica devido à produção da borracha, balata, cacau, salsaparrilha, castanha do Pará, dentre outros produtos destinados à exportação. A cidade de Santarém estava envolta em um *frenesi* de prosperidade econômica relacionada à exportação da borracha, e em 1896 foi instalado o teatro Vitória, com capacidade para 500 pessoas, como um evidente sinal de prosperidade. (COLARES, 1982).

Essa movimentação econômica fez surgir uma burguesia que acabou atraindo grande quantidade de estrangeiros para região, como italianos, franceses, portugueses e judeus. Tais moradores demandaram serviço de boa qualidade, como arquitetura, culinária e serviços educacionais. Devido ao crescimento populacional e econômico, as vilas e freguesias foram gradativamente se transformando em municípios e comarca, como Santarém (1848 município), Óbidos (1854 município), Monte Alegre (1880 município) e Alenquer (1883 comarca). Segundo Nunes (2012), Óbidos vigorou desde meados do século XIX como importante área de atuação militar, devido estar localizada na parte mais estreita do Rio Amazonas, inibindo qualquer tentativa de invasão territorial vinda dos Andes. No início do século XX, foi inaugurado o 4º Grupo de Artilharia da Costa, aumentando o contingente de militares na cidade (figura 23 – sede do batalhão). Os milicianos de alta patente demandavam residências de boa arquitetura e demais serviços condizentes com sua estatura social, como educação para seus filhos.

Figura 23 – Fotografia da Defesa Gusmão (estilo clássico): sede militar do Batalhão de Artilharia da Costa do início do século XX, hoje Casa da Cultura de Óbidos PA



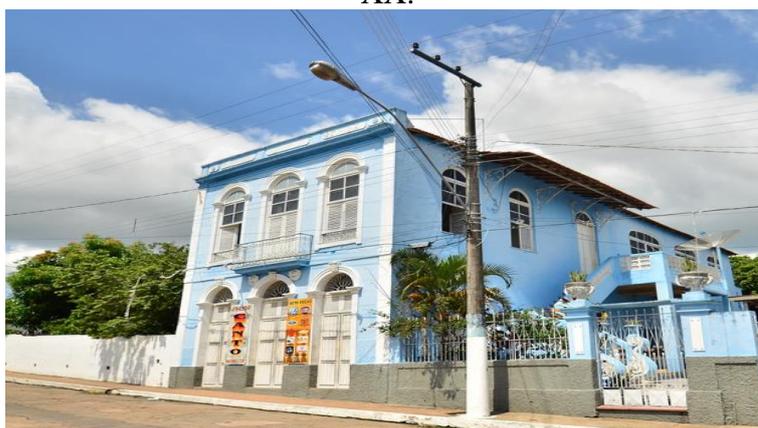
Fonte: Jornal O Impacto, website, 2019

O desenvolvimento de Óbidos e demais cidades do Baixo Amazonas, entretanto, não se comparava ao desenvolvimento artístico, cultural e econômico dos centros urbanos como Manaus e Belém, cujos barões usufruíam intensamente do comércio da borracha e viviam a “*Belle Époque*” amazônica, com uma vida de alto requinte ao modelo da França e da Inglaterra.

No Baixo Amazonas, além da produção do látex dos seringais e balateiras⁴¹, haviam outras culturas ligadas à produção da terra e da exploração da floresta em que as pequenas cidades se destacavam, como a produção de cacau, a salsaparrilha e a criação de gado. A região se tornou um dos maiores centros exportadores de cacau do país e sua criação de gado atingia mais de 50 mil cabeças. Tanto a produção de gado e de cacau, como também as relações sociais da época, são alegoricamente retratadas nos livros de literatura do escritor obidense Inglês de Sousa, como em “O Coronel Sangrado”, “O Cacaulista” e o “Baile do Judeu”. A alta sociedade cacaulista obidense, aludida nas obras literárias, foi à falência ou migraram para outras regiões do país em virtude do fim da lavoura do cacau que fora dizimada pelas pragas. (NEGER, 1982).

A figura 24 caracteriza o sobrado como a típica residência burguesa desse período. Foi para essa clientela a efetivação das escolas confessionais. A estrutura era razoavelmente confortável, com cerca de 400m², onde a parte superior funcionava como residência, a parte inferior (térreo) como comércio e na parte dos fundos os depósitos. Contrapondo-se a essa realidade, a maioria da população vivia em palafitas ou casas de taipa (mistura de graveto e barro molhado) com cobertura de palha.

Figura 24 – Fotografia do Sobrado: construção ao estilo clássico europeu do início do século XX.



Fonte: Márcio Rubens S. Gomes, website obidense, 2019

Segundo Amaral (2017), os judeus, italianos, franceses e portugueses se revezavam na administração do comércio exportador, do comércio local e da criação de gado em larga escala. Devido à grande quantidade de estrangeiros circulando na região, a cidade de Óbidos abrigou três consulados (Português, Italiano e Francês) para que os produtos fossem vendidos

⁴¹ Segundo o Flora Brasil (2019), a **Balata** é o látex de uma árvore denominada balateira, também conhecida como maparajuba (*Manilkara bidentata*), da família das Sapotáceas, comum nos Estados do Norte do Brasil, de onde se extrai uma goma elástica e visguenta semelhante ao látex da seringueira.

diretamente a esses países. Com uma boa quantidade de recurso financeiro circulando, era propício à construção de escolas para o atendimento dessa clientela abastada, ávidas para oferecerem a seus filhos pequenos uma educação de qualidade, sem precisar deslocá-los para os grandes centros urbanos ou até mesmo à Europa. Aproveitando a oportunidade que o momento econômico apresentava, os franciscanos logo construíram suas escolas para o atendimento educacional dessa classe emergente, complementando com a oferta de bolsas de estudos aos menos favorecidos.

4.6 OS REFLEXOS DO ARRAIAL DE CANUDOS NA CULTURA NACIONAL

Um acontecimento histórico ocorrido no nordeste brasileiro entre 1896 a 1897 gerou profundas reflexões e mudanças na conjuntura política e religiosa da época: A Revolta do Arraial de Canudos. Sete anos após a Proclamação da República acontece, no interior da Bahia, uma revolução social liderada por um místico chamado Antônio Conselheiro, que prometia fartura, a salvação e o reino dos céus a quem lhe seguisse. Em uma terra miserável, onde a população sofria as piores dificuldades, como a seca, a fome, a falta de proteção do Estado e o domínio do latifúndio, eram propícios o surgimento de movimentos messiânicos. O sertanejo miserável via em Conselheiro um novo “Jesus” que os salvaria dos problemas terrenos. A repercussão da notícia desse movimento atraiu milhares de nordestinos, principalmente ex-escravos e caboclos pobres, que seguiram para lá em busca de sobrevivência. No auge de sua existência, o “Arraial de Canudos”, como ficou conhecido, abrigou mais de 20 mil pessoas e a produção agrícola se concentrava na criação de cabras e todos os seus derivados. (FAUSTO, 2006).

O crescimento desse Arraial preocupou a elite nordestina, pois via nesses pobres uma ameaça para a invasão de suas terras. Segundo o cronista Manuel Benício, correspondente do *Jornal do Commercio* (1897), os fazendeiros iniciaram uma ofensiva contra o movimento através de propaganda falsa emitida nos meios de comunicação da época, dizendo que Canudos representava uma ameaça à república e que Antônio Conselheiro não passava de um monarquista. Tais notícias chegaram ao governo republicano que logo reagiu iniciando uma ofensiva contra o movimento. A primeira tentativa de destruí-los falhou, assim também como a segunda e a terceira tentativa. Nesse meio tempo muitos soldados e o povo em geral morreram,

mas Canudos resistia. O jornalista Euclides da Cunha⁴² ainda tentou alertar o governo e a população em geral através de suas crônicas que aquela população não passava de miseráveis que lutavam por um pedaço de terra para sobreviver e que também não havia nenhum indício de que Antônio Conselheiro fosse um monarquista. Tais alertas ecoaram vagamente por nossa história, mas no momento em que foi escrito não teve resultado prático para os conselheiristas, pois, na quarta expedição do governo a Canudos, a população foi totalmente dizimada. Estimase que ocorreram mais 25 mil mortes entre civis e tropas do governo. Foi uma das maiores carnificinas da história brasileira e mundial.

Várias lições foram tiradas desse conflito, e as principais delas consistiam em: o governo republicano corria sério risco de sucumbir caso houvesse novos levantes no país; a representatividade governamental deveria se tornar mais presente no interior do país; a Igreja Católica deveria assumir seu papel de apoiadora incondicional do governo. Sobre a Igreja foram proferidas inúmeras críticas relacionadas à sua atuação diante do seu rebanho, pois se constatou que eventos populares de fundo messiânico e católico, como esse promovido por Antônio Conselheiro, eram comuns no país, o que poderia causar sérios danos ao projeto do governo republicano. Segundo Aquino (2012), a atuação fraca da Igreja Católica perante a sociedade comprometia o projeto de consolidação do modelo republicano.

As medidas tomadas depois da guerra de Canudos foram pouco significativas por parte do governo, em contrapartida, houve uma mudança radical na atuação da igreja perante a sociedade. Seguindo as orientações da Carta Pastoral de 1890, as regras da Igreja Católica foram paulatinamente modificadas, tanto no aspecto administrativo quanto no religioso. A partir desse período, houve o processo de Romanização⁴³ do Culto Católico que significava a proibição gradativa de manifestações de cunho populares, como devoções aos santos de casa, devoções messiânicas (ao modelo de Antônio Conselheiro), eremitérios, etc. Tais religiosidades foram substituídas por piedades europeias⁴⁴ como as do Sagrado Coração de Jesus⁴⁵, os apostolados

⁴² Correspondente da guerra de Canudos para o jornal A Província de São Paulo que hoje se chama Jornal O Estado de São Paulo (Estadão). Suas crônicas se transformaram em uma das mais célebres obras literárias pré-modernistas do país: Os Sertões.

⁴³ O processo de romanização acontece unilateralmente, de cima para baixo. A Santa Sé dita as regras e todos os religiosos sujeitos a ela obedecem, inclusive com violência e descaso da massa popular brasileira, especificamente dos movimentos messiânicos, praticantes de romarias. (...) Os colonizadores finalmente conseguem substituir as crenças populares pela catequese e evangelização; desconsiderando a cultura do povo, subjagam-no ao ponto de tornarem-se obedientes à fé católica(...). Esta problemática ainda continua vigente no final do século XX. (TABRAJ, 2016).

⁴⁴ Manifestação religiosa criada dentro da própria igreja com a intenção de controlar os fiéis.

⁴⁵ Devoção consagrada pelo Papa Leão XIII em 1889 através da Encíclica Annum Sacrum. É celebrada a festa uma semana após o Corpus Christie e tem como temática central a família. Disponível em: <https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-sagrado-coracao-de-jesus/56/102/#c> Acesso em: 02 de jan. 2019

da oração⁴⁶, e a devoção ao terço mariano⁴⁷, cuja característica era o total controle da Igreja. Para que essa mudança cultural fosse consolidada, as congregações religiosas que chegaram do velho continente tinham por obrigação entrar em combate com as inúmeras manifestações religiosas populares, pois poderiam se transformar em uma nova Canudos. Além do controle religioso, as congregações ficaram responsáveis pela parte educacional dos filhos da elite, o que era fundamentalmente estratégico, sobretudo pela imposição do currículo voltado para formar um “bom cristão”, trabalhador e contrário à desordem.

4.7 AS REFORMAS EDUCACIONAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Além da preocupação em afagar as elites (para que não se rebelassem) dando-lhes educação ministrada pelas congregações religiosas, havia também a necessidade em preparar os jovens para indústria emergente. O país iniciava um processo de passagem do campo, onde os cafeicultores e produtores de carne e leite dominavam o cenário econômico e político, para o ambiente fabril em que os setores industrializados começam a controlar as estruturas organizativas da nação.

O processo de industrialização no Brasil, e por conseguinte da mudança de uma sociedade rural e agrária para uma urbana e industrial, iniciou - se na segunda metade do século XIX, ganhou impulso nas primeiras décadas do século XX e teve um grande salto no período pós-Segunda Guerra Mundial. Tal processo apresentou várias fases de declínio e crescimento da atividade industrial, mas o traço comum a todas elas foi a presença, em maior ou menor grau, de ações do Estado impulsionando a formação e a consolidação do parque industrial brasileiro. (MENDONÇA, 2004, p.5).

Para este novo cenário, era preciso melhorar a qualidade do ensino. Segundo dados do BRASIL (2002), em 1886, dois anos antes da proclamação da República, o país amargava um indicador de mais de 95% de sua população em total regime de analfabetismo, apenas 1,8% era alfabetizada, inclusive boa parte dos comerciantes era analfabeta, relata o documento. Praticamente, nesse período, todas as tentativas vindas por parte do governo não obtiveram resultados significativos junto à população, segundo fontes do FIBGE⁴⁸ (1995), em 1900 o país

⁴⁶ Devoção criada na França por jovens Jesuítas em 1844, em 1849 o Papa Pio IX institucionaliza a devoção e em 1880 o papa Leão XIII pede para que a devoção seja divulgada ao mundo. Disponível em: <http://aomej.org.br/historia> Acesso em : 2 de jan. 2019

⁴⁷ Devoção iniciada no século XV e intensifica no pontificado do papa Leão XIII, ao final do século XIX. Disponível em: <https://servosdarainha.wordpress.com/2008/11/29/a-origem-do-terco-mariano/> Acesso em: 02 de fev. 2019.

⁴⁸ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Brasil).

amargava uma taxa de 65, 3% de analfabetismo de sua população jovem. Um fator que pouco contribuiu para o desenvolvimento educacional foi a própria Constituição de 1891. A referida Carta Magna omite a responsabilidade do governo federal ao ensino básico. No Artigo nº 35, confia ao Congresso a responsabilidade na criação de cursos superiores e remete a competência da oferta do ensino básico aos municípios e estados. A única medida efetiva no âmbito educacional, expressa no Artigo nº 72, foi a confirmação do caráter laico do ensino, substituindo o aspecto religioso.

Havia um consenso entre algumas lideranças do executivo nacional e dos estados brasileiros sobre a deficiência da educação e seu agravamento em virtude do aumento da população. Diante da inércia por parte da União, era necessária alguma ação para amenizar o alto índice de analfabetismo. Alguns personagens dos estados ligados ou não à área da educação começaram a elaborar reformas com intuito de dar condições mínimas de aprendizagem à população. Algumas ideias não prosperaram e outras acabaram servindo de experiência para futuras reformas e ajustes da educação brasileira.

A Reforma de Benjamin Constant – 1890. Constant era militar, que lutou na guerra do Paraguai. Era um fervoroso adepto da corrente filosófica positivista. Organizou a Biblioteca Nacional, criou o Observatório de Astronomia e Geografia da Capital Federal, regulamentou a Escola Normal para formação de professores e criou o Pedagogium - Decreto nº 980 que era um instituto de aperfeiçoamento educacional com viés profissional, também instituiu o exame de madureza, que testava a capacidade do aluno para ingressar nas séries mais avançadas. Complementando o Decreto n.º 980, promulgou o Decreto nº 981 que regulamentava a instrução primária e secundária das escolas do período da Velha República. É com base nesse Decreto que as escolas confessionais do Baixo Amazonas irão organizar suas atividades educacionais, principalmente com o currículo voltado para o ensino da caligrafia, português, francês, aritmética, noções de direito pátrio, desenho, ginástica e exercícios militares, história com predileção à brasileira, ciências físicas e naturais, música e higiene (BRASIL, 1890).

A principal crítica à reforma de Benjamin Constant está relacionada aos benefícios voltados estritamente à capital federal, que na época era o Rio de Janeiro. Sua atividade não proporcionou a desvinculação da educação do centro do poder, apenas a estruturação da faculdade de medicina que abrangeu outros estados. Os benefícios que as reformas de Constant trouxeram para a educação estão relacionados às mudanças entre o ensino clássico para o ensino científico e também a criação de Instituto Pedagogium voltado para a formação de professores.

A Reforma Epiácio Pessoa (1901) contribuiu para regulamentar algumas áreas da educação as quais considerava frágeis do ponto de vista legal, como por exemplo: exame de

madureza – esse exame foi instituído por Benjamin Constant e privilegiava quem estudasse nas instituições ou fora delas, desde que comprovasse habilidades e conhecimento. Epitácio Pessoa também instituiu a frequência obrigatória ligada ao modelo seriado de educação; consolidou o ginásio nacional através do Decreto n.º 3.914, emitido pelo Presidente Campos Sales, o qual priorizava a educação secundária em âmbito nacional, adaptada à realidade de cada Estado; priorizou os exames escolares, horários das aulas e salários dos professores; permitiu o acesso das mulheres aos ensinos secundários e superiores.

Na Reforma Rivadávia Correia (Ministro da Justiça do governo Hermes da Fonseca), é promulgado o Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Esse decreto extingue o exame de madureza, retira a equiparação do ensino ao Colégio Dom Pedro do Rio de Janeiro e inicia o processo de seleção ao ensino superior. Segundo Cury (2009), a ideia de Rivadávia era tornar o ensino menos centralizado da burocracia estatal, contudo o resultado não foi o esperado, o que ocasionou uma desorganização geral. A desordem causada pela reforma propiciou o surgimento de escolas sem reputação moral, o que contribuiu para emissão de falsos diplomas e a corrupção generalizada. (CURY, 2009).

Rivadávía confundiu a ideia positivista de liberdade com desorganização. Sem regulação e com plena liberdade para agir conforme seus interesses, as instituições educacionais acabaram se transformando em empresas capitalistas, onde o interesse era muito mais com o lucro (venda de diploma) do que com o ensino. Em 1915, inicia-se a reforma Carlos Maximiliano, cuja função foi simplesmente organizar os estragos deixados pela reforma de Rivadávia Correa, através da regulação do ensino e da expedição dos diplomas pelo colégio São Pedro. (CURY, 2009).

Os Estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Ceará e Rio de Janeiro também tentaram organizar reformas educacionais próprias, com objetivo de equacionar o analfabetismo e oferecer mão de obra alfabetizada à indústria emergente. Sampaio Doria em São Paulo, por exemplo, tentou reduzir a jornada escolar para oferecer um maior número de vagas nas escolas. A ideia mostrou-se equivocada. Carneiro Leão, no Rio de Janeiro, organizou as jornadas pedagógicas para os professores e pontuou parcerias políticas para o desenvolvimento educacional. No Ceará, Lourenço Filho foi um dos primeiros burocratas a organizar políticas educacionais para as áreas rurais do país. Na Bahia, Góes Calmon foi um político que lutou para a que educação fosse gratuita e de boa qualidade, tanto é que levou para sua equipe de trabalho o educador Anísio Teixeira.

O entrave das políticas oriundas dos Estados era que quando as lideranças deixavam a organização educacional, não havia a preocupação em dar o devido prosseguimento aos

trabalhos por parte de seus sucessores. Foi o caso de Lourenço Filho, que tentou democratizar a educação no Estado do Ceará, mas assim que deixou a função educacional os que o sucederam relegaram seus esforços.

Pelo que se observa, o período da Velha República foi instável do ponto de vista de políticas públicas para educação, o que acabou prejudicando a maior parte da população que não tinha recursos para pagar os estudos, diferentemente da elite que tinha fácil acesso às letras por conta das escolas confessionais que ofereciam educação a quem tinha recursos financeiros. A educação só irá ganhar contornos democráticos a partir de 1922, depois da Semana de Arte Moderna, quando um movimento de educadores liderados Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, iniciam um grande projeto educacional no país embasado nas ideias de Dewey⁴⁹ e Durkheim⁵⁰, e conseguem colocar a temática educacional na pauta política do novo governo. A partir do mandato de Getúlio Vargas, na década de 1930, consequência do emergente processo de industrialização do país, houve um comprometimento do governo em contribuir para a melhoria dos índices educacionais da nação. Em 1932, os educadores lançaram o Manifesto dos Pioneiros pela Educação, cuja reivindicação era por uma educação laica, gratuita, obrigatória e integral. A regra geral do manifesto era que o indivíduo se desenvolvesse em um ambiente democrático, onde pudesse ser o sujeito construtor de sua própria história, com direitos e oportunidades iguais. Tal movimento foi o precursor da chamada Escola Nova⁵¹. Em 1934 foi promulgada a Constituição Federal que efetivamente garantiu a gratuidade e a obrigatoriedade no ensino básico e inicia as bases do ensino médio profissionalizante e o ensino superior, cuja intenção era a inserção de trabalhadores qualificados para indústria. O que não significa dizer que antes de 1934 inexistisse escola pública e gratuita, contudo não havia a obrigatoriedade por parte dos governos, o que os eximia da responsabilidade na oferta de ensino.

É nesse contexto de profunda turbulência e transformação política, social e educacional que os franciscanos iniciam uma nova fase de trabalhos missionários no Brasil. Marcado pela contradição, o serviço dos franciscanos tinha que seguir seu carisma de ajudar os

⁴⁹ John Dewey (1859-1952), filósofo norte-americano que influenciou educadores de várias partes do mundo. No Brasil inspirou o movimento da Escola Nova, liderado por Anísio Teixeira, ao colocar a atividade prática e a democracia como importantes ingredientes da educação.

⁵⁰ Émile Durkheim (1858-1917) filósofo e sociólogo francês acreditava que a sociedade seria mais beneficiada pelo processo educativo. Para ele, "a educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta". E quanto mais eficiente for o processo, melhor será o desenvolvimento da comunidade em que a escola esteja inserida.

⁵¹ Escola Nova ou também escola Progressiva ou Ativa. O movimento ganhou força na década de 1930, após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Nesse documento, defendia-se a universalização da escola pública, laica e gratuita. Destacam-se nesse movimento: Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Amanda Álvaro Alberto, Lourenço Filho, dentre outros. (FAUSTO, 2006).

mais necessitados, no entanto tinham que adequar-se as situações políticas do país em consonância com as diretrizes impostas pela cúpula da Igreja Católica do país.

O romancista Machado de Assis, que viveu o auge de sua carreira no período de transição do Império para a República, ilustra com ácida ironia a situação contraditória da Igreja e do homem. Em uma passagem do conto a “Igreja do Diabo”, Assis cria a seguinte estória: Satanás tenta com arrogância fundar sua igreja na terra para aniquilar a Igreja de Deus, mas fica decepcionado com a traição e espertezas de seus aliados humanos, que são mais astutos e acabam lhe enganando. Ele (o Diabo) volta para o além indignado, e vai reclamar dos homens para Deus, que responde: — *Que queres tu, meu pobre Diabo? [...] Que queres tu? É a eterna contradição humana.* (ASSIS, 1884, p.06).

5 SEGUNDA EXPERIÊNCIA FRANCISCANA: DAS CRISES POLÍTICAS EUROPEIAS AO RETORNO PARA AS MISSÕES NO BRASIL

Durante o regime monarquista havia inúmeras limitações aos trabalhos dos franciscanos no Brasil. Os conventos eram todos regulados pelo império e como consequência não aceitavam com facilidade candidatos para o ingresso na vida religiosa. Os que ingressavam eram sutilmente reprovados. Para o governo, não havia necessidade de grande quantidade de sacerdotes, pois sua função era limitada a ministrar os sacramentos do batismo, casamento e celebração de missa e não mais ao serviço das missões indígenas, cuja demanda era significativa. Era também proibida a chegada de postulantes religiosos de outras nações para o Brasil.

Antes da política anticlericalista do Marquês de Pombal, os conventos no Brasil chegaram a abrigar grande quantidade de religiosos e postulantes. Segundo Ferreira (2016, p.56) “a decadência foi notável, pois a Ordem Franciscana, que no século XVIII tinha chegado a contar com 1.200 professos, foi praticamente extinta. No fim do Império, a Ordem contava com apenas 10 franciscanos, todos octogenários, em todo Brasil”. Com a abertura política ocorrida no início da República e com a chegada dos missionários alemães e de outros países essa realidade mudou vertiginosamente. Os conventos de Santa Catarina, Bahia, Pernambuco e Pará foram revigorados e o número de religiosos se multiplicou.

A partir dos compromissos políticos assumidos entre Igreja e Estado Republicano, o ambiente social, político e econômico favoreceu a chegada de novas ordens religiosas vindas da Europa, sobretudo porque havia um governo em vias de consolidação e o país iniciava timidamente seu processo de industrialização. Projetava-se um extensivo trabalho educacional e não se tinha mão de obra capacitada suficiente para suprir a demanda. O fim do regime do padroado e a não interferência do governo nos assuntos religiosos, expressas na nova Constituição de 1891, beneficiou a entrada de estrangeiros postulantes ao serviço no magistério. Segundo Hugo Fragoso (1996), os primeiros franciscanos que chegaram à Bahia em 1891 eram frutos da parceria feita entre as províncias de Santa Cruz (Saxônia) na Alemanha e a Província de Santo Antônio na Bahia. Em 1893 houve um ato jurídico de comprometimento:

[...] a Província da Santa Cruz da Saxônia, a 02 de março de 1893, assumiu o compromisso com a Província Brasileira, de empreender a sua reforma e revitalização; compromisso que foi feito perante o representante da Santa Sé, no Brasil, D. Manuel dos Santos Pereira, vigário capitular de Salvador. (FERREIRA, 2015, p.64 apud. FRAGOSO, 1991, p.57)

Ressalta-se que boa parte da história franciscana, principalmente em suas origens, não está relacionada à dedicação ao magistério e nem a construção e administração de escolas, isso irá ocorrer no decurso da história, e a Congregação dos Jesuítas terá um importante papel nessa mudança de perspectiva histórica. Os franciscanos passaram de uma ordem exclusivamente mendicante, de pouco apelo intelectual, para uma ordem voltada ao desenvolvimento do homem através do aprofundamento educacional e cultural. (SANGENIS, 2004).

5.1 CONTRIBUIÇÃO DOS JESUÍTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE INTELLECTUALIDADE FRANCISCANA.

Segundo um dos principais historiadores da vida de São Francisco, Frei Martino Conti (2004), havia um forte desejo em Francisco que seus seguidores fossem despojados de qualquer ambição terrena. Para ele, uma das causas da miséria e do sofrimento humano era a cobiça e a busca desenfreada pelo poder, tanto material como intelectual. Um franciscano teria que viver como os pobres e miseráveis em sua essência:

Para seguir os caminhos de Cristo, Francisco propõe que os missionários escutem a voz do evangelho, e, numa manhã, eles vão à Igreja de São Nicolau, e retiram do evangelho o que deveriam fazer: “Se queres ser perfeito, vai e vende tudo o que tens e dá aos pobres”. (Mt 16,24), “Nada leveis pelo caminho” (Lc 9,3). E foi com essa inspiração divina que os jovens seguiram a caminho de proclamar o evangelho. (GUELLES, 2011, p.31).

Na primeira regra franciscana chamada de Regra Não Bulada⁵² escrita por frei Elias e ditada pelo próprio Francisco em 1209, no item 4, está severamente inscrito que um irmão franciscano não poderia pegar em dinheiro. A sua subsistência estava condicionada à boa vontade de quem o acolhia e lhe dava estadia e alimento. A segunda regra chamada de Regra Bulada, aprovada definitivamente em 1223, é mais complexa e flexível. Continua a exigência do não apego ao dinheiro, mas abre exceção para a administração das esmolas dadas aos enfermos que deveriam ser utilizadas exclusivamente para o tratamento de sua saúde, como ocorria nos locais destinados aos leprosos assistidos pelos frades.

⁵² Primeira regra franciscana atribuída ao próprio São Francisco de Assis. Tinha como fundamento as escrituras evangélicas: viver em obediência, em castidade e sem propriedade; e seguir a doutrina e as pegadas de Jesus Cristo, que diz: ‘Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens, dá-o a os pobres e terás um tesouro nos céus, e vem e segue-me’. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/988/1052>
Acesso em: 03 de jan.2019

O modelo de despojamento apresentado por Francisco de Assis não deixou de ser uma crítica à sociedade da época, que buscava na riqueza material a plenitude da realização pessoal, e isso servia também para a Igreja. Enquanto população em geral morria em condições sub-humanas, a Igreja, por sua vez, tapava os olhos, através da omissão e submissão política, pois usufruía dos benefícios advindos da exploração mercantilista e da escravidão humana. Esse aspecto inovador de Francisco atraiu milhares de jovens que deixaram suas famílias e o conforto para se aventurar em um regime de pobreza material, cuidando dos mais necessitados. A Ordem Franciscana, em oito séculos, cresceu em número e ramificações⁵³ e se transformou em uma das maiores representantes dos interesses católicos no mundo.

Com o crescimento da Ordem Franciscana, aumentaram também os problemas e conflitos internos, principalmente nos aspectos da pobreza e intelectualidade. Segundo Sangenis (2004), a bibliografia relacionada à vida de Francisco há muito mais referência ao desenvolvimento espiritual do que propriamente intelectual.

Nos escritos do próprio Francisco encontramos poucas alusões ao estudo. A carta que escreveu a Santo Antônio é de longe o documento mais evocado pelos defensores dos estudos das ciências: “*Eu, Frei Francisco, saúdo a Frei Antônio, meu bispo. Gostaria muito que ensinasses aos irmãos a sagrada teologia, contanto que nesse estudo não extingam o espírito de santa oração e da devoção, segundo está escrito na Regra. Passar bem*”. Essa é a única vez que encontramos nos escritos de Francisco o substantivo *estudo*. (SANGENIS, 2004, p.63).

Com o passar dos anos, a obrigação da sobrevivência através do recebimento de esmola foi sendo substituído por doações e parcerias com os governos dos países onde se desenvolviam as missões. Sobre o desenvolvimento intelectual, houve um processo de amadurecimento dos seguidores de Francisco, cujo espelho foi a experiência da Companhia de Jesus, que sempre considerou o desenvolvimento intelectual como prioridade de seu carisma.

⁵³ A Ordem dos Frades Menores (em latim *Ordo Fratrum Minorum*, O.F.M.), também conhecida por Ordem de São Francisco, por Ordem dos Franciscanos ou Ordem Franciscana, é a ordem religiosa fundada por São Francisco de Assis. Esta ordem religiosa tem como ramos: os Frades Franciscanos Conventuais (de 1209) - com hábito religioso cinzento, capuz e cordão; os Frades Franciscanos Observantes com regra simplificada pelo Papa Leão XIII (das Reformas 1368/1897) - de hábito castanho e capuz curto; os Frades Franciscanos Capuchinhos (de 1528) (ramo reformado dos Franciscanos Observantes) - de hábito castanho, capuz curto e todos de cordão branco com os três nós que representam os conselhos evangélicos; e os Frades Franciscanos da Imaculada (ramo reformado dos Franciscanos Conventuais) - de hábito cinza-azulado e com a medalha milagrosa de Nossa Senhora. A regra da Ordem de São Francisco esteve na base da Terceira Ordem Regular de São Francisco; da Segunda Ordem Franciscana, ou Ordem das Clarissas, fundada por Santa Clara de Assis e composta por freiras, e também na base da Ordem Franciscana Secular, para os leigos. Disponível em: <http://www.freifrancisco.com.br/2018/06/ordem-dos-frades-menores-franciscanos.html> Acesso em: 03 de jan. 2019

De fato, os jesuítas empreenderam [...] uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla “rede” de escolas elementares e colégios, como o fizeram de modo muito organizado, contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o “*Ratio Studiorum*” a sua expressão máxima. (SANGENIS, 2004, p.25)

A Companhia de Jesus foi fundada por Santo Inácio de Loyola para desenvolver regras disciplinares para vida religiosa e para propagação do catolicismo através das missões. Os Jesuítas, como até hoje são chamados, acreditavam que para defender os interesses católicos pelo mundo, era primordial que seus integrantes tivessem também uma base intelectual fundada no conhecimento da filosofia, da teologia e da ciência. Em virtude desse conhecimento adquirido, acabaram se transformando em um dos maiores propagadores do conhecimento no mundo através do ofício do magistério e da educação. Em 1584, o Superior geral dos Jesuítas, padre Aquaviva, nomeia uma comissão para elaborar toda a norma administrativa educacional da Ordem e em 1599 é promulgada a *Ratio Studiorum*⁵⁴, documento que regula as ações jesuíticas para o desenvolvimento educacional.

Tendo como referência o apelo ao conhecimento científico desenvolvido pela Companhia de Jesus, a Ordem Franciscana também seguirá com o aperfeiçoamento intelectual de seus membros e assim como a Ordem de Santo Inácio, também se dedicará à administração de escolas e ao magistério.

A ação educacional e missionária dos franciscanos, resistindo a tantas intempéries, permeou quinhentos anos de história ininterrupta. Seu esforço de educar os filhos da terra e os que aqui chegaram, através da catequese, da criação de escolas nos seus diversos níveis, bem como sua dedicação às ciências e às letras, foi marcado por forte empatia com o povo, cujos interesses e aspirações comungaram. Indissociavelmente vinculado à formação das nossas gentes, o franciscanismo é parte da alma do Brasil. (SANGENIS, 2004, p.247)

No século XX, a Ordem também elabora sua *Ratio Studiorum*. Historicamente alguns pensadores franciscanos influenciaram a sociedade de seu tempo, como Roger Bacon, Duns Escoto, Guilherme de Ockhan, São Boa Ventura, dentre outros.

A Ordem Franciscana se espalhou rapidamente pelos diversos países da Europa através de suas ramificações: Ordem dos Frades Menores (Franciscanos), Ordem dos Frades

⁵⁴ *RATIO STUDIORUM*. Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ratio_studiorum.htm Acesso em: 07 de jul. 2018

Menores Capuchinhos (Franciscanos Capuchinhos), Ordem dos Frades Franciscanos da Imaculada (Franciscanos da Imaculada), Ordem Franciscana Secular (Franciscanos Seculares), Terceira Ordem Regular de São Francisco (Franciscanos Terceira Ordem). Contribuiu também para o desenvolvimento do franciscanismo a proliferação de ramificações femininas como Ordem de Santa Clara de Assis e as Irmãs de Imaculada Conceição da Mãe de Deus, fundada na cidade de Santarém no Pará em 1910.

5.2 OS FRANCISCANOS NA ALEMANHA DE OTTON VON BISMARCK⁵⁵.

Na Alemanha, a mando de Seu fundador Francisco, um grupo de seguidores, liderados por Frei Davi, chegam em 1221 e fundam uma casa em Augsburg à qual deram o nome de “A Casa dos Descalços”. A partir daí a congregação se espalha pelo país, tanto no ramo masculino quanto no feminino. No ano de 2021, a Alemanha celebrará⁵⁶ o jubileu de 800 anos da presença franciscana em seu país. Durante esse período, a Ordem de Francisco presenciou e vivenciou alguns fatos que modificaram a história da Igreja e do mundo ocidental, como as primeiras grandes viagens transoceânicas às quais estiveram presentes nos séculos XV e XVI; a reforma protestante de Martinho Lutero no século XVI; a Revolução Francesa no século XVIII; as guerras napoleônicas no século XVIII; e a guerra franco-prussiana século XIX que unificaram o território Alemão.

Segundo Ferreira (2016), um dos fatores que influenciou a vinda em massa de Alemães para o Brasil, ao final do século XIX, foi a organização política da Alemanha depois da guerra franco-prussiana que culminou no processo de unificação entre a Alemanha e a Prússia, consolidando o governo do poderoso estadista e estrategista prussiano Otton Von Bismarck. Kitchen (2013), relata que a situação política em 1872 ficou totalmente desfavorável para as ordens religiosas em virtude de a Igreja Católica se opor à unificação da Alemanha que ficou sob a liderança de políticos ligados à religião protestante da Prússia. Bismarck, como vingança à oposição católica, institui, juntamente com seus ministros liberais, uma série de medidas anticlericais, cuja justificativa era a modernização da Alemanha e contra a tese imposta

⁵⁵ “Otto Von Bismarck, o chanceler de ferro, foi o estadista mais importante da Alemanha do século XIX. Coube a ele lançar as bases do Segundo Império, ou 2º Reich (1871-1918), que levou os países germânicos a conhecer pela primeira vez na sua história a existência de um Estado nacional único. Para formar a unidade alemã, Bismarck desprezou os recursos do liberalismo político, preferindo a política da força, assim como tomou firmes atitudes anticlericais contra a Igreja católica numa política que ficou conhecida por *Kulturkampf*.” (FERREIRA, 2016, p.66).

⁵⁶Custódia Franciscana do Sagrado Coração de Jesus. Informes. Disponível em: <http://www.ofmscj.com.br/?p=1979>. Acesso em: 2 de jul. 2018.

pelo Concílio Vaticano I de que o papa era infalível. Para o partido liberal, que apoiava Bismarck, a igreja representava o atraso, principalmente porque o governo financiava as atividades religiosas através da cobrança de impostos da população. Foi nesse período que ficou instituído o *kulturkampf* que significava uma série de medidas radicais contra as ordens religiosas, como o fechamento de templos, a proibição das missas e cultos, a expulsão de bispos e de congregações religiosas e o corte de financiamento das obras da Igreja.

No período de 1873 a 1886, houve uma intensa luta entre as lideranças do partido liberal de maioria protestante e de centro de maioria católica. Bismarck, por sua vez, observou que a resistência católica, com o apoio do partido de centro, acabava corroendo as bases de sustentação de seu governo, o que o obrigou a ceder espaço à Igreja Católica e aos poucos eliminar o *kulturkampf*. A partir dos anos de 1886, o partido de centro, juntamente com a força argumentativa do bispo Von Keteller, conseguiu convencer o parlamento a revogar a lei e reestabelecer as atividades da igreja. (KITCHEN, 2013).

Nesse período de intensa perseguição aos católicos alemães, muitas congregações tiveram que se reestabelecer em outros países, como EUA e Canadá, abrindo novos caminhos para as missões. Mesmo depois do restabelecimento da relação entre a Igreja e o Estado, ainda ficaram algumas marcas políticas dessa crise. Diante dessa situação adversa, houve uma profunda reflexão dos franciscanos na Alemanha em expandir suas fronteiras e se aventurarem pelo mundo, sobretudo porque o ambiente interno de anticlericalismo não favorecia o desenvolvimento religioso no próprio país.

Nesse período, a congregação franciscana enviava os frades para altos estudos em Roma e, em seguida, começava encaminhá-los para missões latino-americanas. Em 1922, a Ordem Franciscana inaugurava em Bardel, Baixa Saxônia, um centro de formação específica para encaminhar missionários para América Latina. Foi desse convento que partiu a maioria dos missionários que povoaram os sertões do Brasil. Esses jovens receberam na Alemanha elevada formação religiosa e científica, pois sua função, ao chegar ao Brasil, estaria relacionada a profissões com grau de qualificação diferenciada, como administração de escolas, hospitais e o magistério. (FERREIRA, 2016). Ressalta-se que a Alemanha estava em pleno processo de industrialização. Sua indústria bélica, química, naval e automobilística já contava com importantes parques em Frankfurt, Stuttgart e Munique.

Os primeiros franciscanos Alemães chegaram à Bahia em 1891 e, em princípio, não se adaptaram ao forte calor do nordeste e seguiram para Santa Catarina para aclimatação, onde iniciaram o trabalho de restauro da Província de Imaculada Conceição do Sul e Sudeste. Após esse trabalho, seguiram para a Bahia onde restauraram a Província de Santo Antônio, deixando-

a pronta para o recebimento de vocações. Um dos principais responsáveis por esse trabalho inicial de restauração das províncias franciscanas no Brasil foi um frade doutor formado em filosofia e teologia em Roma pela Universidade do Colégio Urbaniano da Propaganda Fide chamado Amando Bahlmann.

5.3 FREI AMANDO BAHLMANN⁵⁷

A figura 25 registra o início da carreira religiosa de Amando Bahlmann. Algumas características são comuns em seu perfil revelados pela fotografia: jamais esboça sorrisos; o olhar é sempre sério e melancólico; sempre que podia, mesmo depois de bispo, posava com os paramentos franciscanos. Segundo relatos de seus confrades, o bispo era de personalidade forte e de complexa convivência. Veja o que diz um fragmento da Custódia Franciscana sobre a tentativa de colocar um bispo para auxiliar Dom Amando:

Dom Eduardo Herberhold foi sagrado bispo-auxiliar de Santarém em 1928. Pouco tempo se demorou em Santarém, pois a Santa Sé o transferiu, em 1931, para a Diocese de Ilhéus, onde ficou até sua morte em 1939 aos 67 anos de idade. Comentava-se na época que ambos eram mais ou menos autoritários, e frequentemente Dom Eduardo não concordava com certas decisões de Dom Amando. E, como diz o ditado que “dois bicudos não se beijam”, a solução foi transferir Dom Eduardo. (CUSTÓDIA DE SÃO BENEDITO, 2007, p.02).

Figura 25 – Fotografia de Amando Bahlmann – jovem franciscano – 1883



Fonte: Acervo da Diocese de Santarém, blogspot, 2018

⁵⁷ BAHLMANN, D. Amando. Memórias Inacabadas 1889 - 1891. Trad. Frei Clarêncio Neotti, O.F.M. Coleção “Centenário”11. São Paulo. Cúria Provincial Franciscana, 1995. Boa parte das informações deste subitem foi retirada do livro de memórias que D. Amando Bahlmann deixou manuscrito em seu arquivo pessoal e que depois foi traduzido, editado e publicado.

Filho do educador Antônio Bahlmann e Anna Maria Meyer Bahlmann, Augusto Bahlmann nasceu em 8 de maio de 1862 em Bartmannsholte, diocese de Essem na Baixa Saxônia. Logo após o noviciado franciscano, recebeu o nome de Amando em homenagem a um santo bispo que viveu na Holanda. Segundo seu próprio relato, viveu uma infância saudável. Era mais traquino que seu único irmão Bernardo. Conta que levou várias surras e castigos de sua mãe em virtude de suas travessuras. Seus pais eram católicos fervorosos e nunca deixaram de expressar o desejo que ambos seguissem carreira na igreja, no entanto nunca impuseram sua vontade. Segundo Amando, foram eles próprios que decidiram optar pela carreira religiosa, no entanto os irmãos não seguiram para a mesma congregação. Bernardo⁵⁸ se tornou padre Jesuíta e Amando se tornou Franciscano. (BAHLMANN, 2015).

Amando estudou os primeiros anos do colegial no Ginásio de Vechta, onde boa parte dos professores eram sacerdotes com alta formação intelectual. Os alunos, de acordo com ele, tinham que, sagradamente, participar das missas da escola. O ambiente educacional oferecia um profundo conhecimento das artes e também da oratória. A escola era famosa na Alemanha, pois vinham estudantes de várias partes do país atraídos pela formação e rigor no método pedagógico impostos pelos padres, relata (BAHLMANN, 2015). Essa formação em uma escola católica conceituada contribuiu no desenvolvimento de seu trabalho missionário no Baixo Amazonas.

Após o período de estudo em Vechta, Amando despertou para a vocação religiosa em 1872. Era o período do *Kulturkampf* e as congregações estavam todas em crise em decorrência da perseguição do Chanceler Oto Von Bismarck⁵⁹. Amando era convicto em ser franciscano, mesmo sofrendo oposição do irmão que desejava que ele fosse para a congregação Jesuíta, onde já estava instalado e com a formação encaminhada. Amando insistiu em seu argumento de que se identificava mais com o apelo da ordem Franciscana do que com outra ordem religiosa, entretanto, por conta da perseguição de Bismarck, não havia mais conventos franciscanos próximos de sua cidade, foi então que teve a ideia de escrever uma carta para a província de Munique, na Baviera, onde o *Kulturkampf* tivera pouca influência. (BAHLMANN, 2015)

Não tardou em chegar a resposta da Baviera o aceitando como postulante à ordem de Francisco. Sua principal obrigação era levar um atestado, redigido pelo diretor da escola, informando suas qualidades como ser humano e seu comportamento e assiduidade como

⁵⁸ Padre Bernardo trabalhou nas missões jesuítas no Rio Grande do Sul. Morreu em Porto Alegre no dia 28 de fevereiro de 1916, vítima de tuberculose. Contraiu a doença no trabalho missionário. (BAHLMANN, 2015, p.174-180)

⁵⁹ Estadista Alemão de origem prussiana e membro da Igreja Luterana.

estudante. Dr. Wennemer, diretor da escola em Vechta, refletiu profundamente sobre esse pedido e não se convenceu com a ideia de Amando ir para tão longe. Logo, ofereceu ajuda para que o rapaz fosse estudar no convento de Harreveld, na Holanda, província da Saxônia, bem mais próximo do que a Baviera. Dr. Wennemer solicitou, através de carta, o ingresso do jovem Amando ao padre Othmar Maasmann, que era provincial em Harreveld. O pedido foi imediatamente aceito e Amando seguiu para a Holanda. (BAHLMANN, 2015).

Em Harreveld, entrou no noviciado e recebeu os hábitos franciscanos e em seguida recebeu o nome de Amando. Nesse convento, aprofundou-se nos estudos franciscanos, filosofia e teologia. Como consequência do seu destaque intelectual no convento Harreveld, Amando foi enviado à Roma para estudar no colégio Irlandês Santo Isidoro e também frequentar a Universidade do Colégio Urbaniano da Propaganda Fide⁶⁰. Em Roma, aperfeiçoou-se em latim, inglês, italiano⁶¹, história eclesiástica, teologia moral, filosofia e retórica, tornando-se também um exímio pregador. Em 1879, tornou-se franciscano, definitivamente, em 1888 foi ordenado sacerdote e em 1889 recebeu o grau de doutor ao defender em latim sua tese sobre Dogmática e Liturgia. (BAHLMANN, 2015).

Ainda quando estudava em Harreveld, Amando ficou interessado pelas missões franciscanas na China, onde havia grandes desafios relatados por missionários que por lá haviam trabalhado. Então, no planejamento de vida, era para a China que iria como missionário após terminar os estudos. (BAHLMANN, 2015).

Ao finalizar os estudos filosóficos em Roma, chegou a notícia, em 1890, trazida pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom João Fernando Tiago Esberard que, no Brasil, havia ocorrido a mudança de governo, passando de monarquia para República e que a nova Constituição brasileira permitia o entrada de missionários para restaurar as províncias congregacionais, atividade que fora proibida no tempo da monarquia. Imediatamente, frei Amando escreveu para seu provincial a seguinte mensagem: “assim como desejara ir para China estava também disposto a trabalhar no Brasil no processo de restauração das províncias franciscanas”. Logo em seguida veio a resposta da província de Santa Cruz de que Amando seria um dos primeiros missionários a iniciar os trabalhos no Brasil. Em seu íntimo, houve um notório sentimento de alegria, disse ele: “recebi a resposta gratíssima de que eu haveria de estar entre os primeiros a ir para a nova missão [...] minha fantasia já estava em terras longínquas.” (BAHLMANN, 2015, p.53)

⁶⁰ Fide: fé, confiança e lealdade na língua latina.

⁶¹ Além dessas três línguas Dom Amando aprendeu o Português, Castelhana e Holandês, totalizando com sua língua materna 7 idiomas.

No dia 24 de maio de 1891, embarcou no porto de Bremen, na terceira classe do Vapor Graf Bismarck rumo ao Brasil. Junto com frei Amando viajaram também frei Xisto Meiwes, frei Humberto Themans e frei Maurício Schmalor. No dia 21 de junho de 1891, aportaram na Bahia e em seguida rumaram para Santa Catarina, para iniciar o processo de restauração da província de Imaculada Conceição. (BAHLMANN, 2015)

A figura 26 representa o primeiro registro fotográfico de Frei Amando em terras brasileiras. Esse registro foi feito assim que chegaram a Santa Catarina, após passarem rapidamente pela Bahia em 1891. Antes de trabalharem no Norte e Nordeste do país, um número elevado de franciscanos vindos da Europa passavam pelo processo de aclimação na parte Sul e Sudeste do país. (FERREIRA, 2016)

Figura 26 – Fotografia de frei Humberto e frei Maurício em pé, frei Amando e frei Xisto sentados (da esq. para dir.) – em 1891



Fonte: Acervo da Província da Imaculada Conceição do Brasil, website franciscano, 2019

Apesar da pouca idade (apenas 28 anos e com o título de doutor), Amando demonstrou liderança e muita iniciativa na condução dos trabalhos de restauro da Província de Imaculada Conceição com sede no Rio de Janeiro. Com a chegada de muitos missionários alemães, as cidades de Lages, Rodeio, Blumenau, Gaspar, dentre outras, foram sendo reestabelecidas e revigoradas dentro da missão franciscana e, em seguida, a Província iniciou o processo de ingresso de postulantes ao noviciado.

Terminada essa etapa, Amando voltou a contragosto à Alemanha para ensinar filosofia na cidade de Werl. Seu provincial lhe escreveu uma carta solicitando sua volta e afirmou que para o Brasil não voltaria mais⁶². Amando retorna à Alemanha e com habilidade conseguiu

⁶² O episódio da ida forçada de frei Amando para Alemanha está muito obscuro em seu livro de memórias, não é fácil compreender. Nas entrelinhas pode-se deduzir que houve um desencontro de informações entre Amando e

convencer seu provincial de que era mais útil servindo no Brasil do que dando aula em Werl. A justificativa foi aceita e Amando retornou ao Brasil. A segunda etapa da missão de Amando foi iniciar o processo de restauração da Província de Santo Antônio na Bahia. (BAHLMANN, 2015).

Com o mesmo empenho da restauração das províncias franciscanas do sul do país, Amando iniciou os trabalhos de restauração da província de Santo Antônio na Bahia. Segundo a pesquisadora Paula Ruas Ferreira (2016), o processo de restauração daquela província, realizado pelos franciscanos alemães, teve um impacto social relevante, tanto no aspecto religioso como no aspecto educacional. Isso porque grande parte do aprendizado realizado em Bardel, onde eram formados e encaminhados para o Brasil, foi sendo introduzido nas ações missionárias e nas escolas por eles geridas. Durante mais de dois anos, frei Amando foi um dos pregadores das missões⁶³ no interior do Nordeste até 1905. (BAHLMANN, 2015)

Depois de árduo trabalho no nordeste brasileiro, frei Amando foi enviado como visitador apostólico para a Argentina, Bolívia, Peru e Chile, e todo esse esforço e dedicação ao cumprimento das diretrizes da Igreja o credenciou a uma cadeira no bispado. Ao retornar dos Andes para a Argentina, soube da notícia, em 10 de janeiro de 1907, que seria nomeado bispo da Prelazia de Santarém no norte do Brasil. Tomou posse da Prelazia em 04 de agosto do mesmo ano e, no ano seguinte, no dia 19 de julho 1908, foi sagrado bispo na igreja de Santo Antônio em Roma. (BAHLMANN, 2015).

5.4. OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO EPISCOPADO DE AMANDO BAHLMANN.

Para todo o profissional católico que segue o sacerdócio instituído pela Igreja, é uma honra ser indicado pelo papa para assumir pastoreio de uma determinada região eclesial. Dom Amando foi escolhido bispo da Prelazia de Santarém pelos méritos de seus trabalhos desenvolvidos no Sul e Nordeste do país e também nos Andes. Muito embora sua formação intelectual e seus títulos acadêmicos o colocassem como um forte candidato a assumir uma diocese ou arquidiocese de alguma região mais desenvolvida do país, sua sorte o levou a ser pastor de uma pobre e complexa prelazia na região do Baixo Amazonas. Naquele momento,

seu provincial. Com sua ida para a Alemanha e diálogo com o seu superior tudo ficou resolvido e ele retornou ao trabalho missionário no Brasil. (BAHLMANN, 2015, p.72)

⁶³ As missões populares na Igreja Católica consistem em uma série de pregações, palestras e celebrações dirigidas ao povo cristão, com o objetivo de avivar-lhe a fé e a vida cristã e impulsionar a vida comunitária nas comunidades paroquiais e comunidades eclesiais.

era uma das maiores prelazias do mundo em extensão territorial e uma das menores em densidade populacional.

Poderia ser considerado um demérito a um bispo, com alta formação intelectual, ser nomeado para esta função nos confins da Amazônia, onde as condições eram naturalmente precárias, contudo, a vinda da ordem franciscana liderada por Amando Bahlmann era fundamentalmente estratégica para os interesses do governo republicano, pois havia um vácuo social e político na região que deveria ser preenchido. Nesse sentido, trazer as congregações religiosas com profissionais qualificados resolveria dois entraves: disseminar a educação às elites instituídas e cuidar das nações indígenas.

[...] a Igreja para fazer frente à modernidade, inscrevendo no espaço seu discurso teológico-político, servindo-se do reconhecimento governamental das novas dioceses para ampliar sua influência na sociedade ao mesmo tempo em que a entrada de congregações religiosas estrangeiras masculinas e femininas, para atuarem em colégios, hospitais e missões junto aos índios, tornou a Igreja uma instituição atraente para os projetos civilizatórios dos Estados federais que compunham a nascente república brasileira. (AQUINO, 2012. p.31).

Conforme o acordo estabelecido na Carta Pastoral Coletiva de 1890, as congregações teriam um papel específico nessa nova conjuntura social e política do país: construir e administrar as escolas e trabalhar nas missões indígenas, entretanto, não havia como fugir do restante da normativa instituída pelas lideranças da Igreja do Brasil, como por exemplo, centralizar o culto católico, proibir gradativamente as manifestações populares, construir seminários para formação de sacerdotes e vigiar os excessos de seus membros.

5.5 LEGADO DE DOM FREDERICO COSTA – 1º PRELADO DE SANTARÉM

A ânsia da Igreja Católica por povoar o Brasil de novas prelazias e dioceses ocasionou situações inusitadas para alguns novos bispos, exemplo disso foi o bispo santareno Dom Frederico Benício de Souza Costa. O primeiro prelado da região, nascido na comunidade Boim, zona rural de Santarém. Este foi um grande intelectual formado em Paris e Roma. Apesar de boa formação intelectual e religiosa, era uma tarefa difícil para um bispo nascido na região gerir uma prelazia geograficamente tão vasta com poucos recursos financeiros.

A missão de Mons. Frederico Costa, sem dúvida alguma era, assaz espinhosa. Começou a exercer seu ministério em uma extensa viagem pastoral por toda a Prelatura, querendo assim obter uma visão geral do estado da sua Prelazia e destarte conhecer de perto suas paróquias e suas necessidades. (PRELAZIA DE SANTARÉM, 1953, p.18).

Dom Frederico percebeu que, mesmo com boa vontade, era difícil administrar uma vastidão territorial com dezenas de comunidades, com poucos padres e, principalmente, sem ter de onde extrair os recursos financeiros. Seu pontificado na Prelazia de Santarém durou um pouco mais de dois anos. Foi transferido para o Estado Amazonas para ocupar o lugar do bispo falecido José Lourenço Aguiar, mas antes de viajar para o Amazonas sugeriu à Roma que a Prelazia de Santarém fosse entregue a uma ordem religiosa.

Dom Frederico desenvolveu seu trabalho na Diocese do Amazonas dando prioridade à defesa do catolicismo e promovendo missões às tribos indígenas. Sua obstinação na promoção da fé cristã na região acabou contrariando os interesses dos maçons, que o viam como ameaça política. A pressão da maçonaria, juntamente com as dificuldades financeiras que a diocese passava, acabaram por forçar o bispo a pedir a renúncia do cargo.

Como se pode perceber a partir dos fragmentos apresentados, o clima de tensão entre as duas instituições (Igreja Católica e Maçonaria) era grande e se manifestava publicamente por meio dos jornais que divulgavam artigos com ameaças e acusações mútuas. Os indícios apresentados até aqui demonstram que os anos em que Dom Frederico Costa passou à frente da diocese, não foram fáceis. Ele teve que enfrentar as dificuldades próprias de uma diocese nova, ainda em processo de consolidação, com poucos recursos financeiros, poucos padres para atender aos fiéis e em um ambiente onde a Igreja Católica encontrava forte oposição por parte de setores sociais que não aceitavam a doutrina e a prática do catolicismo romano. (LOPES, 2010, p.55).

Assim como fez com a Prelazia de Santarém, em que a deixou nas mãos de religiosos franciscanos, Dom Frederico fez também com a Diocese do Amazonas ao deixá-la sob a responsabilidade dos padres da Congregação Salesiana.

A Sagrada Congregação da Propaganda Fide, concedeu aos salesianos a Prefeitura Apostólica do Rio Negro. Os missionários salesianos, liderados pelos padres João Balsola e Giordano Bruno, puseram em prática um projeto missionário cujas linhas centrais já haviam sido traçadas por Dom Frederico Costa. (LOPES, 2010, p.134).

Algumas vantagens são conferidas às congregações religiosas quando administram prelazias ou dioceses distantes dos centros do poder econômico e político. Suas ações pastorais estão geralmente espalhadas pelo país e pelo mundo o que facilita o trânsito de recursos humanos e financeiros. Os missionários franciscanos, por exemplo, estão espalhados por vários países, inclusive na capital da Itália, ajudando o papa. E também atuam não somente como padres, mas como operários de empresas, professores, profissionais liberais dentre outros. Essa diversidade na relação com o mundo do trabalho fez com que seu carisma se encaixasse em uma fraternidade na qual se ajudassem mutuamente.

Apesar de enfrentar sua própria congregação em situações adversas para conseguir pessoal para trabalhar em sua prelazia, Dom Amando acabou se valendo da fraternidade franciscana para desenvolver seu trabalho no Baixo Amazonas. Mesmo tendo dificuldade de encontrar freiras logo que iniciou seus trabalhos, Dom Amando aproveitou a inter-relação de frades espalhados pelo mundo e conseguiu não somente franciscanos, mas também outras congregações para atuar na prelazia como as Missionárias de São Pedro Claver e as Irmãs Hospitaleiras de Portugal.

Outra vantagem de Dom Amando para seu trabalho missionário era ser um cidadão europeu. Como o velho continente estava em vias de crescimento industrial e rapidamente enriquecendo financeiramente, o bispo fez inúmeras excursões a esses países, principalmente à sua terra natal, Alemanha, pedindo contribuições para as suas obras sociais no Brasil. Grande parte dos recursos para a construção do Colégio Santa Clara, São José, dentre outros, veio de doações angariadas em suas viagens pela Europa.

5.6 CHEGADA DE DOM AMANDO BAHLMANN EM 1907 À PRELAZIA DE SANTARÉM

A Prelazia de Santarém foi erigida em 1903, pelo papa Pio X, sob a égide: “*Territorialis Praelatura Santaremensis*”. Em 1904 foi empossado Dom Frederico Costa como seu prelado. No ano de 1906, Dom Frederico pede a renúncia e neste mesmo ano a Prelazia fica sob a responsabilidade da diocese de Belém. No início de 1907, sua administração é confiada à ordem franciscana, e no dia 10 de janeiro é anunciado o nome de frei Amando Bahlmann como novo bispo.

Dom Amando Bahlmann, frei Capistrano Niggemeyer e o irmão frei Camilo Lauer, foram os primeiros franciscanos alemães a chegarem em Santarém em 03 de agosto de 1907, com a missão de tomar posse da Prelazia, criar a Custódia de São Benedito da Amazônia e alavancar os trabalhos apostólicos na região do Baixo Amazonas (CANTO, 2017). Não eram poucos os desafios que teriam que enfrentar em um lugar distante de tudo, com sérios problemas de infraestrutura e, sobretudo com o clima bem distinto do padrão europeu. Aqui elencamos somente os principais problemas enfrentados pelos franciscanos logo que chegaram a Santarém, expressas nas memórias de Bahlmann (2015):

- a) Não havia sacerdotes suficientes para fazer os trabalhos necessários para uma prelazia funcionar. A congregação dos Agostinianos, que contribuía com Dom Frederico Costa, pediu para ser transferida para Belém assim que os franciscanos

chegaram, pois seus padres já estavam muito velhos, o que foi devidamente respeitado por Dom Amando;

- b) Não havia prédios adequados para o funcionamento da Cúria Prelatícia;
- c) A temperatura ambiente beirava a faixa dos 40^oc. O bispo relata que de 1910 a 1915 foram perdidas 8 vidas de religiosos e religiosas como consequência do calor e da febre amarela. Vários religiosos tiveram que pedir transferência para não sucumbirem ao calor;
- d) A região precisava de elementos básicos como saúde e educação;
- e) E por fim, as precárias condições financeiras: não havia dinheiro suficiente para fazer tudo isso.

Dom Amando não vislumbrou alternativa que fosse mais viável, em curto prazo, do que passar a maior parte de seus primeiros anos de mandato de bispo pedindo ajuda por toda a Europa e também aos Estados Unidos da América. O primeiro problema a ser resolvido foi com a própria Ordem Franciscana. O Decreto 183 do Consistorial⁶⁴ do Vaticano de 29 de setembro 1908 não deixa claro para qual província franciscana o novo bispo deveria dirigir-se para pedir padres ou ajuda financeira. Ao solicitar ajuda a Província de Santo Antônio na Bahia, foi-lhe imediatamente negado (falta de regulação), pois a alegação era o alto custo para financiar uma prelazia com pouca estrutura e também não queriam descolar seus padres para uma terra muito distante. Dom Amando teve de ir diretamente ao Vaticano para que ficasse esclarecido para qual província franciscana a prelazia de Santarém deveria solicitar ajuda financeira e mão de obra religiosa. Em 6 de abril de 1909, é expedido o novo decreto, em complemento ao Decreto 183, esclarecendo que a responsabilidade em contribuir com a Custódia de São Benedito da Amazônia era da Província de Santo Antônio do Brasil com sede na Bahia (BAHLMANN, 2015, p.117). Com essa questão resolvida, Dom Amando começa a conjecturar a solução de dois problemas: suprir a carência de padres para missões indígenas e de padres, irmãos e irmãs para tomar conta das escolas de meninos e meninas. Como a província de Santo Antônio estava ligada a província da Santa Cruz em Bardel na Baixa Saxônia, Dom Amando poderia solicitar padres bem formados diretamente para lá para cuidar da educação masculina. Para a educação das meninas, teria que solicitar de outras congregações.

⁶⁴ Arquivo oficial do Vaticano.

5.7 AS IRMANDADES

Dentre os vários desafios para Dom Amando havia um em especial: o catolicismo popular, que deveria ser paulatinamente controlado e eliminado. De acordo com Couto e Valente (1992), essa questão era delicada, pois as irmandades eram o meio comum das pessoas praticarem sua religiosidade e uma forma de convivência comunitária. Desde que os Franciscanos e Jesuítas foram expulsos em 1759 por Marquês de Pombal, a presença da instituição Igreja, nas aldeias e povoados, era muito rara, então essa forma de religiosidade popular, permeada do sincretismo do culto africano, indígena e europeu, supria as necessidades da população com o transcendente e, historicamente, não deixou que acabasse o catolicismo na Amazônia. Dom Amando, assim como a maioria dos bispos do país da época, percebeu que as irmandades eram organizações importantes para o povo e que seria um erro simplesmente proibir suas atividades, então era preciso utilizar de estratégia política para eliminá-las. A principal estratégia utilizada pelo clero da época era depreciar os seus membros (estrutura organizativa) e aos poucos institucionalizá-las. Em Mazagão no Amapá⁶⁵, por exemplo, havia a Irmandade de São Tiago, que organizava a festa do santo ao molde festivo das antigas cruzadas, com o embate teatral entre Cristãos e Mouros e que foi institucionalizada por Dom Amando por considerar desonesta a sua diretoria.

O padroeiro de Mazagão é o Apostolo São Tiago. Todos os anos, no dia 25 de julho, fazem uma festa estrondosa em Mazagão. No ano de 1917 tive ocasião de apreciar este movimento, representam a batalha entre os Cristãos e os Mouros da Espanha. [...] Desgostados alguns que sempre foram os diretores da festa e os administradores das esmolas oferecidas. Constituímos uma irmandade de senhores católicos praticantes, que a formaram a mesa administrativa da irmandade e o diretório das festas de S. Tiago e acabou-se os costumes dos devotos fingidos e dos astutos exploradoras da boa fé do povo. (BAHLMANN, 2015, p.146).

Outro episódio significativo que ilustra o tratamento clerical dado às irmandades foi o que ocorreu com a Irmandade de Nossa Senhora das Dores, também em Mazagão. Observa-se que, ao tratar sobre o responsável pela irmandade, Dom Amando não cita o seu nome, mas pejorativamente utiliza o termo racial “preto”, e fala em seguida que este não prestou conta ao vigário e que estava envolto em consumo de bebidas alcoólicas.

O mesmo aconteceu com a irmandade de Nossa Senhora das Dores. Durante grande parte do ano um preto com sua gente andava esmolando com uma imagem de Nossa

⁶⁵ O povoado de Mazagão, assim como todo o território do Amapá, pertencia a região administrativa da Prelazia de Santarém, hoje o município de Mazagão pertence à Diocese de Macapá.

Senhora para a festa dela. Nunca quis prestar contas ao vigário como era e é obrigação. Quando o vigário, em consequência dessas irregularidades, não quis fazer a festa como o preto queria, ele preparou algumas ladainhas na própria casa, com bebidas a vontade e até a madrugada. (BAHLMANN, 2015, p.146)

As irmandades eram movimentos do catolicismo popular, tinham uma estrutura administrativa e liturgia próprias e não dependiam da instituição Igreja para sobreviver e por isso não tinham obrigação de prestar contas de suas atividades, em virtude de sua independência. No entanto, com a chegada das congregações religiosas para a Amazônia, no final do século XIX, e a centralização do culto católico no ambiente eclesial, essas instituições populares foram perseguidas e condenadas ao extermínio e junto com elas foram também extintos infinitos elementos das manifestações indígenas e africanas, ficando apenas o componente europeu do culto católico oficial. (COUTO; VALENTE, 1992).

Ainda prosseguindo com a intenção de controlar a Irmandade de Nossa Senhora das Dores de Mazagão, Dom Amando conduz o ritual de institucionalizá-la, e segue com a estratégia de depreciar a diretoria:

Em 1917 ele (*o vigário*)⁶⁶ pediu a festa. Fizemos as novenas. No dia da festa convidei todo o povo a continuar na sua devoção e entrar na irmandade que neste ano haveria de ser reformada. Há anos havia o costume de, nos nove dias na novena, levar a imagem de Nossa Senhora para nove casas diferentes. Primeiro procuramos alguns homens católicos praticantes e de certa posição na sociedade. Tendo o número suficiente, marquei a reunião solene na igreja e mandei que o velho chefe, o juiz da irmandade, mandão dos pretos... (poder-se-iam dar todos estes nomes a este cachaceiro) também comparecesse à reunião. Mande o vigário buscar a procissão e a imagem, a imagem de Nossa Senhora das Dores na casa do preto. Ele não podia negar-se, porque o povo foi e queria que as imagens estivessem presentes a assembleia geral. Expliquei as condições para fazer parte das irmandades, que delas não poderiam fazer parte os pecadores públicos e os que não quisessem satisfazer suas obrigações da páscoa. (BAHLMANN, 2015, p.146-148)

Percebe-se pela fala do bispo que nem todos os membros da irmandade concordavam com a sua atitude impositiva, contudo a força política do episcopado era tão determinante que os membros acabaram cedendo:

Publicamente perguntei aos irmãos que se apresentavam para entrar e se aceitavam essas condições, os católicos praticantes prometeram francamente e os outros não queriam mais entrar. Perfeitamente. Eu queria exatamente esta separação dos espíritos. Logo depois nomeei o vigário como presidente da irmandade e outros bons católicos vice-presidentes, secretário e tesoureiro. (BAHLMANN, 2015, p.146-148)

⁶⁶ Grifo nosso.

O próximo passo do bispo foi trazer e fixar a imagem da Santa Nossa Senhora para dentro do ambiente da Igreja, o que significava que o culto deixaria de ser realizado nas casas dos devotos e passaria a ser feito no ambiente eclesial sob a vigilância do vigário.

Determinei que no próximo ano o vigário por si ou por pessoas de sua confiança fizessem as esmolações de costume e que nos nove dias da novena a imagem de Nossa Senhora fosse levada em procissão a nove casas de famílias piedosas. As famílias se mostravam logo satisfeitiíssimas com esta determinação. Durante o ano, a imagem haveria de ficar na residência paroquial, na sala de reunião dos irmãos da irmandade. (BAHLMANN, 2015, p.146-148)

Indignado com a situação, o responsável pela irmandade de Nossa Senhora ainda tentou esboçar uma reação através de denúncia à polícia e ao juiz, mas em vão. Tentou ainda o “grito de misericórdia” ao solicitar ajuda de seus confrades para retomar as atividades da irmandade, mas foi impedido pela polícia.

Todos ficam contentes, menos o preto. Ele queria a imagem de volta para poder esmolar com ela. Nada. Não conseguiu, foi ao prefeito da polícia, ao juiz do direito. Nada. Queria sublevar o povo, isto é, os seus compadres e parentes, atacar a residência paroquial. Nada. À polícia declarou que haveria de dispersar o grupo se tivessem a ousadia de preparar tal coisa, finalmente o preto reconheceu que tudo estava perdido para ele. Não sei se ele ficou quieto, talvez não, mas ele não teve mais a direção da irmandade. As festas de nossa senhora das dores se fizeram com maior brilho ainda e agora são verdadeiramente festas religiosas. (BAHLMANN, 2015, p.146-148)

Foi seguindo esse roteiro de violência cultural que as irmandades sucumbiram. As que ainda existem são as que resistiram à “fogueira”⁶⁷ eclesial, e que mesmo assim ainda correm risco de perecer, como em Alter do Chão, vila balneária de Santarém, com a Irmandade da Santíssima Trindade, pois, vez por outra, vai o padre em sua festa celebrar a missa, benzer a procissão, o que descaracteriza seu caráter popular. Nesse ritmo, com o tempo, suas imagens e símbolos acabarão nos altares das igrejas.

Ressalta-se que o tratamento hostil dado por Dom Amando às irmandades era uma orientação institucional (consequência da Guerra de Canudos) para o controle do culto católico, o que não deixava de ser também a tentativa de controle político da sociedade.

⁶⁷Termo ilustrativo para referir-se ao período da Santa Inquisição: A **Santa Inquisição** era dirigida pela Igreja Católica Romana e foi criada no século XIII, durante a **Idade Média**. Era uma espécie de **tribunal** religioso que condenava todos aqueles que eram contra os dogmas pregados pela **Igreja Católica** ou que eram considerados uma ameaça às doutrinas. Eles eram denunciados, perseguidos, julgados e condenados (às vezes até eram queimados vivos em praça pública, a pena mais “leve” era a prisão temporária ou perpétua). Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/santa-inquisicao-da-igreja-catolica/> Acesso: 08.01.19.

5.8 O RISCO DA APOSTA

Seguindo firmemente as diretrizes da Igreja Católica, Dom Amando toma para si toda responsabilidade de iniciar as construções de escolas e hospitais. O bispo franciscano demonstra em suas memórias que foi árdua a tarefa de lutar contra as adversidades para garantir a instalação das escolas. Pelo que se observa em suas afirmações, a sua obstinação era com o cumprimento de deveres e não seria pela falta de seu esforço que a Igreja Católica abdicaria de suas obrigações junto à capital federal em organizar a educação da região.

Construir escolas, talvez fosse a tarefa mais fácil para Dom Amando, pois para isso bastavam os recursos financeiros que conseguiria esmolando pela Europa, EUA e pedindo ajuda dos ricos da região, o maior problema era conseguir as freiras e padres para levar o trabalho de educar as crianças e jovens. Para o bispo, era um despropósito observar, que nesse período, chegavam muitas congregações religiosas europeias para trabalhar com educação no Brasil, mas que não estavam dispostas em vir para Amazônia.

As congregações religiosas que chegaram ao Brasil se estabeleceram em locais prósperos como no Sul do país, Sudeste e até mesmo no Nordeste. Segundo Klein (2012), a congregação das Missionárias Servas do Espírito Santo, de origem alemã, se estabeleceu em Santa Catarina no início do século XX, onde fundou várias escolas. Souza e Lira (2012) falam que a Congregação das Beneditinas Missionárias foi fundamentalmente importante para melhorar o atendimento educacional no Estado de Pernambuco no século XX, e ainda, de acordo com suas pesquisas, o Brasil, após a proclamação da República, recebeu considerável quantidade de congregações religiosas para trabalhar nas missões educacionais do país.

Uma das iniciativas da Igreja nesse contexto foi a importação de religiosas da Europa para participar da nova conjuntura educacional que surgiu no Brasil na transição do século XIX para o XX. Entre 1872 e 1920, cinquenta e oito congregações religiosas europeias se estabeleceram em terras brasileiras, o que gerou destaque para a educação feminina e influências sobre as famílias na construção de novos costumes e hábitos socialmente aceitáveis, atingindo dimensões particulares do universo feminino. As religiosas europeias que se estabeleceram no Brasil realizaram, em sua grande maioria, trabalhos com a assistência a órfãos e idosos, fizeram trabalhos em santas casas e hospitais, mas o destaque maior de suas iniciativas foi a criação e condução de várias escolas secundárias. (SOUZA; LIRA, 2012, p.421).

Dom Amando não terá a mesma sorte que outros bispos que administravam prelazias e dioceses em lugares com infraestrutura avançada, pois, ao convidar as congregações femininas para trabalhar na Amazônia, a resposta era sempre negativa (BALMANN, 2015, p. 132). Ser missionário em lugar miserável, com pouca estrutura, era tarefa plenamente

apostólica, o que não deixa de ser contraditório, uma vez que todos os membros das congregações ao promulgarem os seus primeiros votos à vida religiosa declaram diante do altar da igreja obediência, castidade e pobreza. Assumir o compromisso é tarefa aparentemente fácil, vivê-lo é para quem assume verdadeiramente o sentido do despojamento. Isso, ao que parece, é tarefa muito difícil, pois se coloca em jogo a própria existência física. Foi o que aconteceu com vários missionários(as) que pereceram ao chegarem à Amazônia por não suportarem o calor e as doenças tropicais, nesse sentido se explica o medo das congregações que não se dispuseram em mandar seus membros para contribuírem com Dom Amando.

Foi em virtude dessas negativas que Dom Amando Bahlmann se viu obrigado, em 1910, a se arriscar na aventura de trazer uma postulante à freira, chamada Elizabeth Tombrock⁶⁸, para fundar a Congregação da Imaculada Conceição para então iniciar os trabalhos assistenciais e educacionais no Baixo Amazonas. O raríssimo registro fotográfico (figura 27) apresenta Madre Imaculada ainda uma jovem iniciando a atividade religiosa. Sua aparência é de uma mulher frágil fisicamente, consequência da tuberculose, o que não a impediu de se empenhar no trabalho missionário.

Figura 27 – Fotografia de Elizabeth Tombrock, jovem freira em 1910



Fonte: Acervo padre Sidney Canto, blogspot, 2019

Madre Imaculada teve importante papel no desenvolvimento dos trabalhos da Prelazia de Santarém e do próprio governo de Amando Bahlmann, sua vida é marcada pela resiliência humana. Mesmo atravessando inúmeras dificuldades, por ter uma saúde frágil, por enfrentar a dor da morte (por malária) de suas companheiras de trabalho, por ficar

⁶⁸ Ao receber os hábitos de religiosa passou a ser chamada de Maria Imaculada de Jesus e depois que se tornou abadessa passou a ser chamada de Madre Imaculada.

impossibilitada de viajar da Alemanha para o Brasil em consequência da Primeira Guerra Mundial em 1914 (FLOOD, 2010, p.79), Elizabeth Tombrock não desistia de suas metas religiosas e educacionais.

Abaixo (figura 28) se tem um dos últimos registros de Madre Imaculada, prostrada em seu leito, depois de ficar impossibilitada de andar, consequência de uma queda em pleno trabalho nos Estados Unidos da América.

Figura 28 – Fotografia de Madre Imaculada, doente em Nova Iorque



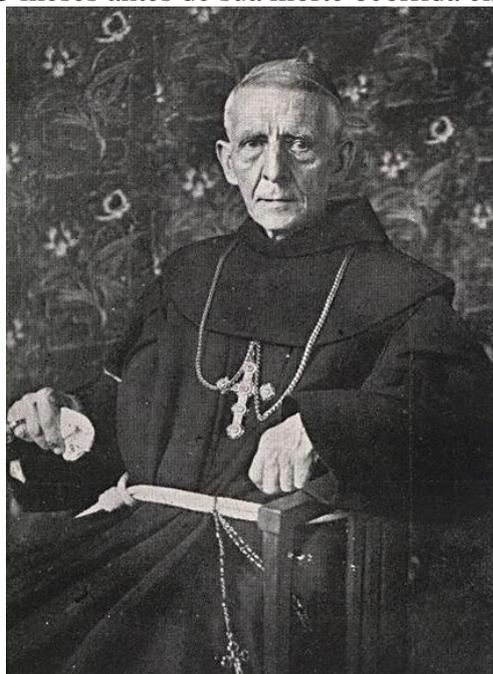
Fonte: Centro Espírita Maria Imaculada – CEMI, blogspot, 2019

A vida de Madre Imaculada foi um eterno risco. Voltou da Alemanha (1915) em meio à guerra e trouxe consigo 6 postulantes a freiras, consolidou e estruturou a Congregação de Imaculada Conceição, fez inúmeras viagens com ou sem o Dom Amando para Europa e Estados Unidos, pedindo ajuda financeira ou trabalhando como serviçal para manter as obras sociais da prelazia. Frei Flood (2010) relata que Madre Imaculada era de tamanha simplicidade e humildade que nos trabalhos diários ninguém estranharia se a vissem carregando, junto com os trabalhadores, pedras ou tijolos para as construções do orfanato e escola em Santarém. Em 1922, em uma das excursões aos Estados Unidos da América, foi trabalhar na cozinha do Convento dos Padres em São Boaventura, Allegheny em Nova Iorque, nessa função sofreu um acidente ao transportar talheres da cozinha para o refeitório. Imaculada caiu, machucou o ombro e não conseguiu mais se recuperar, ficando paralisada, não podendo mais retornar ao Brasil. As consequências desse acidente a fez permanecer na América do Norte até sua morte em 1938 (FLOOD, 2010, p.75). Mesmo debilitada, continuou trabalhando em prol das atividades assistenciais de sua congregação. Nesse sentido, Madre Imaculada foi exemplo de mulher trabalhadora e obstinada que, mesmo em um tempo em que era forte o domínio do homem, conseguiu impor sua força e competência organizativa.

5.9 CONTRIBUIÇÕES DAS ESCOLAS CONFSSIONAIS PARA O BAIXO AMAZONAS

Um dos últimos registros fotográficos de Dom Amando (figura 29) demonstra um semblante calmo e entristecido. Sua mão esquerda contraída evidencia as consequências das doenças da idade avançada. Era o seu jubileu de ordenação sacerdotal. E foi em Nápoles, na Itália, em uma viagem a trabalho, que o bispo viveu seus últimos dias.

Figura 29 – Fotografia de Dom Amando Bahlmann – Jubileu de ordenação sacerdotal em novembro de 1938 – 5 meses antes de sua morte ocorrida em 05 de março de 1939



Fonte: Acervo de Sidney Canto, blogspot, 2019

Fato curioso foi que Dom Amando faleceu há menos de um ano após a morte de sua amiga e parceira de trabalho Madre Imaculada Conceição. A cumplicidade entre os dois religiosos acabou sendo determinante para efetivação das escolas confessionais, pois, ao passo que contribuiu para o fortalecimento da elite regional e para a expansão do ensino nos municípios, propiciou sua democratização e promoveu a formação dos professores para a educação básica.

De acordo com Oliveira (2015), a Igreja Católica do Brasil, no jogo dos interesses da primeira república, não estava efetivamente preocupada em se colocar ao lado dos desprovidos, apesar do discurso de proteção a eles. Seu maior objetivo era estender seu poderio no território e continuar doutrinando. As estratégias levavam em consideração a fidelidade e alinhamento do episcopado com o poder e a valiosa contribuição dos membros das novas

congregações que chegavam da Europa com a função de educar dentro da perspectiva liberal burguesa.

Essa flexibilidade fez com que a Igreja conseguisse do Estado liberdade para continuar se expandindo. [...] abertura de escolas paroquiais, reorganização interna e formulação de diretrizes em Concílios, reintrodução do ensino religioso como forma de doutrinação católica, aproveitando-se da permissividade estatal, chegada de novas ordens religiosas imbuídas do espírito romanizador, para “recatolizar a cultura escolar republicana e laica”[...]. Cada vez mais se fazia sentir a reaproximação do Clero com a elite política. (OLIVEIRA, 2015, p.03).

No contexto brasileiro de reordenamento político, Dom Amando foi mais um agente a serviço do governo por ordem expressa da Igreja Católica, assim como outros bispos de sua época. Não se constatou, no decorrer da pesquisa, insatisfação de Dom Amando diante dessa situação de subserviência, pelo contrário, vê-se o prelado muito interessado em corresponder à altura o ofício que lhe foi delegado, como bem mostra o trecho do jornal *A Notícia* da capital federal - Rio de Janeiro - de 21 de maio de 1910, onde informa a audiência do bispo Dom Amando com o Presidente da República, que na época era Campos Sales:

Figura 30 - Trecho do Jornal *A Notícia* - Rio de Janeiro - 21.05.1910 (com a transcrição de um trecho)

<p>mente to- lecimento. se hontem ete offere- delegações nte da Rê- receu hon- o banquete anha, que neia-noite. s diploma- dade desta -se o facto dos nesta a palacio, os navios tram assis- os apre- Quando o va o presi- assasse da protestou guado. tem á noi- composta ados, offi- pessoas de rar a che- tro Montt. anhã para os e José ommemo- fencia ar- da guerra ricans. IA rtigo cen- currencias decidida</p>	<p>Leis não nos faltam; falta quem as cumpra... - M. A.</p> <h2 style="text-align: center;">Echos</h2> <p style="text-align: center;">TEMPERATURA MEIO DIA</p> <p>Termometro do Observatorio... 24.5 Termometro d'A Noticia..... 22.2</p> <p style="text-align: center;">O CAMBIO</p> <p>Não houve mudança na taxa official dos bancos, e nem no movimento que continúa pouco desenvolvido, com o mercado indeciso. Os bancos estrangeiros sacavam os extremos de 15 7/8 a 15 15/16 d. com alguma franqueza, e o Banco do Brazil a 16 d. para as duas malas proximas, e o outro papel cotava-se a 15 15/16 e 16 d.</p> <p>Os negocios declarados foram a 15 15/16 e 16 d. para as letras bancarias e a 15 31/32 e 16 d. para o outro papel.</p> <p>O valor official de mil réis era de 588 a 595 réis ouro e da libra esterlina de 150000 a 150178. Valors do ouro 10000. Agio do ouro de 68-75 a 70-75 %.</p> <p>Santos — Por telegramma dinheiro a 16 d.</p> <p>O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA</p> <p>Procuraram hoje pela manhã, o Sr. presidente da Republica, no palacio do Cattete, os Srs. senadores Pinheiro Machado, Souza Campos, Joaquim Malta e Urbano dos Santos e deputado Antonio Nogueira.</p> <p>Conferenciou hoje, pela manhã, com o Sr. presidente da Republica, no palacio do Cattete, o Sr. Dr. Seabra, leader da Camara dos Deputados.</p> <p>O Sr. presidente da Republica recebeu hoje a visita de S. Revdma. Frei Amando Bahlmann, O.F.M. Prelado de Santarém e Bispo Titular d'Argos, que foi ao palacio do Cattete acompanhado de seu secretario.</p>	<p>tur. I ser do alt dos ritic ma jul do vag se d sob tão de san N vas qua nos pro Est lize teri e má land pass dual lagn abei que. Se tant ver cabe cavi que. dir das Nort com guas ter Senh met</p> <p>“O Sr. Presidente da República recebeu hoje a visita de S. Revdma. Frei Amando Bahlmann, O.F.M. Prelado de Santarém e Bispo Titular de d'Argos, que foi ao palácio do Cattete acompanhado de seu secretário.”</p>
---	--	--

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, website, 2019

Dom Amando cumpriu com as obrigações ordinárias (Igreja Católica e Governo Republicano) que lhe foram atribuídas. Permaneceu no cargo como bispo titular (poderia se tornar emérito) até a sua morte. Foi o governo prelatício de Santarém de maior duração - 32 anos, seguido de Tiago Ryan com 27 anos. Isso tem um significado relevante, pois tanto a Igreja Católica, quanto o governo do país validaram sua postura diante da prelazia. A existência das

escolas confessionais é fartamente explicitada, no decorrer desta dissertação, como um compromisso aceito e cumprido por Dom Amândo.

Após as primeiras décadas, as escolas confessionais passaram por uma nova fase que teve início com a promulgação da Constituição de 1934, a qual trouxe novas diretrizes para educação brasileira. A nova Carta Republicana universalizou o ensino básico e exigiu mão de obra qualificada para o atendimento da rede educacional pública. Segundo a religiosa franciscana Helena Calderaro (2013), depois de muito esforço burocrático, em 1939, a Escola Santa Clara conseguiu autorização para o funcionamento do curso normal (1º ciclo) para a formação de professores das primeiras séries. Em 1946 recebeu autorização para o funcionamento do Curso Ginásial (1º Ciclo). Em 1951, autorização para o funcionamento do Curso Normal (2º ciclo) e para a formação de professores de séries mais avançadas.

[...] no ano de 1946 começa a funcionar o Curso Ginásial de 1º ciclo, outorgado pela Portaria nº 700 de 19 de dezembro de 1946, mas este fato se deve à persistência da Congregação em relevar as muitas respostas negativas aos telegramas enviados ao Ministério da Educação. No mesmo ano foi publicada a Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530 de 02 de Janeiro de 1946, cuja proposta era de ampliar o Curso Normal para sete anos, os quais foram divididos em dois ciclos [...]. Em 1951 o Colégio Santa Clara implantou o Curso Normal de 2º ciclo. (FERREIRA, et al. 2015, p.181).

Entre as décadas de 1940 a 1970 todas as escolas Administradas pela Congregação Imaculada Conceição trabalharam na formação de professores da educação básica para atendimento das escolas da cidade e da zona rural. Por essa razão, a partir da década de 1950, a escola São José em Óbidos passou a ofertar o Ensino Normal para a formação de professores.

Desde sua fundação, em 1911 até o ano de 1949, o Colégio São José possuía somente o Curso Primário Elementar. A partir de 1950, essa instituição passou a oferecer cursos profissionalizantes, primeiramente para a formação de professores primários, que receberam as seguintes nomenclaturas: Normal Regional, Pedagógico, Magistério e Normal. A partir de 1970, passou a oferecer outros cursos, tais como: Administração e Técnica Agropecuária. Nos dias atuais, funciona somente como escola de Ensino Médio. (BARROS, 2010, p. 177).

O mesmo acontece com a Escola São José no planalto santareno e, paulatinamente, com as escolas Imaculada Conceição em Monte Alegre e Santo Antônio em Alenquer.

No dia 20 de outubro de 1953 a Escola São José conseguiu registro de personalidade jurídica, através do reconhecimento nº 6 do Livro R-1 fls. 910, no Cartório de Registro: Títulos e Documentos de Santarém. Por meio desse registro jurídico a Escola conseguiu, através de parcerias, erguer sua infraestrutura[...]. Em 26 de junho de 1956, pelo decreto estadual de nº 2.085, é ofertado o primeiro Curso Normal de ensino primário. Em 04 de março de 1962 começa a funcionar o Curso

Normal/Regional, que formava o professor para o Curso Primário. (FERREIRA, et al. 2015, p.179).

Segundo Anselmo Colares (2005), a Igreja Católica lidera a proliferação do ensino em nossa região no início do século XX e essa liderança acaba dando suporte para uma presença mais efetiva do Estado no desenvolvimento educacional.

A Igreja Católica, inegavelmente, liderou a difusão do ensino em Santarém, especialmente a partir do início do século XX, quando também o Estado passou a ter uma participação mais efetiva nesse processo, haja vista o número de estabelecimentos públicos com que o município passou a contar. Por exemplo, em 1930, havia 32 escolas públicas. (COLARES, 2005, p.57).

Nota-se que o principal legado das escolas confessionais na história do Baixo Amazonas foi formação de professores. Conforme Ferreira (2015), as escolas confessionais desempenharam um importante papel na divulgação do magistério. A partir da década de 1960, com aumento da demanda, principalmente dos pobres que não podiam pagar as mensalidades, houve a necessidade da intervenção do Estado, ofertando gratuitamente o ensino normal para formação de professores. Por despontar como liderança regional, a cidade de Santarém, e por ter maior demanda, foi inaugurada a escola Alvora Adolfo.

O Colégio Álvaro Adolfo foi [...] autorizado pela portaria nº 661 de 18 de abril de 1962. Na outra, os registros apontam que o início do funcionamento aconteceu em 1º de maio do mesmo ano. O que se sabe diante do impasse é que o ano de inauguração foi em 1962, e também houve grande satisfação da população municipal com a instalação do Colégio, pois ele “foi fundado para atender as necessidades prementes da juventude santarena, carente de recursos, mas ávida pelo estudo e saber” [...] O prédio, considerado o “mais belo e moderno prédio Educacional do interior do Estado”, passou a funcionar nos três horários. A partir de então entende-se que começaria um novo momento para a história da educação no município, pois outros cursos gratuitos passaram a ser ofertados, quais sejam: Curso primário, Ginásio Secundário, Pedagógico e o Colegial Normal, algum tempo depois o Colégio passou a ofertar o Curso Científico [...]. A partir da Lei nº 5.692/71 a Escola passou a oferecer outros cursos, entre eles a Habilitação Técnica em Magistério. (FERREIRA, 2015, p.181).

Além da formação de professores, ainda há como legado a formação técnica nas escolas para meninos conduzidas pelos frades franciscanos. Segundo o entrevistado frei Vianey Miller, diferentemente das escolas para as meninas, que cobravam mensalidades, as escolas para os meninos faziam todo o esforço para não cobrar dos pais ou, se cobravam, era uma taxa muito baixa. A maioria dos recursos vinha de doações de benfeitores ou dos familiares dos próprios franciscanos. Quando não tinha recursos, eles promoviam uma quermesse ou festa. Conta ele, que certa vez conseguiu trazer umas caixas de cervejas do sul do país para um arraial,

pois era só lá que fabricavam e era muito difícil trazer. A festa foi muito animada e deu bastante lucro e todo o dinheiro foi investido no pagamento dos funcionários da escola.

No desenvolvimento desta dissertação, utilizou-se o livro póstumo de Dom Amando “Memórias Inacabadas”, trata-se de uma contribuição aos que se dedicam à tarefa de compreender a vida e a obra daquele religioso e sua interface com a educação. Logo na primeira leitura, é perceptível o quão essa obra seria valorosa para a pesquisa e que crenças particulares não poderiam interferir numa análise histórica e racional dos fatos elencados neste trabalho. Desde Descartes (1650), passando por Locke (1704), Kant (1804), Darwin (1882), Nietzsche (1900), o papel da ciência é a árdua investigação empírica e racional. Quanto a fé, embora exista investigação e racionalismo (Teologia), compete somente à metafísica explicitar a boa vontade dos homens e mulheres em crer.

Há certa dificuldade em encontrar mais elementos que especificassem os detalhes das escolas para meninos, e não foi por falta de ajuda, tanto a administração das escolas como a do Convento dos Franciscanos em Santarém foram muito gentis e solícitos disponibilizando arquivos históricos para análise. Foi constatado na investigação aquilo que dezenas de pesquisadores já detectaram há muito tempo: estudar os franciscanos é tarefa de “garimpeiro”, pois eles não tinham o hábito de registrar minuciosamente todas as suas atividades. Ainda bem que Dom Amando fugiu um pouco a essa regra e resolveu anotar alguns fatos de sua vida. A partir do diálogo com o frei Vianey Miller (2018), que foi possível entender com mais objetividade como era as escolas para meninos, pois o religioso foi extremamente generoso contando sua história à frente da administração paroquial e da Escola São Francisco.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção teórico metodológica que orientou essa pesquisa – o materialismo histórico dialético – busca identificar e compreender as contradições presentes no desenvolvimento da história. Ao estudar a efetivação das escolas confessionais franciscanas na região do Baixo Amazonas, vimos que a realização das escolas confessionais está envolta em contradições que se expressam nas relações políticas do país após a Proclamação da República e também na influência que a Igreja Católica exerceu e exerce na história das instituições educacionais brasileiras. Nessa perspectiva podemos afirmar que:

- As escolas não foram efetivadas pelo valor cultural atribuído à educação, cujo princípio remete para formação integral do ser humano e melhoria das suas condições de existência, mas sim porque havia um compromisso político institucional com a recém implantada república;
- Mesmo tendo feito votos de pobreza, os religiosos nesse primeiro momento, não priorizaram os necessitados como objeto central de seu serviço. As escolas se destinavam prioritariamente para os ricos;
- Outro aspecto está ligado à própria resistência, porque, mesmo com todas as razões para que o pobre não estivesse frequentando esse ambiente, tais escolas tiveram que abrigá-los, seja pelo compromisso moral da ordem religiosa ou por insistência mesmo, o que não afetava minimamente as intenções políticas da Igreja, ou seja, com ou sem pobres as escolas iriam existir.

Outro aspecto relevante diz respeito às divergências entre laicidade e ensino religioso, na qual também está embutida a polarização de concepções entre a organização da sociedade e modo de produção.

Segundo Costa (2006), a Igreja Católica, antes da promulgação da Constituição de 1934, fará parte da mesa de debates para a renovação da política educacional, contudo não vê com bons olhos o aprofundamento do laicismo proposto pelo movimento da Escola Nova. O direcionamento católico para educação constantemente acusava a proposta de estar ligada a ideias comunistas, o que significava uma afronta aos cristãos.

Segundo a concepção dos católicos, o movimento de renovação pedagógica significava perigo, subordinação do sobrenatural ao terreno, opressão da Igreja Católica, perseguições religiosas, imoralidade e domínio dos comunistas [...]. A presença desse movimento no país resultaria na eliminação da verdadeira educação e na descristianização da sociedade [...] O laicismo, que era visto como o grande mal da

República, vinha penetrando na esfera da educação escolar, o que induzia os católicos a desencadear um combate ferrenho contra a Escola Nova. Na visão dos autores, a saída para todos os problemas sociais estava nas mãos de uma instrução que seguisse os ensinamentos religiosos cristãos. Era preciso lutar para que o Estado e seus governantes voltassem às verdadeiras raízes da nacionalidade [...]. E a solução para evitar a contínua queda da nação no “abismo da demagogia liberal” consistia em adotar firmemente uma política católica, abandonando para sempre as concepções laicistas [...].

Fernando de Azevedo é um comunista e um contrariador dos ensinamentos dos educadores mais modernos. Os escolanovistas buscam passar uma imagem de que nunca houve educação, de que nunca se soube educar. E só agora, com a chegada desses novos Cabrais, vai começar o Brasil a gozar dos benefícios incalculáveis da técnica pedagógica desses educadores que afirmam que a religião é uma força estranha as disciplinas da educação. (COSTA, 2006, p. 02).

A Igreja Católica busca não perder o controle político sobre a educação do país. Essa inquietude se justifica pelas novidades educacionais presentes na Constituição de 1934. Ao questionar sobre o laicismo, a igreja intencionava manter o ideário católico nas escolas e com isso preservar a hegemonia religiosa no país, ameaçada pelo avanço do protestantismo.

A visão da Igreja sobre a escola era a instrumentalização social dos princípios cristãos. A intenção institucional era fazer com que os professores propagassem o catolicismo as demais gerações através da prática do magistério.

Com o intuito de legitimar sua posição como instância primeira para conduzir os meios e os fins da educação, a Igreja, por intermédio dos intelectuais católicos, procurou por diferentes meios difundir sua concepção cristã de educação. O objetivo dessa campanha era manter o professorado como adepto dos princípios cristãos e assim garantir uma população imbuída desses mesmos preceitos. (COSTA, 2006, p. 02).

Desde que chegaram na Amazônia, Dom Amando, Madre Imaculada Conceição e demais religiosos se valeram extensivamente dessa política de controle educacional efetivada pela Igreja. Se nos grandes centros urbanos foi mais difícil para a Igreja Católica manter o controle, nos municípios do Baixo Amazonas os religiosos tiveram facilidade em cultivar seu domínio. Basicamente porque quando iniciam as atividades das escolas confessionais o bispo e a freira não encontrarão professores qualificados na região, então terão que buscar esses professores em outros países, que por sua vez acabam formando os profissionais na perspectiva cristã. Foram mais de 50 anos (1939 – 1996) imprimindo os ideais católicos para os professores da região, que por consequência repassaram ao longo dos anos os ensinamentos da Igreja de Roma para a população.

Chagas (2011) fala que é preciso não perder as nuances históricas, o qual chama de “caroço racional”. Na dialética histórica, há movimentos tênues que dão sentido ao objeto

estudado, mas que nem sempre são claros à primeira percepção. Vejamos o esforço de Dom Amando e Madre Imaculada Conceição ao efetivarem as escolas confessionais. De maneira geral, esse trabalho contribuiu para que educação chegasse a outro patamar na região, principalmente depois do investimento maciço no magistério.

Não há como desconsiderar a sorte ligada à persistência do bispo. Em meio ao desespero de ter passado quatro anos (1907-1911) e não conseguir efetivar nenhuma escola, enquanto que seus colegas do episcopado brasileiro construíaam centenas pelo país afora, Dom Amando consegue finalmente uma professora alemã que acreditava ter sido curada milagrosamente de tuberculose em Portugal. Contudo, era uma tarefa arriscada e perigosa, afinal, a jovem, candidata à freira, vinha para a Amazônia, que era um lugar quente e com alta incidência de epidemias ocasionando muitas mortes. No início do século XX, não era um ambiente apropriado para quem tinha acabado de superar uma doença gravíssima, pois a região não contava com infraestrutura sanitária adequada. Se ela morresse, o bispo poderia ser acusado de negligência. Dom Amando tinha plena consciência disso, mas, ao que parece, não lhe restava alternativa. Seu compromisso político era mais importante do que ficar com medo de correr riscos, mesmo que esses riscos envolvessem a integridade física de alguém.

Analisando esse contexto e seguindo a reflexão dialética, pode-se acenar para uma direção: a Igreja Católica atuou historicamente para consolidar a sua doutrina e utilizou a educação como instrumento para atingir esse objetivo. Isso significa dizer que a educação não era fim, mas o meio para atingir um propósito de consolidação de poder. Nesse sentido, os fins teriam que justificar os meios, independentemente da forma de como esse objetivo tivesse que ser alcançado.

Com o intuito de legitimar sua posição como instância primeira para conduzir os meios e os fins da educação, a Igreja, por intermédio dos intelectuais católicos, procurou por diferentes meios difundir sua concepção cristã de educação. O objetivo dessa campanha era manter o professorado como adepto dos princípios cristãos e assim garantir uma população imbuída desses mesmos preceitos. (COSTA, 2006, p. 02).

Um exemplo macro que ilustra o poderio e influência da Igreja no período da República Velha e que influenciou a educação na região foi a interferência do episcopado na queda do Presidente da República Washington Luiz. Esse fato ocorreu através de um pedido de Getúlio Vargas para o Cardeal Sebastião Leme e, como gratidão ao feito do Cardeal, o Presidente Getúlio garantiu, na Constituição de 1934, o retorno do Ensino Religioso nas escolas públicas, algo que havia sido relegado pelo princípio do laicismo da República Velha.

O descontentamento provocado pela República Velha (1889-1930) fez eclodir um movimento militar que terminou com a queda do Presidente Washington Luiz. Foi o Cardeal Leme que, a pedido de Getúlio Vargas, conseguiu convencer Washington Luiz a se demitir. Esse fato contribuiu para restituir à Igreja a influência política no Estado Novo. Entre as novas decisões, no dia 30 de abril de 1931, decretou-se a volta do ensino religioso à escola pública. (ALVES, 2009, p.71).

Além da garantia do ensino religioso nas escolas públicas, Getúlio Vargas beneficiou a Igreja com a permissão da utilização de verbas públicas para financiar as escolas privadas e com isso beneficiar as escolas confessionais geridas pela instituição.

A nova Constituição de 1934 proclamava, entre outros, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a ajuda financeira às escolas privadas e confessionais, e a liberdade de organização de um sindicato para a educação católica, origem do movimento sindical patronal no ensino privado tão pungente nos dias atuais. Pela Constituição de 1937, passa a ser possível a destinação de recursos financeiros do Erário para a manutenção da escola particular. (ALVES, 2009, p.71).

Desde que os portugueses aportaram em terras brasileiras, a Igreja Católica sempre foi a instituição de apoio ao poder estabelecido e, conforme foi mudando de regime e de governo, a cúpula da Igreja utilizou de várias estratégias para se manter como a principal propagadora da fé no país, e para que esse apoio fosse realizado com competência, contou com a obediência de seu clero e a capacidade de realização de seu episcopado. Dom Amando, Madre Imaculada e demais religiosos, que trabalharam na região, fizeram parte dessa empreitada em defesa da fé católica no Brasil, utilizando a educação para se atingir o efeito multiplicador da doutrina cristã com base no catolicismo.

Por estar próximo do poder instituído e até mesmo manter contato diplomático com o Presidente da República, Dom Amando seria o único com a consciência plena que seu ofício não dependia somente do seu amor a Deus ou do seu conhecimento teológico ou bíblico. Para que perseverasse em sua pacata prelazia, teria que usar sua astúcia no jogo político em várias frentes de batalha. Dom Amando foi capcioso e conseguiu vencer as adversidades. É inegável que, apesar da intencionalidade da proposta educativa ser destinada aos mais ricos, a população em geral acabou sendo beneficiada com a obstinação do bispo.

Como foi enfatizado ao longo deste trabalho, que apesar das imperfeições e contradições históricas inerentes à condição humana e a situação política da época, há de se fazer reverência aos grandes esforços dos missionários que se empenharam em expandir a educação escolar em nossa região através da educação. Podemos afirmar que muito do que somos é resultado desse trabalho feito pelos religiosos que há mais de cem anos decidiram

deixar sua pátria para se aventurar em um dos lugares mais difíceis para um estrangeiro viver. Enfrentando altas temperaturas, doenças tropicais e muitas vezes pagando com a sua própria vida o desejo de construir uma sociedade melhor.

Torne a afirmar que o árduo monumento
Que a arrogância constrói é como o vento
Que passou, e que à luz inconcebível
De quem perdura, um século é um momento.
(Jorge Luis Borges – Poemas – “Rabaiyat”)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa; BARROS, Marilene Maria Aquino Castro de. **A formação de mulheres na Amazônia: entre o rigor dos saberes científicos e o refinamento dos saberes à mesa.** *Revista Cocar*. Belém, vol. 7, n.13, p. 59-68/ jan-jul 2013. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/download/242/209> Acesso em: 22 de jun. 2018.

ALEXANDER, J. **O Novo movimento teórico.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a08n113.pdf> Acesso em: 22 de dez. 2018.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Meninos e meninas estudando juntos: os debates sobre as classes mistas nas escolas brasileiras: (1890/1930).** São Paulo: Universidade de Sorocaba, 2014.

ALONSO, Ângela. **O Abolicionismo como Movimento Social.** São Paulo: FFLCH-USP, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n100/0101-3300-nec-100-00115.pdf> - Acesso em: 03 de maio de 2019

ALVES, Gilberto Luiz. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública no Brasil Colônia: mapeamento prévio para a produção do estado da arte em história da educação.** São Paulo: Unicamp, 2003: disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_043.html. Acesso em: 28 de abr. 2012.

ALVES, Gilberto Luiz. **Origens da Escola Moderna no Brasil: A Contribuição Jesuítica.:** *Educ. Soc.*, Campinas. Autores Associados. vol. 26, n. 91, p. 617-635, Maio/Ago. 2005.

AMARAL, Hércio de Sousa. **Guardador de memórias - Fragmentos históricos da Amazônia.** Belém: SECULT, 2017.

AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e a diocesenização: do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930).** São Paulo: *Revista Brasileira de História*, 2012.

AQUINO, Maurício de. **Modernidade republicana e diocesenização: a criação de dioceses no Estado do Paraná durante a Primeira República (1892-1926)** – Autores Associados: Educação/História. *Revista Espaço da Sophia*, v. espec., p. 63-82, 2011. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a02v1326.pdf >. Acesso em: 09 de jul. 2018.

ASSIS, Machado de. **A Igreja do Diabo.** Coleção Volume de Contos. Rio de Janeiro: Garnier, 1884. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000195.pdf> >. Acesso em: 02 de jan. 2019.

AZZI, Riolando. **A Concepção da Ordem Social Segundo D. Antônio De Macedo Costa, Bispo do Pará (1860-1890).** Rio de Janeiro: Reb. Vozes, 1976

BAHLMANN, D. **Amando. Memórias Inacabadas 1889 - 1891**. Trad.: Frei Clarêncio Neotti, O.F.M. Coleção "Centenário"11. São Paulo: Cúria Provincial Franciscana, 1995.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. São Paulo: UNESP, 2005.

BARROS, Marilene Maria Aquino Castro de. **O Farol que guia: a educação de mulheres no Colégio São José / Óbidos - PA (1950 a 1962)**. Belém: Universidade do Estado do Pará, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Aviso de incêndio: uma leitura das reses "Sobre o conceito de história"** tradução de Wanda Nogueira Caldeira Branr, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lurz Muller. São Paulo: Boitempo, 2005.

BRANDÃO, Zaia. **A Dialética Micro/Macro na Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Autores Associados: Cadernos de Pesquisa n.º 113, p. 153-165, julho de 2001.BRASIL.

BRASIL. [Decreto 119-A (1890)]. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. 07 de janeiro de 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm>. Acesso em: 15 de jan. 2019.

BRASIL. [Decreto N. 981 (1890)] -. *Approva o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal*. 8 de novembro de 1890. Disponível em: <www2.camara.leg.br/.../decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1...>. Acesso em: 15 de jan. 2019

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 21 de out. 2018.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 21 de out. 2018.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Brasil). Brasília, 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Mapa do analfabetismo no Brasil. Brasília: INEP, 2002.

BUFFA, Ester. **A questão das fontes de investigação em história da educação**. Campo Grande: UFSCar, 2001.

BURKE, Peter. **A arte da conversação**; tradução Álvaro Luiz Hattner. 2 Ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

CALDERARO, Ir. Helena. *et al* **Histórico da Congregação das irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus**. In: 100 Anos - Colégio Santa Clara – Histórias, Vivências e Memórias. Santarém: Rede de Educação SMIC, 2013.

CAMARGO, Kênia Guimarães Furquim. **O catolicismo ultramontano: um estudo sobre a instrução feminina no Colégio Sant'Anna no findar do século XIX até meados do século XX**. Goiás: PUC, 2018.

CANTO, Sidney Pe. **O Colégio São José no Planalto Santareno**. Santarém. [website] Blog. 2015. Disponível em: <http://sidcanto.blogspot.com/2015/12/o-colegio-sao-jose-no-planalto-santareno.html>. Acesso em: 30 de jan. de 2018.

CANTO, Sidney Pe. **Agosto na história do Baixo Amazonas e Tapajós**. Santarém. [website] Blog. 2017. Disponível em: <<http://sidcanto.blogspot.com/2017/08/agosto-na-historia-do-baixo-amazonas-e.html>>. Acesso em: 30 de jul. de 2018.

CARNAÚBA, Maria Érbia Cássia. **Teoria crítica e utopia**. Campinas: Unicamp, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322620/1/Carnauba_MariaErbiaCassia_D.pdf>. Acesso em: 11 de dez. 2018.

CARNEIRO, Jeso. **Câmara de Santarém Homenageia Escola São Francisco pelos 100 anos**. Santarém. [website] Blogdojeso, 2018. Disponível em: <<http://www.jesocarneiro.com.br/educacao-e-cultura/camara-de-santarem-homenageia-escola-sao-francisco-pelos-100-anos.html>>. Acesso em: 21 de jan. 2019.

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. **Exploradores Franceses na Amazônia Brasileira durante o século XIX: Breve Biobibliografia**. São Paulo, USP. 2015. Disponível em: <<https://enhpqii.files.wordpress.com/2009/10/joao-paulo-jeannine.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CARVALHO, Isabella Chaves. **Projeto Arquitetônico Escolar: uma proposta voltada à Educação Ambiental. 2009**. Trabalho Final de Graduação (TFG). Belém: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU-UFPa), 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **O Pecado Original da República**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2007.

CASTRO, Henrique Meira de. **Medo e relações de poder: uma contribuição para a Psicologia da Educação**. São Paulo: PUC, 2012.

CELA (CASA DE ESTUDO LUSO-AMAZONICOS). **Óbidos cidade que fascina**. Belém: UFPa, 2011. Disponível em: <<http://www.obidos.net.br/index.php/obidos/sobre-obidos/518-obidos-a-cidade-que-fascina>>. Acesso em: 10 de jan. 2019

CHAGAS, Eduardo F. **O Método Dialético de Marx: Investigação e Exposição Crítica do Objeto**. Fortaleza, CE. Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC): 2011.

- CHALHOUB, Sidney. **A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades**. São Paulo: UNICAMP, 2017. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>>. Acesso em: 15 de jun. 2019.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2ª Ed. São Paulo. CORTEZ EDITORA. 1991.
- CHIZZOTTI, Antônio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evoluções e desafios**. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2003.
- CHOMSKY, N. Ano 501: **A conquista continua**. [1993]. São Paulo: Scritta, 1993. Disponível em: <<https://dausacker.wordpress.com/2016/02/14/10-estrategias-de-manipulacao-em-massa-utilizadas-diariamente-contr-a-populacao/>>. Acesso em: 11 de dez. 2018.
- COLARES, Anselmo Alencar. **Sociedade e Educação em Santarém-PA. Estudo do Período em que o Município foi Área de Segurança Nacional (1969 a 1984)**. Campinas, SP: UNICAMP, 1982.
- COLARES, Anselmo Alencar. **A história da educação em Santarém: das origens ao fim do Regime Militar (1661-1985)**. Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena, 2005.
- COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. **Panorama da Educação em Santarém**.: Campinas. Autores Associados. n.23, Revista HISTEDBR, 2006. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4932/art07_23.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2019.
- CONFHIC-Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. **Nossa História**. Propiá, SE: Colégio Nossa Senhora das Graças, 2019. Disponível em: <<http://www.cnsg.org.br/institucional/confhic/>>. Acesso em: 22 de fev. 2018.
- CONTI, Frei Martino. **Estudo e pesquisas sobre os franciscanos das origens**. Tradução de Celso Márcio Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- COSTA, Célio Juvenal. **Fontes e métodos em história da educação**. / Org.: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo, Luiz Hermenegildo Fabiano. Dourados, MS: UFGD, 2010.
- COSTA, Korina, JERONYMO, Liza da Fonseca. **A transformação na história da arquitetura escolar. Presidente Prudente**. São Paulo: Universidade do Oeste Paulista–UNOESTE, Faculdade de Engenharias e Arquitetura e Urbanismo, 2016. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2016/suplementos/area/Socialis/Arquitetura%20e%20Urbanismo/A%20TRANSFORMA%C3%87%C3%83O%20NA%20HIST%C3%93RIA%20DA%20ARQUITETURA%20ESCOLAR.pdf>>. Acesso em: 19 de jun. 2019.
- COSTA, Luiz Mário Ferreira. **Maçonaria e antimaçonaria: uma análise da “História secreta do Brasil” de Gustavo Barroso**. Dissertação (Mestrado em História)— Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.
- COSTA, Viviane da. **O discurso educacional católico sob a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu**: Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2006.

COUTO, Raimundo Jorge da Cruz e VALENTE, Januário Veiga. **As Irmandades e a Romanização. Estudo sobre a resistência das Irmandades no Baixo Tocantins:** Belém, IPAR (trabalho de conclusão do período básico de teologia), 1992.

CRUZ, Nathália Queiroz Mariano. **Diáspora Judaica Antiga: Entre o Oriente e o Ocidente. Goiás:** Universidade Federal de Goiás, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A desoficialização do ensino no Brasil: A reforma Rivadávia.** Campinas: UNICAMP, 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

CUSTÓDIA DE SÃO BENEDITO DA AMAZÔNIA. **Centenário da Chegada de Dom Fr. Amando Bahlmann e dos Frades Franciscanos** (Folder Comemorativo). Santarém, REDE FRANCISCANA DE PARÓQUIAS, 2007.

DALLARI, Dalmo. **Direitos Humanos e Cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998. Disponível em: <<https://www.pensador.com/frase/MTMzNjA5OA/>>. Acesso em: 11 de dez. 2018.

DELANEZE, Taís. **As reformas educacionais de Benjamin Constant (1890-1891) e Francisco Campos (1930-1932): o projeto educacional das elites republicanas.** São Carlos: UFSCar, 2007.

DELUMEAU, Jean, 1923. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada.** tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EMMI, Marília Ferreira. **Raízes Italianas no Desenvolvimento da Amazônia, 1870-1950: pioneirismo econômico e identidade.** Belém: UFPA, 2007. Disponível em: <www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Tcc.arquivo&id=142>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring.** Tradução: Nelson Jahr Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

EPISCOPADO BRASILEIRO. **Pastoral Coletiva.** Rio de Janeiro, Tipografia Montenegro, 1890.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1996. Disponível em: <[http://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%F4nia\).pdf](http://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%F4nia).pdf)>. Acesso em: 03 de jun. 2019.

FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano**, v. 9: sociedade e instituições (1889 – 1930)/ Por Paulo, Sergio Pinheiro ... (et al.); 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERREIRA, Cardoso. **Sebastião de Magalhães Lima, político e jornalista republicano.** Aveiro (Portugal). Correio do Volga, 2014. Disponível em: <<http://sites.ecclesia.pt/cv/sebastiao-de-magalhaes-lima-politico-e-jornalista-republicano/>>. Acesso em: 06 de jul. 2018.

FERREIRA, Paula de Souza, ROCHA, Solange Helena Ximenes, SOUZA, Maria de Fátima Matos de. **Aspectos históricos da formação de professores primários em Santarém no século XX: o legado das escolas Álvaro Adolfo da Silveira, Santa Clara e São José.**

Campinas. Autores Associados: Revista HISTEDBR, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/.../8059>>. Acesso em: 20 de agost. 2018.

FERREIRA, Paula Ruas. **A formação dos frades menores no convento de São Francisco da Bahia: franciscanismo, filosofia e teologia - memória e permanência dos valores pedagógicos dos restauradores alemães 1890-1970**. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Bahia: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

FLOOD, David, OFM. **Lugar para mais alguém**; tradução de Irmã Luci Fontenele. Fortaleza: Decifra Editora, 2010.

FLORA BRASIL. **Balata – Manilkara Bidentada**. (lista de espécies da flora do Brasil). Rio de Janeiro: Jardim Botânico, 2019. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/FichaPublicaTaxonUC/FichaPublicaTaxonUC.do?id=FB75819>>. Acesso em: 22 de dez. 2018.

FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém: Momentos Históricos**. 5ª ed. Belém: Falangola Editora, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGOSO, Hugo (OFM). **A Era Missionária (1686-1759)**. In: *História da Igreja na Amazônia*. Eduardo Hoornaert (Org.). Comissão de Estudos da Igreja na América Latina, CEHILA. Petrópolis: Vozes, 1992.

FREITAS, Maria Vanderlânia Sousa de. **A Reforma Benjamin Constant e a Educação Básica no início do século XX**. Campina Grande PB: Universidade Estadual da Paraíba, 2015.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. **João Franco sai do Partido Renegador em Maio de 1901**. Lisboa: Arquivo & Biblioteca, 1995. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=00095>>. Acesso em: 18 de jul. 2018.

GATTI, Bernardete A. **A produção da pesquisa em educação no Brasil em suas implicações sócio-político-educacionais: uma perspectiva na contemporaneidade**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

GINZBURG, Carlo. **“Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUELLES, Patrícia Sebastiana Pires. **Os caminhos opostos percorridos por jesuítas e franciscanos na colonização do Brasil**. TCC de Pedagogia. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **O Brasil Monárquico, v.7: do Império à República**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HOORNAERT, Eduardo. **O breve período profético das missões na Amazônia brasileira (1607 – 1661)**. In: *História da Igreja na Amazônia*. Eduardo Hoornaert (Org.). Comissão de Estudos da Igreja na América Latina, CEHILA. Petrópolis: Vozes, 1992.

KITCHEN, Martin. **História da Alemanha Moderna de 1800 aos dias de hoje**. Trad. Claudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.

KLEIN, Roseli Bilobran. **Escola confessional catarinense de origem alemã no início do século xx e a organização do ensino primário**. IX Seminário nacional de estudos e pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Escolas confessionais femininas na segunda metade do século XIX e início do XX: um estudo acerca do colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha (mg)**. São Paulo: UNICAMP, 2006.

LOMBARDI, José Claudinei. **Textos sobre Educação e Ensino / Karl Marx e Friedrich Engels**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

LOPES, João da Silva. **Sociedade, relações de poder e religiosidade no Alto Rio Negro a partir das representações de Dom Frederico Costa**. Manaus: UFAM, 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal do Amazonas, 2010.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **O falso conflito entre tendências metodológicas..** Cad. de Pesquisa n° 66. São Paulo. Autores Associados. UNICAMP: 1988.

MARCILLO, Luis Esteban Vizuete. “O inimigo bate às portas da República ... ”: estratégias e iniciativas do clero contra a Revolução Liberal na arquidiocese de Quito (1895). Quito. *Revista de História Regional e Local*, 2017.

MARINHO, Gizele Maria Pereira; SILVA, Antonia Eurenice Rodrigues; BATISTA, Lucenilza Luana Silva; DELGADO JR, Genildo Sousa – Organizadores. **100 Anos - Colégio Santa Clara – Histórias, Vivências e Memórias** – Santarém: Rede de Educação SMIC, 2013.

MARTINS, Gabriela Pereira. **Ultramontanos, positivistas e liberais: reflexões a partir da separação Igreja-Estado**. Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2009/06/5-4.pdf> >. Acesso em: 20 de nov. 2018.

MARTINS, Karla Denise. **Civilização Católica: d. Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX..** Campinas. Autores Associados: UNICAMP. *Revista de História Regional* 7(1):73-103, Verão 2002.

MARX, Karl. **O Capital. O processo de produção do capital**; tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 1980.

MARX, Karl. **Exposição nas Seções dos Dias 10 e 17 de Agosto de 1869 no Conselho Geral da AIT**. In: LOMBARDI, José Claudinei. **Textos sobre Educação e Ensino / Karl Marx e Friedrich Engels**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. In: LOMBARDI, José Claudinei. Textos sobre Educação e Ensino / Karl Marx e Friedrich Engels. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**; tradução Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MENDONÇA, Sônia. **A Industrialização Brasileira**. São Paulo: Moderna, 2004.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. São Paulo. Autores Associados. UNEB/UNICAMP. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07_36.pdf>. Acesso em: 22 de jun. 2019.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia Brasileira entre 1607 e 1759**. In: *História da Igreja na Amazônia*. Eduardo Hoornaert (Org.). Comissão de Estudos da Igreja na América Latina, CEHILA. Petrópolis: Vozes, 1992.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República – da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016.

NEGER, Raquel Ripari. **Inglês de Sousa e a Belle Époque Amazônica: Um estudo sobre a ‘Civildade’ e a ‘Matutice’ na Óbidos do Século XIX**. Campinas- UNICAMP, 1982.

NOLASCO, Pedro. **Padroado Régio e sua influência no celibato sacerdotal**. DM Opinião, 2018. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/opiniao/2015/11/padroado-regio-e-sua-influencia-no-celibato-sacerdotal.html>> Acesso em: 08 de dez. 2018.

NOVICKI, Elisângela B., SCHENA, Ms. Valéria. **Os Castigos e Punições Escolares: uma Perspectiva Histórica no Paraná: Região do Vale do Iguaçu**. Curitiba – FAFIUV/Universidade Estadual do Paraná, 2010.

NUNES, Francivaldo Alves. **Aspectos da Colonização Militar no Norte do Império, povoamento, segurança, defesa do território e conflitos**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de História Militar, 2012.

OLIVEIRA, Jacqueline Holanda Tomaz de e SALES, José Albio Moreira de. **História da Educação e Arquitetura Escolar: a Escola Normal do Ceará e a Escola Etiva**. Fortaleza Ceará: UECE e FAC, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. **O Projeto Romanizador no Final do Século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais**. Jataí - Goiás. Universidade do Estado de Goiás – UFG, 2010.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana Christina; MONTEIRO, José Marciano. **Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa**. In: Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 05, No. 11 | Set/Dez/2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6227086.pdf>. Acesso: 12 de nov. 2018.

OLIVEIRA, Tatiana Pantoja. **Estado, Igreja Católica e a Educação Feminina: O papel estratégico da Escola Doméstica no Território Federal do Amapá (1951-1964)**. Macapá AP, PPGMDR/UNIFAP, 2015.

OSID – OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE. **De Maria Rita a Irmã Dulce**. Salvador, 2019. Disponível em: <<https://www.irmadulce.org.br/portugues/religioso/vida-de-irma-dulce>>. Acesso em: 11 de dez. 2019.

PORFÍRIO, Cristiane. **O quadro educacional do Brasil da primeira república como protótipo da moldura educacional do Brasil no novo milênio**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFC, 2010.

PRELAZIA DE SANTARÉM. **Elementos Históricos**. Disponível em: <<https://www.diocesedesantarem.org.br/historia-diocesana>>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

PRELAZIA DE SANTARÉM. **Livro do cinquentenário da Prelazia de Santarém**. Rio de Janeiro: Vozes, 1953.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO. [S.N]. Óbidos, 2006.

QUARESMA, Mario. **Parabéns pelos seus 60 anos Escola Santo Antônio!**. Alenquer: Jornal O Surubiú, 2016. Disponível em: <<http://osurubiu.blogspot.com/2016/04/parabens-pelos-seus-60-anos-santo.html>>. Acesso em: 19 de jan. 2019

RAMOS, Jefferson Evandro Machado. **A Guerra do Paraguai – História – Resumo**. São Paulo, USP, 2008. Disponível em: <<https://historiadobrasil.net/guerradoparaguai/>>. Acesso em: 25 de mar. 2018.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é positivismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Brasiliense. 2017.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**. Belém: UFPA, 2006.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro - Estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Campus de Franca, 2011.

RUSSELL, Bertrand, 1872-1970. **História da Filosofia Ocidental** – Livro 1: A Filosofia Antiga/Bertrand Russell. tradução Hugo Langone. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SANGENIS, Luis Fernando Conde. **Gênese do pensamento único em educação: Franciscanismo e Jesuitismo na Educação Brasileira**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, 2004.

SANTANA, Josineide Siqueira de. **Uma escola para meninas órfãs desvalidas em São Cristovão no início do século XX**. Aracajú. Universidade Federal de Sergipe – UFS/SEED, 2010.

SANTANA, Josineide Siqueira de. **Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe: UFS/SEED, 2011.

SANTANA FILHO, Arlindo Batista de. Et al. **A Educação SMIC no Brasil**. Santarém: SMIC, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo, Cortez, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8 ed. Campinas, Autores Associados. 2004.

SIDMAN, Murray. **Coerção e suas implicações**. Campinas: Editora Livro Pleno, 2001.

SILVA, Daniele Ferreira da. **Colonialismo e fiscalidade na capitania de Pernambuco (1770-1793)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

SILVA, Dayvid da. **Pecado Original: uma herança agostiniana? O tema da “falta das origens” e suas consequências**. São Paulo. PUC: 2015. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica, 2015.

SILVA, Rosalina Carvalho. **A falsa dicotomia qualitativo -quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas de pesquisas**. São Paulo: Editora Legis-Summa, 1998.

SILVA, Samara Mendes Araújo. **Ritos, rituais e rotina: educação feminina nos colégios confessionais católicos no século XX**. Curitiba: Educar em Revista, 2018.

SOUZA, Edilson Fernandes de e LIRA, Maria Helena Câmara. **As Práticas Corporais Femininas na Escola Confessional Santa Gertrudes no Século XX**. Pernambuco: Autores Associados: Universidade Federal de Pernambuco: Cadernos de História da Educação – v. 11, n. 2 – jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/21705/11914>. Acesso em: 01 de jun. 2018

SOUZA, Evergton Sales. **Jansenismo e reforma da Igreja na América Portuguesa**. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2015.

SOUZA, Mauro Ferreira. **A Igreja e o Estado: uma análise da separação da Igreja Católica do Estado Brasileiro na Constituição de 1891**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2007.

TABRAJ, Marcelo Barzola. **A Romanização da Igreja Católica no Brasil. Grupo de Estudos e Pesquisa “ História, Sociedade e Educação no Brasil”**. Campinas: UNICAMP , 2016. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:WyZ2nDAIB4kJ:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/trab051.rtf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d. Acesso em: 17 de jun. 2019.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI**. São Paulo: GEOUSP - Espaço e Tempo, 2011. Disponível em: <www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74209/77852>. Acesso em: 29 de dez. 2018.

VALENTIM, Fábio Rago. **Casas para o ensino: as escolas de Vilanova Artigas**. Dissertação (mestrado em arquitetura). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2003

VAS, Braz Batista. **O final de uma guerra e suas questões logísticas: o conde D'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)**. Franca: UNESP, 2011. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. 2011. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/braz-b-vas.pdf>>. Acesso em: 30 de dez. 2018.

VELTMAN, Henrique. **Os Hebraicos da Amazônia**. Macapá: Comitê Israelita, 2005. Disponível em: <http://www.comiteisraelitadoamapa.com.br/sc/upload/files/Os_Hebraicos_da_Amazonia.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2019.